



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Carolina Albornoz Costa

**“Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou”:
um estudo das experiências de estudantes universitárias lésbicas**

Florianópolis, SC
2024

Carolina Albornoz Costa

“Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou”:
um estudo das experiências de estudantes universitárias lésbicas

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel de Barros Pinto Miguel

Florianópolis, SC

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Costa, Carolina Albornoz

"Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou" : um estudo das experiências de estudantes universitárias lésbicas / Carolina Albornoz Costa ; orientadora, Raquel de Barros Pinto Miguel, 2024.

111 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Ensino Superior. 3. Lésbianidades. 4. Psicologia Social. 5. Sexualidade. I. Miguel, Raquel de Barros Pinto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Carolina Albornoz Costa

“Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou”:
um estudo das experiências de estudantes universitárias lésbicas

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 16 de fevereiro de 2024, pela banca examinadora composta pelas seguintes membras:

Profa. Dra. Neiva de Assis

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Camila dos Santos Gonçalves

Universidade Federal do Pampa

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Profa. Dra. Raquel de Barros Pinto Miguel

Orientadora

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Enquanto finalizo a escrita desta dissertação, faço as contas: vinte e três meses se passaram desde o ingresso no mestrado, mas esta pesquisa vive há mais tempo. Ela não foi elaborada em um vácuo ou em uma incubadora, ela é produto direto de todas as vivências, todas as relações que me trazem até aqui, ao momento em que estou redigindo estas palavras. Não são apenas minhas experiências no mestrado que fazem parte do que aqui será exposto. De certa maneira, muito de mim está presente por todo o texto que segue. Portanto, nada mais justo que usar deste espaço para fazer breve menção a quem, de alguma maneira, faz parte dessa trajetória.

Não poderia iniciar estes agradecimentos por outra pessoa que não minha mãe, Patricia. Teu amor incondicional, tua presença e cuidado em todos os dias da minha vida me fazem ser quem sou. Obrigada por ser o lar para onde posso sempre voltar. Ao meu pai, Amauri, por se fazer presente mesmo quando longe, por ser um exemplo de caráter e de professor. A ambos por me proporcionarem condições de estudar, por confiar e apoiar minhas escolhas. À minha irmã Mariana, por ser, desde o primeiro momento, meu maior apoio. Nós, sempre e obrigada, também, pela morada e companhia na vivência em Florianópolis. Ao meu irmão, João Pedro, por me inspirar, por ser motivo de orgulho e admiração desde que chegastes por aqui. Ao meu avô, Thomaz, por toda atenção dedicada a nós, te ver viver é uma honra.

À Rafaela, meu amor, minha companheira de vida, quem esteve ao meu lado todos os dias desta trajetória do mestrado. Obrigada por segurar minha mão, por me incentivar nos dias que mais precisei e pela tranquilidade que é te amar.

À Bruna, por ser minha irmã de alma e por ter me presenteado com o privilégio que é acompanhar Tomás. Me alegro em saber que seguiremos para sempre juntas por essa vida.

À Manu, pela companhia e por me receber com o maior amor do mundo a cada uma das minhas idas e vindas.

Às pessoas que fizeram meu percurso na graduação em Psicologia ser um momento de redescobertas e de trocas que contribuíram muito para a elaboração do tema desta pesquisa. Especialmente, às companheiras de duas gestões do Diretório Acadêmico de Psicologia por me auxiliarem a compreender que o afeto é imprescindível nas relações, na militância, na Psicologia e na vida.

À Universidade Federal de Santa Catarina, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, às professoras e professores do Programa, ao Gileade e à Silvana da secretaria e a todas e todos profissionais que tornam possível o cotidiano da universidade.

Às colegas do mestrado e do NUGEMS, pelas trocas que tornaram a ida à Florianópolis mais tranquila. Em especial ao João e à Juliana, por cada desabafo, cada riso, cada momento compartilhado nesta trajetória do mestrado.

À professora Raquel, orientadora desta pesquisa, pelo carinho e pelas palavras de incentivo. Obrigada por confiar nesta pesquisa, por confiar em mim e pelo olhar sempre gentil.

À professora Camila, pela parceria e amizade desde a graduação e por, agora, contribuir com sua leitura atenta e generosa a este trabalho.

À professora Neiva, pela disponibilidade em compor a banca e pelas contribuições a este trabalho.

À CAPES pelo auxílio financeiro para realização desta pesquisa. Pesquisar é trabalho, lutemos para toda pesquisadora brasileira ser valorizada e respeitada.

A todas as lésbicas, as que vieram antes, as que caminham ao meu lado, as que ainda virão. A existência lésbica, o afeto e vínculos entre lésbicas pode mudar muita coisa.

Às parceiras desta pesquisa, as lésbicas que disponibilizaram seu tempo para compartilhar comigo suas experiências, muito obrigada! O que aprendi nos encontros com vocês ultrapassa qualquer conceito limitante de pesquisa e vocês demonstram, mais uma vez, a potência da existência lésbica. Obrigada por toparem colaborar na construção desta pesquisa, partilhando suas experiências, que protagonizam as páginas que seguem. Espero fazer jus a elas.

“Duas mulheres, de mãos
dadas na rua,
(ame)açam muita gente:
O sexo heterocentrado
As relações normativas
A psicanálise freudiana
A maternidade compulsória
Narrativas de passados e futuros
O sistema político
O sistema binário
As máscaras do cidadão de bem
O desequilíbrio de homens (des)equilibrados
[...]
O cristianismo
O mito da superioridade masculina
As alianças entre hegemônias
A linguagem:
O silenciamento sobre nós,
essa ideia não dita mas
repetida,
de que nós não
Existimos”

(Joaquim, Michelle, 2020, p. 62)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar como estudantes lésbicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) significam suas experiências em relação a gênero e sexualidade na universidade. Especificamente, tive em vista investigar como se produzem lesbianidades plurais no âmbito da universidade; problematizar, no contexto universitário, a questão da invisibilidade lésbica e seu entrecruzamento com demais opressões; identificar estratégias de resistência individuais e/ou coletivas de estudantes lésbicas. Parto de uma perspectiva interseccional, considerando como outros marcadores sociais se interconectam às experiências lésbicas na universidade. Na construção deste trabalho, apresento abordagem conceitual acerca das lesbianidades e uma revisão de literatura de pesquisas anteriores acerca das experiências lésbicas na universidade. A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com dez estudantes lésbicas de diferentes cursos da UFSC. A análise foi realizada a partir dos estudos das lesbianidades e utilizando pressupostos da Análise de Discurso (AD) francesa. As análises demonstraram que as lesbianidades são produzidas por processos dinâmicos vivenciados de diferentes maneiras e que a universidade pode configurar um espaço que proporciona maior liberdade e identificação coletiva, tendo efeito nas produções subjetivas lésbicas. Percebi também que as lesbianidades são invisibilizadas de diferentes maneiras no contexto institucional da universidade, junto a temáticas como raça, gênero e sexualidade, e enfrentam a cisheteronormatividade no cotidiano das salas de aula e demais espaços. Ainda, foi possível identificar que as expressões lésbicas encontram brechas para a visibilidade em contato com outras pessoas LGTBTTQIA+ e em espaços autônomos. Assim, as experiências lésbicas, imbricadas a marcadores de privilégio e opressão, circulam pela universidade em meio a silenciamentos e acolhimentos, produzindo subjetividades plurais.

Palavras-chave: Ensino Superior; Lésbicas; Psicologia Social; Sexualidade.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how lesbian students at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) signify their experiences in relation to gender and sexuality at the university. Specifically, I aimed to investigate how plural lesbian experiences are produced within the university; problematize, in the university context, the issue of lesbian invisibility and its intersection with other oppressions; identify individual or collective resistance strategies of lesbian students. From an intersectional perspective, I consider how other social markers interconnect with lesbian experiences at the university. I present a conceptual approach to lesbianity and a literature review of previous works on lesbian experiences at the university. The field work was developed through semi-structured interviews with ten lesbian students from different courses at UFSC. The analysis was carried out based on lesbian studies and French Discourse Analysis (DA) postulates. The analysis demonstrated that lesbian identities are a result of dynamic processes that are experienced in diverse ways, and that the university can establish a space that offers greater autonomy and collective identification, thereby influencing lesbian subjective productions. It was also noticed that lesbianities are made invisible in different ways in the institutional context of the university, along with themes such as race, gender and sexuality, and face cisheteronormativity in classrooms and other spaces' day to day. Furthermore, it was possible to identify that lesbian expressions look for gaps and find spaces in contact with other LGBTTQIA+ people and in autonomous spaces. Thus, lesbian experiences, intertwined with markers of privilege and oppression, circulate throughout the university in the midst of silencing and acceptance, producing plural subjectivities.

Keywords: Higher Education; Lesbian; Social Psychology; Sexuality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações encontradas no levantamento bibliográfico

Quadro 2 – Artigos encontrados no levantamento bibliográfico

Quadro 3 – Departamentos dos centros de ensino dos campi Araranguá e Florianópolis

Quadro 4 – Perfil das estudantes entrevistadas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Comunicação e Expressão
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CDGEN	Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero
CDS	Centro de Desportos
CED	Centro de Ciências da Educação
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CSE	Centro Socioeconômico
CTC	Centro Tecnológico
CTS	Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde
GALF	Grupo Ação Lésbica-Feminista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEG	Instituto de Estudos de Gênero
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PET	Programa de Educação Tutorial
PROAFE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
2 INTRODUÇÃO	14
3 DE ONDE PARTIMOS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS	19
3.1 No sistema sexo-gênero-desejo, onde estão/quem são as lésbicas?	19
3.2 Perspectivas interseccionais: lesbianidades sob óticas plurais	22
3.3 Educação Superior e experiências dissidentes da cisheteronorma	25
3.3.1 <i>Lésbicas e universidade: o que tem sido falado?</i>	27
3.3.2 <i>Aproximando o mapa: experiências LGBTQIA+ no contexto da UFSC</i>	33
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS	36
4.1 Como vamos? Traçando rotas.....	36
4.2 Para onde vamos? Caracterizando o contexto	38
4.3 Vamos juntas? Firmando parcerias	40
5 AS LÉSBICAS: PRODUÇÃO DAS LESBIANIDADES E IDA PARA A UNIVERSIDADE	44
5.2 “Eu precisava compensar o fato de eu ser lésbica”: contextos de origem e deslocamentos nas experiências de universitárias lésbicas.....	51
5.3 “Oi, você quer ser minha amiga?”: formação de redes na universidade	58
6 A UNIVERSIDADE: ESPAÇOS E (IN)VISIBILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS	65
6.1 “Tem várias nuances, pensando em quem eu sou, sabe?”: circulação pelos espaços da universidade	66
6.2 “Em alguns momentos eu não levava esse assunto, em outros eu podia ser eu mesma”: experiências lésbicas nas salas de aula	72
6.3 “Essa pesquisa incomoda, as lésbicas incomodam”: encontros e desencontros na busca pela visibilidade lésbica	80
7 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	103
APÊNDICE B – Questionário sociodemográfico	104
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	106
APÊNDICE D – Quadro 3 – Departamentos dos centros de ensino dos campi Araranguá e Florianópolis	108
APÊNDICE E – Quadro 4 – Perfil das estudantes entrevistadas	110

1 APRESENTAÇÃO

Início esta escrita tomada por sentimentos, motivações e preocupações que me acompanham em muito do que faço, muito do que sou. Dentre elas há um cuidado com o que falo, com o que comunico para quem estiver ouvindo. No caso da escrita acadêmica, este cuidado toma uma proporção ainda maior, pois, enquanto escrevo, não sei que caminhos ela irá percorrer, quem estará lendo e em qual momento e o quão pouco saberá previamente da pessoa que formulou estas palavras. Esta preocupação não é singularmente minha, é acompanhada e alimentada pelas reflexões de teóricas como Donna Haraway (2009) ao falar da importância de situarmos nossos pontos de vista e Glória Anzaldúa (2017) quando diz que se nomear é tornar sua presença conhecida.

Assim, nomeio a mim e meus pontos de vista: sou uma mulher branca, cis, lésbica, de classe média, sem deficiência, brasileira, nascida no estado do Rio Grande do Sul. Sou psicóloga, estou mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sou muitas outras coisas que poderia listar extensivamente – embora aspectos afetivos e trajetórias de vida sejam difíceis de serem descritos –, mas não tenho esse objetivo aqui e, sim, localizar relativamente quem está por trás das articulações político-teórico-afetivas que serão apresentadas nesta dissertação.

Posso traçar o início do meu interesse pelas temáticas em torno das lesbianidades ao meu percurso da graduação em Psicologia. Iniciei me aproximando do caráter político da lesbianidade, e explico: sou uma mulher lésbica que, assim como muitas outras, começa a perceber e reconhecer sua sexualidade já adentrando a vida adulta. Ao passo que fui reconhecendo meus processos subjetivos, fui, naturalmente, me aproximando de outras lésbicas e da militância através do Diretório Acadêmico de Psicologia da universidade que frequentei, no interior do Rio Grande do Sul. A movimentação política que vivia nesse momento me mobilizou a refletir sobre as diversidades de gênero e sexualidades no contexto acadêmico e foi então que, como bolsista de um projeto de extensão, ministrei o grupo de estudos “Diversidades de Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos”. Daí em diante, minha trajetória acadêmica está entrelaçada aos temas de gênero e sexualidades, especificamente as lesbianidades.

Ao final da graduação, realizei uma pesquisa sobre narrativas lésbicas plurais compartilhadas por mulheres no Instagram, o que tornou ainda mais evidente, para mim, a necessidade de se falar sobre lesbianidades na academia. De aproximar o mundo “frio” da escrita acadêmica à realidade das sapatonas, das caminhoneiras, das mulheres que se relacionam com outras mulheres e que têm suas vivências invisibilizadas e suas vozes silenciadas.

Partindo da minha experiência, acredito que, às vezes, a universidade pode ser um espaço/momento de (re)descoberta de si em aspectos variados, de reflexão sobre a forma que nos relacionamos e para onde nossos afetos são direcionados, sobre os limites entre nós e o político (se eles existem). Esses processos não são inteiramente agradáveis, e podem ser marcados por preconceitos, desafetos e desencontros. Mais importante, suponho que as experiências de lésbicas na universidade sejam bastante diversas, mesmo ao se olhar para um território delimitado, de uma única universidade, em uma cidade específica. Que lésbicas pretas, brancas, cotistas, com deficiência, periféricas, gordas, indígenas, dentre tantas diferenças que poderia citar, vivenciam de maneiras diferentes esse contexto.

Adentro o mestrado com essas inquietações e com a vontade de ouvir de outras lésbicas, de realidades diversas a minha, sobre suas vivências, sobre o lugar ou não-lugar que encontram no espaço da universidade, sobre as redes de apoio ou solidão que as envolvem. Chego, então, à minha pergunta de pesquisa: **como estudantes lésbicas significam suas experiências em relação a gênero e sexualidade na universidade?**

2 INTRODUÇÃO

Discursos científicos ocidentais de diversas áreas investem no gênero e na sexualidade como tema de estudo há alguns séculos. Por muito tempo, essas análises eram feitas por e sobre homens, sendo mais recentes estudos que partem de uma abordagem crítica, visando deslocar sentidos do discurso predominante (Butler, Judith¹, 2003). Estudos que enfocam vivências LGBTTQIA+² surgem para causar rupturas nas hegemonias que silenciaram e ocultar certas existências da história. Se incluem neste grupo as lesbianidades, em suas configurações diversas e plurais.

Ao longo da história, as lésbicas foram invisibilizadas de diferentes maneiras, ora negligenciadas, ora efetivamente apagadas dos registros históricos (Rich, Adrienne, 2010). Quando a ciência voltou o olhar para as experiências homossexuais, o fez considerando os homens gays como foco, dedicando às lésbicas apenas “capítulos únicos, parágrafos soltos e notas de rodapé” (Toledo, Livia, 2008, p. 18). Os estudos lésbicos, ou estudos das lesbianidades, como nomearei ao longo deste texto, emergem para evidenciar a existência lésbica. Na interseção entre os Estudos Feministas, os Estudos de Gênero e os estudos LGBTTQIA+, configuram um campo crucial, voltado às experiências e perspectivas das sujeitas e comunidades lésbicas. Esta dissertação está inserida nos estudos das lesbianidades articulando perspectivas interseccionais à análise das experiências lésbicas.

As lesbianidades ainda enfrentam uma significativa invisibilidade como campo de investimento do discurso acadêmico. Apesar da crescente visibilidade de pautas LGBTTQIA+ no meio social, os estudos das lesbianidades continuam sendo um campo marginalizado e sub-representado na academia. Essa invisibilidade tem implicações que ultrapassam os muros acadêmicos por contribuir para lacunas no reconhecimento dos desafios e experiências únicos vivenciados pelas lésbicas.

No Brasil, foi entre as décadas de 1970 e 1980 que surgiram estudos sobre a homossexualidade não partindo de uma visão heterocentrada, buscando causas ou “consequências” da homossexualidade. João Góis (2003) aponta que, a partir daí, surgiram estudos que refletiam sobre a construção social dos significados associados a homossexualidade e as dificuldades enfrentadas pelos homossexuais na sociedade brasileira. Estes estudos, em sua

¹ Escolho por apresentar o nome e sobrenome das pessoas autoras de forma a visibilizar autoras mulheres, sabendo que autores homens são, ainda hoje, maioria em citações nos textos acadêmicos.

² Reconhecendo que a sigla e os movimentos que ela representa estão em perene transformação, opto por utilizá-la neste formato, o qual abrange as comunidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuadas e outras, representadas pelo símbolo +.

maioria, eram de autoria de homens gays e espelhavam suas experiências (cis³, brancas, de classe média e com acesso livre à academia). Góis denuncia que, até então, havia pouca menção a gênero e colaboração dos estudos de gênero nestes primeiros estudos brasileiros sobre a homossexualidade. Quando cito aqui homossexualidade, demarco que o foco era a homossexualidade masculina e a lesbianidade ganhava pouco (ou nenhum) espaço neste cenário.

É difícil recapitular uma história dos estudos das lesbianidades no Brasil porque são poucos (ou inexistentes?) seus registros. Desde que me aproximei academicamente ao tema das lesbianidades, não encontrei nenhum levantamento que apresente uma linha do tempo das produções lésbicas no Brasil. Há revisões pontuais em trabalhos com outros focos, mas nenhum levantamento extensivo sobre a presença ou ausência das lésbicas nos escritos acadêmicos. Não há, também, um amplo reconhecimento de autoras lésbicas brasileiras, como ocorre com autoras estrangeiras, a exemplo da quase onipresença de Adrienne Rich ou Monique Wittig nos estudos das lesbianidades. Uma explicação para isto é a marginalização do pensamento lésbico no contexto acadêmico brasileiro. Zuleide Silva e Rosangela Araujo (2021) colocam: “no Brasil, as reflexões produzidas por pensadoras lésbicas, independente do espaço geopolítico que as mesmas ocupam no processo de produção do conhecimento, são periféricas, pouco conhecidas, negadas pelo androcentrismo da ciência” (p. 2).

Apesar de não haver um estudo norteador para demarcá-la, a invisibilidade acadêmica lésbica é notada no cotidiano, como quando ao buscar “lesbianidade” em uma base de dados online aparecem, em maioria, estudos LGBTQTIA+ gerais, colocando todas as letras em uma análise homogeneizadora e dando pouca atenção às especificidades de cada grupo. Sinalizo a importância do reconhecimento dos estudos das lesbianidades como campo de conhecimento, com uma história registrada e devida valorização de suas contribuições.

Admitir a existência lésbica é, para Adrienne Rich (2010), um obstáculo difícil de ser atravessado mesmo para alguns feminismos, pois pressupõe o reconhecimento de que a heterossexualidade não é inata ou intrínseca. No início da década de 1980, a autora apresentou o termo heterossexualidade compulsória, caracterizando a heterossexualidade como uma construção política que objetiva a manutenção do direito masculino sobre as vidas femininas. Segundo a autora, a imposição da heterossexualidade relega as mulheres aos papéis de esposa e mãe, e um dos meios através dos quais é reforçada é pela invisibilidade da possibilidade lésbica.

³ A cisgeneridade é a correspondência da identidade de gênero de uma pessoa ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

Às vezes tido como intercambiáveis, o conceito de heteronormatividade difere do anterior ao se referir a um conjunto de expectativas e regras sociais fundamentadas na heterossexualidade. Essas normas extrapolam o âmbito da sexualidade, firmando um protocolo de comportamentos, características e condutas que deve ser, rigidamente, seguido por todas as pessoas a fim de se enquadrarem na organização ‘natural’ da heterossexualidade. Para Cathy Cohen, o termo abrange tanto “práticas localizadas quanto instituições centralizadas” (Cohen, Cathy, 2019, p. 26) que legitimam a heterossexualidade como fundamental na sociedade. Neste texto, utilizarei o termo cisheteronormatividade que visa explicitar que a heteronormatividade é intimamente conectada à cisgeneridade. Isto é, as relações de poder que pressupõe a heterossexualidade e as construções sociais acerca de gênero e sexualidades têm como base conceitos biológicos (Rosa, Eli Bruno, 2020).

A heterossexualidade compulsória e a cisheteronormatividade operam em conjunto para a experiência lésbica ser “percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível” (Rich, Adrienne, 2010, p.21). Entretanto, lésbicas existem e resistem – carregam consigo⁴ a identidade da resistência a um sistema que a todo momento as estigmatiza e desvaloriza. Esse processo se dá nas relações sociais, familiares, no corpo, na compreensão de si mesmas, nas relações afetivo-sexuais (Almeida, Gláucia; Heilborn, Maria Luiza, 2008). Muito do que constitui socialmente o “ser mulher”, está atrelado aos padrões cisheteronormativos e as lésbicas rompem esse padrão com sua existência.

Quando as ferramentas cisheteronormativas tomam forma de violências contra lésbicas, sejam essas psicológicas, físicas, sexuais ou simbólicas, falamos da lesbofobia. O termo tem origem no conceito de homofobia, caracterizada como a manifestação arbitrária de atitudes hostis direcionada aos homossexuais (Borrillo, Daniel, 2009), sendo utilizado ao invés desse para abordar as especificidades das violências voltadas às lésbicas. É uma maneira tanto de evidenciar a existência lésbica (como já mencionado, a homossexualidade por muito tempo representou apenas experiências masculinas), quanto de elucidar aspectos das violências intensificados pelo menosprezo às lésbicas por colocarem em risco a manutenção da norma heterossexual (Rojas, Zicri; Mansilla, María, 2021).

Em pesquisa sobre lesbofobia no ensino superior, Amanda Pedroso (2020) diz ser possível perceber, na universidade, momentos de avanço, de reconhecimento de pautas em prol

⁴ Apesar de escrever este texto em primeira pessoa e me denominar lésbica, ao fazer menção às lésbicas utilizarei a terceira pessoa visando dar ênfase à pluralidade de experiências lésbicas que ultrapassam minhas vivências.

da diversidade e momentos de retrocesso, de violências direcionadas às pessoas LGBTTTQIA+⁵ e silenciamentos. Henrique Nardi, Paula Machado, Frederico Machado e Letícia Zenevich (2013) vão além e dizem que “a universidade não apenas reproduz as desigualdades sociais, mas produz novas formas de desigualdade, além de atualizar discursos discriminatórios, simultaneamente ao tratamento e vivência dos conflitos no espaço acadêmico”⁶ (p. 196). Reconhecendo que a invisibilidade lésbica não se limita ao meio social, existe também um apagamento da vivência lésbica nas produções acadêmicas (Lessa, Patricia, 2003), justifica-se voltar o olhar às condições de permanência das lésbicas que circulam pela universidade, possibilitando serem compreendidas diferentes pautas que necessitam atenção.

Ao falar da pesquisa em psicologia, Andréa Zanella e Almir Sais (2008) apontam para a responsabilidade ética que essa carrega, por tratar-se de uma “prática social complexa que busca compreender/explicar ou encontrar soluções para uma realidade igualmente complexa” (p. 686). A autora e autor defendem a necessidade de reconhecer a implicação sócio-histórica desse processo, que visa um olhar abrangente às pessoas no contexto em que vivem, caracterizando uma “ação ética, estética, política” (Zanella, Andréa; Sais, Almir, 2008, p. 686), nunca meramente científica.

Tendo em vista o papel da psicologia social tanto na produção de conhecimento quanto na criação de estratégias sociopolíticas que defendam os direitos humanos, torna-se evidente a necessidade de olhar para as lésbicas, pois como Patrícia Lessa (2003) diz:

As lésbicas existem, esse é o ponto de partida que deve sempre ser lembrado, pois não basta existir, mas criar as condições para sua inserção social. Um bom caminho? Que suas vozes possam ecoar em diferentes campos do saber e ao sabor da irreverência mostrar sua pluralidade no social bem como suas lutas nos campos do desejo e da política (p. 6-7).

Portanto, a mudança social enquanto compromisso ético-político da psicologia social passa pela problematização dos processos de subjetivação de gênero e das sexualidades e dos meios que invisibilizam as vivências lésbicas. Pretendo, a partir da problematização das diferentes opressões que perpassam o campo institucional da universidade, abrir espaço para serem repensadas normas e práticas sociais de modo a propiciar um ambiente seguro para quem não se encaixa na cisheteronormatividade e demais padrões.

Para esta pesquisa, tive como objetivo analisar como estudantes lésbicas da Universidade Federal de Santa Catarina significam suas experiências em relação a gênero e sexualidade na

⁵ Apesar de algumas das autoras e autores dos trabalhos citados ao longo desta dissertação usarem diferentes formatos da sigla, manterei o formato usado por mim, para melhor fluidez da leitura.

⁶ No tópico 3.3, discutirei mais extensamente esses e outros trabalhos que têm como tema vivências dissidentes da cisheteronormatividade no contexto da universidade.

universidade. Ao fazer referência às experiências lésbicas, me aproximo do conceito de experiência de Joan Scott (1999), que diz que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (p. 27). Segundo o que propõe a autora, considero ao longo deste estudo quais são e de que forma operam os mecanismos cisheteronormativos que têm impacto constituinte e constante nas vidas lésbicas.

Especificamente, tive em vista: investigar como se produzem lesbianidades plurais no âmbito da universidade; problematizar, no contexto universitário, a questão da invisibilidade lésbica e seu entrecruzamento com demais opressões; identificar estratégias de resistência individuais e/ou coletivas de estudantes lésbicas.

Não pretendo, com este trabalho, esgotar as discussões sobre as experiências lésbicas na universidade, bem como as considero enquanto fazendo parte de uma categoria que não é, em si, homogênea nem essencializada, mas dinâmica, compreendendo diferentes atravessamentos e singularidades. Além disso, retomo a compreensão de Joan Scott (1999) da experiência como uma forma de, por meio da linguagem que conta a história das sujeitas, repensá-la e poder abrir possibilidades de transformação.

Isso posto, minha dissertação está organizada da seguinte forma: na primeira parte, trago referenciais pertinentes aos temas da pesquisa, em relação a onde se encontram as lésbicas no sistema sexo-gênero-desejo, e às perspectivas interseccionais que perpassam toda a pesquisa. Também apresento resultados de levantamento bibliográfico sobre: a) vivências dissidentes da cisheteronormatividade no contexto universitário; b) experiências lésbicas no contexto da universidade; c) experiências dissidentes no contexto da UFSC.

Em seguida, apresento os percursos metodológicos que percorri na elaboração desta pesquisa, desde a natureza da pesquisa, caracterização de onde ela está situada e apresentação das parceiras de pesquisa. Na próxima parte, apresento a análise do que foi construído no encontro com essas parcerias. Sendo que, o material produzido a partir disso está organizado em dois capítulos. No primeiro, *As lésbicas: produção das lesbianidades e ida para a universidade*, foco em como se produzem lesbianidades, sobretudo em relação aos processos de ida para a universidade. No segundo capítulo, *A universidade: espaços e (in)visibilidade das experiências lésbicas*, reflito sobre o circular por diferentes espaços da universidade a partir das experiências das estudantes lésbicas, pensando a questão da invisibilidade lésbica.

3 DE ONDE PARTIMOS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

3.1 No sistema sexo-gênero-desejo, onde estão/quem são as lésbicas?

Existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa mesma existência.

(Rich, Adrienne, 2010, p. 35)

Um atributo central da contemporaneidade ocidental está no que Gayle Rubin (1975) chamou de sistema sexo-gênero, isto é, a categorização de indivíduos como masculinos ou femininos com base em suas características biológicas e, em seguida, atribuição de papéis e expectativas de gênero com base nessas categorias. Esse sistema impõe a ideia de que gênero é binário, baseado na biologia e predeterminado no nascimento.

Thomas Laqueur, em *Inventando o Sexo* (2001), argumenta que essa ideia de sexo e gênero não é uma verdade atemporal ou universal, mas sim um produto de construções históricas e culturais. O autor sinaliza que a divisão binária e biologicamente determinada da sexualidade é uma construção relativamente recente, e culturas anteriores tinham diferentes entendimentos de sexualidade e gênero. A tese central de Laqueur é que o conceito moderno e ocidental de sexo como categoria biológica data do século 18, difundido e apoiado pelo discurso biomédico que buscava estudar e compreender o corpo de maneira objetivamente científica.

A ideia de gênero como natural e biológico foi e é amplamente contestada por teóricas feministas que há muito demonstram que o gênero é uma construção social e não um fato biológico. Em *Problemas de Gênero* (2003), Judith Butler reforça o argumento de que gênero não é uma característica fixa ou inata, mas sim uma série de atos e gestos realizados que se repetem ao longo do tempo. Elu⁷ argumenta que essas repetidas performances criam a ilusão de uma identidade de gênero natural e estável, mas que, na realidade, o gênero está sempre em um estado de fluxo e instabilidade.

Nesse sentido, Butler critica a ideia de um binarismo de gênero e, em vez disso, defende uma compreensão mais fluida do gênero que reconheça a multiplicidade de expressões e identidades de gênero. A compreensão de gênero de Butler está intimamente ligada à sua análise do conceito de sexo. Elu argumenta que sexo, como gênero, não é uma categoria natural ou biologicamente determinada, mas também uma construção social. Em suma, as categorias de masculino e feminino não são fixadas biologicamente, mas são produtos de normas e expectativas sociais e culturais (Butler, Judith, 2003).

⁷ Judith Butler afirmou recentemente (Gleeson, Jules, 2021) que se identifica como pessoa não binária e que prefere identificação por pronomes neutros (they/them, em inglês) que serão, neste texto, utilizados como elu/delu.

Ampla contribuição à desestabilização de noções hegemônicas em relação a gênero é feita pelas teóricas decoloniais ao denunciarem que as imposições de gênero são heranças marcadamente coloniais. María Lugones, em *Colonialidad y Género* (2008), apresenta uma perspectiva crítica que lança luz sobre as formas pelas quais o colonialismo moldou as normas e relações de gênero e destaca a importância de considerar as interseções de raça, gênero e colonialismo na compreensão dessas opressões. Esta perspectiva destaca como o colonialismo impôs a compreensão ocidental, patriarcal e binária de gênero nas populações colonizadas, ao passo em que apagou e suprimiu sistemas e práticas de gênero próprios destas populações.

As ferramentas normativas do sistema sexo-gênero não se encerram nele mesmo, mas se estendem como sistema sexo-gênero-desejo (Butler, Judith, 2003), que explicita que o desejo também é um construto social, moldado por normas e expectativas culturais. O desejo heterossexual, tido como natural e inato, nada mais é que um produto de protocolos culturais que ditam o que é considerado desejável.

Para Monique Wittig (1992), teórica francesa com grande relevância nos estudos das lesbianidades, as categorias de homem e mulher são criações para nomear uma relação de opressão. A autora diz que as mulheres são “heterossexualizadas” e que isso infere em seus corpos e mentes, os quais são manipulados a corresponder a cada característica estabelecida. A autora nomeia que a imposição da heterossexualidade como universal resulta no “pensamento hétero” o qual não consegue conceber uma cultura que não esteja pautada nas relações heterossexuais (Wittig, Monique, 1992).

Através desta perspectiva, todas somos educadas a partir de uma pedagogia (Louro, Guacira, 2008) que inicia antes mesmo de nascermos, a obedecermos às regras do que é definido como “de menina/de menino”, feminino/masculino, em uma rede complexa de normativas. Retomando o principal conceito de Adrienne Rich, falar da compulsoriedade heterossexual visa delinear que o fato de a heterossexualidade ser vista como o padrão natural advém desse amplo e contínuo processo de convencimento cultural a níveis social, familiar, educacional e político que define, inclusive, a divisão de trabalho e hierarquias de importância social (Rich, Adrienne, 2010). Como parte desse processo, os relacionamentos heterossexuais são apresentados como a referência única, padrão, e estruturam um “modo de organização” a ser seguido por todas as pessoas – justificado por diferenças biológicas.

As lésbicas precisam conviver com a imposição de que sua sexualidade não se enquadra nesses termos, e que o direcionamento de afetos a outras mulheres e as relações que se constroem a partir disso, são subversivos ao olhar social. Isto pode resultar em um processo de

subjetivação marcado pela precarização⁸ de temas bastante íntimos: a sexualidade e as relações interpessoais. Neste cenário, as relações afetivas entre mulheres são, historicamente, negadas e apagadas, tidas como mero produto da rejeição masculina. Nas poucas ocasiões em que são lembradas, seja no discurso social ou acadêmico, é comum serem pensadas em comparação à heterossexualidade, tendo o homem como referência central e constante (Rich, Adrienne, 2010; Navarro-Swain, Tania, 1999).

Adrienne Rich (2010) diz que teorias político-culturais que abordem a existência lésbica como preferência sexual ou como alternativa a um padrão tido como natural são estruturalmente frágeis e não auxiliam em dar visibilidade a essas mulheres por não validarem sua existência como autêntica, como válida por si só. Jules Falquet (2012) também defende que pensar a lesbianidade exclusivamente como “um conjunto de práticas sexuais e/ou desejanter individuais” (p. 8) significa focar em identidades pessoais, e não contribui no rompimento à cisheteronormatividade, por ignorar os fatores sociais que a entrelaçam.

Monique Wittig, ao declarar que “as lésbicas não são mulheres” (Wittig, Monique, 1992, p. 32, tradução própria⁹) causou estranhamento à época e a citação tem, até hoje, seu significado alterado dependendo de quem a emprega. Adentrando a obra de Wittig, é possível entender que, com a afirmação, buscou apontar que a existência da categoria mulher está enraizada na crença de inferioridade e submissão feminina e da heterossexualidade como mantenedora do contrato social. Conforme este pensamento, as lésbicas, ao rejeitarem estes regulamentos, desafiam a noção de gênero binário e não se enquadrariam no que é tido como mulher.

A partir dos pensamentos das autoras citadas, é possível perceber como essas construções e estruturas sociais afetam como as lesbianidades são compreendidas e vivenciadas. A cisheteronormatividade reforça a ideia de que a heterossexualidade é a norma e outras expressões são desviantes ou subversivas. Trata-se de um processo arbitrário que marginaliza corpos e experiências. No caso das lesbianidades, é reiterada a ideia de que suas existências devem ser escondidas, apagadas.

Quem são, então, as lésbicas de quem falo? Neste ponto, tanto da progressão textual como do momento histórico atual, onde as sexualidades e identidades dissidentes da cisheteronorma sofrem ataques da articulação entre ofensivas ultraliberais e ofensivas ultraconservadoras, se faz importante situar meu entendimento sobre quem são as lésbicas,

⁸ Faço alusão ao conceito utilizado por Judith Butler em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2015). Nas palavras do autor: “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, Judith, 2015, p. 17).

⁹ No original: “lesbians are not women”.

protagonistas desta pesquisa. Entendo como lésbica a mulher cis, trans ou pessoa não-binária que se identifica e se denomina como tal. Utilizo o termo lésbica como “guarda-chuva” de afirmações identitárias como sapatão, sapatona, caminhão, caminhoneira, fancha, entendida, lesbiana, sáfica, dentre outras.

Opto por esta definição articulando teoria com bagagem de ativismo que vivencio para além da academia e que me levam à compreensão das lesbianidades como não-fixas, não estabelecidas em um binarismo rígido de gênero. Defendo que lésbicas são aquelas que assim se definem, retomando o pensamento de Glória Anzaldúa quando diz: “quero poder escolher o que vai me nomear” (2017, p. 409). Reconheço que esse entendimento das lesbianidades não é universal e pode ser contestado por diferentes perspectivas. Trata-se, porém, de decisão e afirmação teórico-política minha visando fugir do binarismo socialmente imposto e da objetividade “puramente científica”, ambos amplamente criticados pelas teóricas com as quais dialogo aqui. Entendo que a lesbianidade foge à compreensão cisheteronormativa e que as lésbicas constroem identidades próprias e que devem ser por elas mesmas nomeadas.

3.2 Perspectivas interseccionais: lesbianidades sob óticas plurais

Quando uma “lésbica” me nomeia o mesmo que ela, ela me subsume sob sua categoria. Eu sou de seu grupo, mas não como uma igual, não como uma pessoa inteira – minha cor apagada, minha classe ignorada.

(Anzaldúa, Gloria, 2017, p. 408)

As discussões apresentadas até aqui apontam para a não existência de uma única “identidade lésbica”, pois a constituição das lesbianidades perpassa diversas construções históricas e é por elas atravessada. Trata-se de um processo de subjetivação amplo, múltiplo e complexo, experienciado de formas diversas por diferentes mulheres. As lésbicas não compartilham as mesmas vivências, dores, conquistas e até dos mesmos espaços. O que há de comum é o lugar de subalternidade na matriz cisheteronormativa e a invalidação da sexualidade, o que não resulta em experiências homogêneas, pois estas são atravessadas por outras “identificações em arranjos móveis e situacionais” (Simões, Júlio, 2011, p. 170).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) auxiliam na compreensão de que identidades individuais não são categorias fechadas ao apontarem que a interseccionalidade permite um entendimento abrangente e complexo dessas:

O vasto corpo de estudos no interior da interseccionalidade, envolvendo o tema das identidades individuais como interseccionais e performativas, mudou o significado de identidade de algo que se tem para algo que se constrói. Em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra,

entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais (p. 241).

Da problematização das interconexões entre raça e gênero, surgiu o conceito de interseccionalidade, pautado no reconhecimento das estruturas sociais a partir das quais surgem e se perpetuam diferentes discriminações sofridas por grupos, pessoas e seus corpos e como estas se relacionam precarizando vidas (Crenshaw, Kimberlé, 2002; Akotirene, Carla, 2019). O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980, quando a autora sinalizou a necessidade de não se olhar para estas experiências separadamente, mas sim ampliadamente, analisando onde e como operam juntas (Crenshaw, Kimberlé, 2002).

Conceição Nogueira (2017) aponta que uma noção universal da mulher já vinha sendo desestabilizada por algumas feministas antes mesmo da emergência do termo interseccionalidade. Pontuo aqui a importância de reconhecer que a maioria dessas discussões eram feitas no interior dos feminismos negros¹⁰, como bell hooks¹¹ historiciza no texto *Mulheres negras: moldando a teoria feminista* (2015), quando afirma que as mulheres negras nunca precisaram de uma teoria para “informá-las de que eram oprimidas” (hooks, bell, 2015, p. 203). A difusão do termo interseccionalidade contribuiu, então, para nomear um compromisso já existente, dando maior ênfase à relação entre opressão e privilégio (Nogueira, Conceição, 2017).

Dentre os muitos e importantes trabalhos de autoras negras que contribuíram amplamente na difusão das teorias interseccionais, destaco aqui o pensamento de Patricia Hill Collins, socióloga estadunidense. Com o conceito de matriz de dominação, Patricia lançou luz às maneiras pelas quais sistemas múltiplos de opressão se intersectam, interagem e se reforçam mutuamente para produzir e manter desigualdades sociais. Collins argumenta que a interseção dos sistemas de opressão e privilégio moldam experiências individuais de poder e desigualdade (Collins, Patricia, 2019).

Na obra de Gloria Anzaldúa, a referência aos cruzamentos interseccionais é feita através do que chama de consciência de fronteira. Ao refletir sobre suas próprias experiências, argumenta não ocupar um só lugar, ao passo em que ocupa vários: o de mulher, lésbica, mexicana, estadunidense, escritora, militante, dentre outros. Anzaldúa defende uma nova consciência mestiza, de fronteiras geográficas e metafóricas, fronteiras de raça, classe, gênero,

¹⁰ Fruto de discussões similares que estavam sendo feitas à mesma época, surge o conceito dos marcadores sociais da diferença a partir do Feminismo das Diferenças estadunidense que criticava o feminismo vigente, o qual abrangia apenas as mulheres brancas, heterossexuais e de classe média (Pelúcio, Larissa, 2011). Na prática, os marcadores sociais e identitários se apresentam como marcas, rótulos que interferem diretamente na forma como as pessoas são vistas pelo meio social (Brah, Avtar, 2006).

¹¹ bell hooks, pseudônimo da autora estadunidense Gloria Jean Watkins, é estilizado em letras minúsculas.

orientação sexual, nacionalidade, dentre outras. O transitar entre essas fronteiras, rompendo os binarismos hegemônicos ocidentais, é entendido pela autora como um movimento de libertação que tem sua força explícita quando tira da marginalidade as experiências daquelas que foram historicamente desautorizadas a falar (Anzaldúa, Gloria, 2005).

Tanya Saunders (2017) denuncia que a lésbica negra, ao se encontrar na interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade, ocupa uma posição que a desumaniza de diversas maneiras. Para a autora, as rupturas causadas pela existência da sapatão negra põem em jogo as estruturas racistas, machistas e cisheteronormativas, podendo configurar “um processo central ao se pensar e lutar por liberação” (p. 115).

As experiências de lésbicas negras destacam a importância de integrar perspectivas interseccionais aos estudos das lesbianidades. Historicamente, suas experiências foram negligenciadas nos movimentos feministas e movimentos LGBTTQIA+, ao priorizarem as experiências de mulheres brancas, de classe média e homens gays, respectivamente. As perspectivas interseccionais auxiliam a destacar as experiências únicas de lésbicas negras e as maneiras pelas quais o racismo, o machismo e a lesbofobia se cruzam para moldá-las. Audre Lorde (2019) remete os efeitos conjuntos desses sistemas de opressão a uma “mesma raiz – a incapacidade de reconhecer o conceito de diferença como uma força humana dinâmica, que é mais enriquecedora do que ameaçadora para a definição do indivíduo” (p. 57).

Por uma perspectiva interseccional, pensando matrizes de privilégio e opressão, se faz necessário voltar-se, também, para os marcadores de privilégio. Em relação ao privilégio racial, os Estudos da Branquitude emergem no Brasil no início deste século, constituindo uma área crítica ao olhar hegemônico que centrou a análise das relações raciais nas experiências de pessoas negras, ignorando o papel das pessoas brancas nessa trama. Maria Aparecida Bento define o problema que suscita sua emergência:

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (2002, p. 80).

Pensar o que constitui a branquitude é problematizar como a identidade branca também é constituída a partir das relações raciais. Isto é, as pessoas brancas também são racializadas, pois a branquitude nada tem a ver com uma essência, já que “sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (Schucman, Lia, 2012, p. 23).

Inspirada pelos pensamentos dessas autoras, percebo que a lesbianidade não pode ser pensada como categoria única, pois isso reproduziria dinâmicas hierárquicas amplamente criticadas pelos estudos feministas e estudos das lesbianidades. Assim, a interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta conceitual e analítica relevante para a pesquisa ao atentar para como se imbricam, em diferentes contextos, diferentes eixos de opressão e privilégio. Lançar o olhar às diferenças permite enxergar as lesbianidades para além de limites impostos, entendendo que se trata de experiências amplas, de vidas em movimento em contextos igualmente dinâmicos.

Dessa forma, abordo, neste trabalho, as lesbianidades através de um olhar interseccional. Isto é, toda a pesquisa, desde a elaboração do projeto, a busca por referenciais, a execução da pesquisa no campo e a análise se utilizam de uma perspectiva interseccional em que lesbianidade não é pensada isoladamente, mas em interseção com outros marcadores sociais.

3.3 Educação Superior e experiências dissidentes da cisheteronorma

Conforme o Censo da Educação Superior de 2022, existem 2.595 Instituições de Ensino Superior (IES) no país, dentre essas, apenas 8% são universidades, totalizando 115 universidades públicas e 90 universidades privadas. Apesar de ser menor em número de instituições, é nas universidades que se concentra o maior corpo estudantil: 54% das/dos estudantes da Educação Superior estão nas universidades (INEP, 2022). Essas são caracterizadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, formulando, em tese, um compromisso com a produção de conhecimento, o diálogo com demandas sociais e interdisciplinaridade entre distintos saberes (Gonçalves, Nadia, 2015).

Como instituição social, a universidade passou e passa por transformações ao longo de sua história. Se mantém o fato de refletir a organização e o funcionamento da sociedade em que está inserida. Nela, discursos e atitudes disputam espaços e suas normas e regimentos lhe conferem certo grau de autonomia (Chauí, Marilena, 2003). A universidade atua, também, como um espaço-tempo de socialização por onde diferentes pessoas, dentre estudantes, docentes, servidoras(es) e comunidade, circulam e convivem. Para, mais adiante, refletir sobre as experiências lésbicas na universidade, primeiro apresento algumas considerações sobre as experiências dissidentes da cisheteronormatividade neste contexto, buscando compreender as relações e disputas que se dão no âmbito da universidade.

Em *O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero* (2013), as autoras e autores analisam, a partir do contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

como as relações de poder existentes no Ensino Superior reproduzem preconceitos e violências cotidianas. Argumentam que a universidade, mesmo com o advento de políticas afirmativas de acesso, controla o acesso exclusivo a certos conhecimentos e estabelece redes sociais que limitam as interações a “grupos relativamente homogêneos (ou que foram homogeneizados)” (Nardi, Henrique; Machado, Paula; Machado, Frederico; Zenevich, Letícia, 2013, p. 181).

O artigo apresenta dois pontos centrais para exemplificar as violências vivenciadas por pessoas LGBTTTQIA+ no espaço da universidade: os “troles” universitários e o que chamam de armário da universidade, baseados na metáfora do armário de Eve Sedgwick. Os troles, que, em certa medida, passaram por transformações nos anos recentes desde a publicação do artigo, configuravam exemplos explícitos e espetacularizados de violências tanto físicas quanto simbólicas, cujas ferramentas comumente incluíam xingamentos LGBTTTQIA+fóbicos. Já o armário da universidade, segundo as pesquisadoras e pesquisadores, fala das violências cotidianas, da presença da cisheteronorma nas relações de poder que silenciam expressões diversas de gênero e sexualidade. Argumentam que as expressões de gênero e sexualidade só são aceitas como objeto de estudo, mas não são autorizadas na livre sociabilidade da universidade (Nardi, Henrique; Machado, Paula; Machado, Frederico; Zenevich, Letícia, 2013).

Ao analisar experiências de estudantes LGBTTTQIA+ na universidade, Júlio Santos (2022) fala que a presença dessas pessoas na universidade desloca sentidos sobre a universidade, disputando territórios. Segundo o autor, a universidade se torna um espaço onde diversas questões relacionadas a gênero e sexualidade são vivenciadas e negociadas. Na universidade, essas/esses estudantes podem afirmar publicamente suas identidades, encontram referências, compartilham experiências, lidam com normatividades, constroem redes de apoio e trocam conhecimentos e práticas. Assim, a participação ativa de estudantes LGBTTTQIA+, é apresentada como uma disputa pela própria materialização da instituição, pois suas demandas disputam “a cotidianidade da universidade, exigindo e engendrando possibilidades de vivências mais viáveis nesses espaços, que historicamente têm lidado com conservadorismos e práticas de subalternização desses sujeitos e de suas demandas” (Santos, Júlio, 2022, p. 283).

Para este trabalho, cujo foco está nas experiências de universitárias lésbicas, questiono onde e de que forma se inserem as lésbicas nestes contextos. Entendendo que o Ensino Superior é tanto produtor de conhecimento como espaço-tempo de socialização, apresento, no tópico a seguir, resultados de pesquisas anteriores que auxiliam a essa compreensão.

3.3.1 Lésbicas e universidade: o que tem sido falado?

Com o intuito de auxiliar no direcionamento desta pesquisa, realizei uma revisão de literatura buscando dissertações, teses e artigos acadêmicos com foco nas experiências de universitárias lésbicas. A revisão de literatura, neste contexto, auxiliou para evidenciar o que tem sido dito sobre a relação lesbianidades/universidade, de que forma, por quem e o que ainda não foi abordado por outras pesquisadoras. Sabendo que não são muitos os estudos que falam de lesbianidade, e ainda menores os que têm a universidade como campo de estudo, realizar esse levantamento possibilitou ver o que já foi pesquisado, o que já foi falado, e o que ainda é não-dito e necessita atenção.

Neste levantamento, utilizei os descritores “lésbicas” e “universidade” e suas variações, não delimitando data, visando reunir toda produção brasileira sobre a temática. Na pesquisa ao catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram encontradas quatro dissertações que se enquadraram nos critérios pesquisados e nenhuma tese. As dissertações encontradas foram defendidas entre 2020 e 2021, não tendo sido encontrada nenhuma produção anterior a estes anos, demonstrando o quão recente é a emergência da temática nas produções acadêmicas. Dentre os estudos encontrados, três são decorrentes de Mestrado Acadêmico em Educação e uma de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Não foi encontrado nenhum trabalho da área de Psicologia com esta temática. As dissertações encontradas estão apresentadas a seguir.

Quadro 1 – Dissertações encontradas no levantamento bibliográfico

Autora	Título	Área	Universidade	Ano
Laryssa Oliveira	“Procure o seu lugar”: interseccionalidades da preta não heterossexual na universidade pública	Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas	Universidade de Pernambuco	2020
Amanda Pedroso	A lesbofobia no ensino superior: expressões e possibilidades de enfrentamento	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Ouro Preto	2020
Mônica Coelho	Processos de identificação lesbiana no espaço universitário: relatos de pertencimento, acolhimento,	Mestrado em Educação	Universidade de São Paulo	2021

	reelaboração, disputas e politização			
Luisa Bitencourt Martins	Em busca das lésbicas na produção acadêmica: gênero, feminismos e Ensino Superior	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Juiz de Fora	2021

Na dissertação “*Procure o seu lugar*”: *interseccionalidades da preta não heterossexual na universidade pública (2020)*, Laryssa Oliveira avaliou quais aspectos dos ambientes acadêmicos influenciaram na formação identitária de mulheres negras lésbicas, bissexuais ou com sexualidade não heteronormativa. Foram entrevistadas cinco participantes e Laryssa dá lugar de destaque, ao longo da análise dos resultados, à intersecção entre gênero, raça, sexualidade e outros marcadores.

Em um interessante achado da pesquisa de Laryssa, a autora refere que iniciou a pesquisa buscando participantes que se encaixassem nas identidades mencionadas, porém, no encontro com as entrevistadas, foram percebidas autoidentificações para além das pressupostas. A autora aponta que mesmo não havendo aderência a rótulos fechados por parte das participantes, houve identificação quanto a discriminações e preconceitos vivenciados. Esta pesquisa indicou que discriminações vivenciadas no ambiente da universidade resultam no apagamento de partes das identidades das participantes e a ausência de combate institucional ao racismo, ao machismo e à LGBTTQIA+fobia tornam a universidade um espaço conivente com práticas opressoras (Oliveira, Laryssa, 2020).

Amanda Pedroso, na dissertação *A lesbofobia no ensino superior: expressões e possibilidades de enfrentamento (2020)*, investigou como a lesbofobia afeta a vida de mulheres lésbicas na universidade, em estudo realizado na Universidade Federal de Ouro Preto. A partir de entrevistas com mulheres lésbicas e com participantes de projetos de extensão sobre diversidade na universidade, a autora encontrou que a universidade configura um espaço contraditório de liberdade e de repressão a formas diversas de sexualidade. Esta contradição também se demonstrou na ausência da lesbianidade como tema de aulas, mas presente em rodas de conversas e eventos realizados por coletivos de estudantes.

As discriminações lesbofóbicas citadas pela pesquisa vão desde a “tolerância” da presença lésbica em espaços da universidade até a impossibilidade de frequentar banheiros ou de dialogar com professoras e colegas. Mostrou-se constante nos achados da pesquisa de Amanda, a busca das lésbicas por um lugar na universidade, pela possibilidade de ser e estar ali

plenamente, sem ter de se ajustar às normas dominantes ou apagar partes de suas vivências. Em sua dissertação, a autora denuncia, então, a forte presença do regime heteronormativo no contexto universitário e cita a ampliação dos debates sobre questões de gênero e sexualidades na educação como ferramenta de combate às discriminações (Pedroso, Amanda, 2020).

A dissertação de Mônica Coelho, com o título *Processos de identificação lesbiana no espaço universitário: relatos de pertencimento, acolhimento, reelaboração, disputas e politização (2021)* teve como objetivo analisar de que modo o espaço institucional da educação superior influenciou os processos de identificação de seis estudantes lésbicas. A autora destaca que para todas as entrevistadas a universidade configurou um espaço de aquisição de repertório subjetivo de identificação lesbiana, como nomeada por ela. Também, que os espaços de convivência e/ou políticos com presenças lésbicas, feministas ou LGBTQIA+ fizeram da universidade um contexto mais acolhedor em comparação a outros ambientes educacionais, como os da Educação Básica (Coelho, Mônica, 2021). Em suas palavras:

Se a educação entre pares, destacadamente aquela imbuída de caráter ostensivamente político, tem influência equivalente às atividades práticas pedagógicas de fomento à diversidade – ou até maior do que elas –, de fato, a universidade representa uma amplificação dos espaços de acolhimento, disputa e aliança (Coelho, Mônica, 2021, p. 161).

Além de dar maior destaque a estes aspectos positivos das vivências lésbicas nas universidades que as pesquisas anteriores, o trabalho de Mônica apresenta outro ponto que não está presente nas outras dissertações: a não-binariedade lésbica. A autora cita como uma limitação da pesquisa o fato de todas as participantes se identificarem como mulheres lésbicas, e argumenta que a inscrição da lesbianidade sob a categoria mulher, entendida apenas como orientação sexual, poderia empobrecer seus significados. Mônica sugere que privilegiar a não-binariedade nas discussões lésbicas, não como identidade de gênero, mas como deslocamento epistemológico, pode fornecer instrumentos para lidar com as fronteiras de identidade e na compreensão dos variados processos de identificação lesbiana (Coelho, Mônica, 2021).

A última dissertação encontrada, *Em busca das lésbicas na produção acadêmica: gênero, feminismos e Ensino Superior (2021)*, de autoria de Luisa Bitencourt Martins¹², é fruto de uma revisão bibliográfica em anais de eventos nacionais de grande relevância nas áreas dos estudos de gênero e estudos da educação. Buscando trabalhos com foco nas lesbianidades no contexto da universidade, a pesquisa encontrou 141 trabalhos sobre gênero e Ensino Superior,

¹² Esta dissertação é orientada por Daniela Auad, atualmente professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ela é, também, coautora de três dos artigos encontrados no levantamento bibliográfico, o que sinaliza ser uma pesquisadora vinculada ao estudo das experiências lésbicas no contexto educacional.

40 destes mencionavam lésbicas, mas apenas nove apresentavam discussão sobre lesbianidade. Ao analisar os 40 artigos que citavam lésbicas, a autora pôde constatar lacunas e presenças nas pesquisas com essa temática. De início, ela pontua a invisibilidade lésbica nos escritos acadêmicos, destacando especialmente os 31 trabalhos que utilizam a palavra lésbica dentre as comunidades LGBTTTQIA+, mas não debatem sobre especificidades das vivências lésbicas neste campo. A autora expressa: “após décadas de construção de teoria feminista e de gênero, essa repetição é alarmante dentro de um campo de estudos que se propõe a destruir as relações hierárquicas de poder e que, no entanto, parece não encontrar espaço para lésbicas” (Martins, Luisa, 2021, p. 189).

Uma lacuna destacada pela pesquisadora está na visibilidade do que chama de vida pulsante e potente das lésbicas. Ao notar que as pesquisas que falam das experiências lésbicas na universidade tendem a focar na lesbofobia e discriminações vivenciadas no espaço universitário, Luisa defende a necessidade de se olhar, também, para como são vivenciados os desejos e afetos lésbicos e como as lesbianidades se fortalecem neste contexto específico. A autora ressalta, também, que considerar interseccionalidades nas pesquisas sobre o ensino superior pode levar a reexaminar as próprias pesquisas e como serão conduzidas, contemplando a luta pelo rompimento de outras estruturas opressoras presentes ali (Martins, Luisa, 2021).

Luisa conclui haver um sistema simbólico de exclusão das lésbicas nas universidades e que este sistema é evidenciado, em parte, pela pouca produção acadêmica sobre lesbianidades e pelos achados das pesquisas por ela analisadas. Isto vai ao encontro da reflexão que proponho neste tópico e estimula o questionamento de se existe uma invisibilização mútua das lésbicas na universidade e nas produções acadêmicas e se as condições de inserção por elas vivenciadas nos espaços acadêmicos influencia no que é produzido sobre as lesbianidades.

Utilizando os mesmos critérios do levantamento por dissertações e teses, realizei pesquisa nas bases de dados Scielo e Periódicos CAPES. Quatro artigos foram encontrados, coincidindo com as temáticas buscadas. Um desses, *O reconhecimento de existências lésbicas e a lesbofobia no ensino superior*, não foi analisado por ser fruto da dissertação de Amanda Pedroso, já explorada. Abaixo, apresento um quadro com os artigos encontrados e, na sequência, analiso os três artigos selecionados.

Quadro 2 – Artigos encontrados no levantamento bibliográfico

Autoras/Autores	Título	Ano	Base de Dados	Observações
Marco Antonio Torres e Amanda	O reconhecimento de existências lésbicas e	2020	Periódicos Capes	Não analisado: fruto da dissertação de Amanda

Pedroso	a lesbofobia no ensino superior			Pedroso, já explorada.
Luisa Martins e Daniela Auad	Lésbicas e Ensino Superior: entre o silêncio e a fala	2020	Scielo	
Ana Luisa Cordeiro e Daniela Auad	Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais	2021	Periódicos Capes	Outro artigo, fruto da mesma pesquisa, foi encontrado, mas não foi analisado neste levantamento por focar nas políticas de ação afirmativa, não nas experiências das estudantes.
Daniela Auad	Caminhos entrelaçados: feminismos e lesbianidades na pesquisa em educação	2021	Scielo	Não é específico sobre experiências de estudantes lésbicas na universidade, mas a autora faz uma análise de bancas de defesa que participou e algumas delas tiveram essa temática.

O artigo *Lésbicas e Ensino Superior: entre o silêncio e a fala* (Auad, Daniela; Martins, Luisa, 2020) tem como foco o acesso e permanência de lésbicas na universidade. Por questionário online com participação de 110 universitárias lésbicas foram coletados relatos de discriminação lesbofóbica que tomaram a forma de: negação da lesbianidade; isolamento social; fetichização da lesbianidade por colegas homens e comentários lesbofóbicos. Cor/raça e etnia se mostraram fatores que dificultam o acesso à universidade desde a pouca participação de lésbicas negras, pardas e indígenas no questionário, sendo que 84% das participantes se autodeclararam brancas. Outro fator que demonstrou influenciar as experiências lésbicas na universidade foi o curso em que estavam inseridas as participantes, sendo maior parte dos relatos feitos por estudantes de cursos das áreas biológicas ou exatas. As autoras defendem que ao compartilharem seus relatos, as estudantes lésbicas estão reivindicando visibilidade e o rompimento do silêncio fortalece o enfrentamento as discriminações vivenciadas.

No artigo *Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais* (2021), Ana Luisa e Daniela analisam quais estratégias são utilizadas por essas mulheres no enfrentamento ao “não-lugar social” que é a elas destinado nas universidades. As interseções em que se encontram as participantes desta pesquisa lançam luz aos diferentes fatores que afetam a

maneira que é experienciado o contexto e cotidiano da universidade. A condição social, os episódios de racismo ou discriminação racial, a lesbofobia e a desqualificação intelectual destas mulheres se imbricam, afetando diretamente as condições de permanência e o usufruir do direito de estarem ocupando aquele espaço.

Como estratégias de resistência, se destacam a participação em coletivos de lutas sociais, o apoio de professoras com perspectivas antirracistas e a rejeição às tentativas contínuas de apagamento de suas identidades neste ambiente institucional que se mostra firme no contrato racista, classista e cisheteronormativo. Em outro artigo, também de autoria de Daniela Auad e Ana Luisa Cordeiro (2018) e fruto da mesma pesquisa, as autoras tomam como foco o papel das políticas afirmativas na democratização do ensino superior, reiterando, novamente, a importância de se pensar o acesso e permanência na universidade por uma perspectiva interseccional.

Destaco o último artigo encontrado, *Caminhos entrelaçados: feminismos e lesbianidades na pesquisa em educação* (2021), no qual Daniela Auad faz um apanhado de seis bancas de mestrado que participou onde a temática central estava na relação entre lesbianidade/bissexualidade e educação. Duas das bancas que participou e que analisa no artigo são referentes aos trabalhos de Amanda Pedroso e Luisa Martins, citados aqui. Os outros trabalhos têm focos diferentes, seja nas protagonistas, professoras ou trabalhadoras da educação lésbicas, ou no campo, abordando experiências na Educação Básica, por exemplo.

Ao falar sobre as pesquisas e as pesquisadoras que acompanhou, das quais apenas uma não se definiu como lésbica, Auad faz apontamentos importantes sobre a presença lésbica e de temáticas lésbicas na universidade. Relacionando os deslocamentos teóricos, políticos e subjetivos mobilizados pelas/nas pesquisadoras aos deslocamentos geográficos em busca de orientação para suas pesquisas, Daniela destaca o caráter potencial que a academia pode significar para as lésbicas:

Nessa perspectiva, a Universidade e meio acadêmico se colocam como espaços de encontro e de sociabilidade lésbica feminista, como tradicionalmente podem ser os bares, as Paradas de Orgulho LGBT, as boates e as baladas. E está aí mais um elemento que a lesbianidade nas pesquisas educacionais pode nos mostrar: nossas identidades podem ter seus tempos e espaços de fruição à luz do dia, na Academia, nas salas de aula das universidades, nos variados espaços de sociabilidade dos fazeres do Ensino Superior e das Pós-Graduações (Auad, Daniela, 2021, p. 11).

O termo interseccionalidade aparece em todas as pesquisas citadas aqui. Foi possível notar, porém, que a menção ao conceito e mesmo detalhamento teórico sobre seu significado não implica, necessariamente, em uma perspectiva interseccional adotada na análise dos

resultados obtidos. A dissertação de Laryssa Oliveira (2020) e o artigo de Ana Luísa Cordeiro e Daniela Auad (2021) foram os trabalhos que mais amplamente discutiram a influência das interseções entre raça, classe e sexualidade nas experiências das universitárias. A interseção da lesbianidade e identidade de gênero é mais discutida na dissertação de Mônica Coelho (2021), como mencionado anteriormente, ao apontar a não-binariedade como uma limitação de sua pesquisa e uma possibilidade epistemológica nos estudos das lesbianidades. Outros marcadores, como deficiência, idade e estética, pouco apareceram nas pesquisas, o que pode indicar serem temáticas necessárias de serem abordadas.

Analisando as pesquisas encontradas, é possível perceber pontos de convergência, pontos de divergências epistemológicas, pontos que se repetem e lacunas de temas ainda não discutidos. Todas elas apontam, acima de tudo, para a universidade como um campo importante a ser explorado em relação às lesbianidades. A convivência, muitas vezes diária, em um ambiente institucional entre pessoas de realidades distintas parece resultar em uma rede complexa e, por vezes, ambígua de significações. Os resultados analisados demonstram haver, de um lado, discriminações, preconceitos e estigmas sociais reproduzidos e até mesmo reforçados por esta socialização diversa, mas ainda bastante elitista. Por outro lado, as redes sociais que se formam na universidade podem possibilitar um senso de coletividade, de trocas entre semelhantes, de identificação mútua e vínculos afetivos, algo, às vezes, inédito para aquelas que não encontram acolhimento em suas famílias e redes sociais anteriores.

São essas experiências, e como elas são significadas, que analiso em minha pesquisa, desde o contexto da UFSC, com o protagonismo dos discursos das estudantes lésbicas que por ali circulam. Reitero a importância de lançar visibilidade às temáticas lésbicas: os saberes produzidos por e sobre as lésbicas, na academia e fora dela, precisam sair das margens, não sendo apenas uma letra junto a outras, também invisibilizadas. Planejo contribuir ao campo de estudos aqui referenciado adotando uma perspectiva ampla acerca das diferenças que se intersectam e que influenciam as condições de inserção, permanência e socialização que as lésbicas se deparam ao habitar o ambiente universitário.

3.3.2 Aproximando o mapa: experiências LGTBTTQIA+ no contexto da UFSC

Neste tópico, aproximarei o mapa. Como minha pesquisa tem a UFSC como campo, busquei outras pesquisas que abordassem as experiências LGTBTTQIA+ no contexto dessa universidade. Foram encontradas duas pesquisas, cujos resultados são analisados a seguir, dando ênfase a pontos relevantes para as temáticas que proponho discutir.

A dissertação de Marcelo Vieira, intitulada *“Quero poder existir”*: contornos da violência simbólica contra orientações sexuais não binárias entre universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFSC em 2015. Marcelo utiliza o termo orientações sexuais não binárias para se referir a “identidades, práticas e orientações sexuais que não se enquadram na heteronormatividade e sua divisão entre homens e mulheres heterossexuais” (Vieira, Marcelo, 2015, p. 59). Essa pesquisa teve como objetivo compreender as manifestações de violência simbólica entre universitárias(os) LGBTTQIA+ da UFSC e as experiências positivas de enfrentamento desenvolvidas. O pesquisador entrevistou 16 estudantes, militantes ou não do movimento: quatro mulheres lésbicas, sete homens gays, quatro mulheres bissexuais e uma mulher transexual¹³. A análise realizada não aponta especificidades de cada grupo (especificidades das experiências lésbicas, por exemplo), sendo uma análise geral das vivências relatadas.

Apesar de entrevistar estudantes da UFSC, as experiências analisadas por Marcelo não se restringem ao contexto universitário, mas abrangem a história de vida das pessoas entrevistadas. Em relação às vivências na universidade, os pontos abordados são a limitação dos currículos dos cursos a perspectivas cisheteronormativas e a importância do espaço da universidade para conhecer outras pessoas LGBTTQIA+ e formar redes. O autor conclui que as instituições de ensino atuam, junto a outras instituições, na perpetuação da cisheteronormatividade através de “manifestações importantes de violência simbólica contra pessoas não heterossexuais” (Vieira, Marcelo, 2015, p. 89). Ele aponta, ainda, para a necessidade de novos estudos com foco nas violências simbólicas sofridas especificamente por cada uma das identidades apresentadas como grupo em seu trabalho.

A dissertação *“Nas filigranas do cotidiano”*: redes pessoais significativas de jovens universitários da Universidade Federal de Santa Catarina e a promoção de saúde mental em casos de homofobia é de autoria de Aurivar Fernandes Filho (2022) para o Mestrado Profissional em Saúde Mental da UFSC. A partir das narrativas de estudantes gays, o autor buscou compreender como o apoio de redes pessoais promovem saúde mental no enfrentamento a situações de homofobia vivenciadas.

Visando explicitar como se manifesta a homofobia no contexto universitário, os resultados da pesquisa apontam que em um primeiro momento, os estudantes apenas identificavam situações mais explícitas, mas que puderam ser identificadas tanto expressões

¹³ Identificações estão conforme apresentadas pelo autor.

escancaradas quanto expressões sutis de violências direcionadas a eles em vivências nos espaços da universidade e em relações com colegas e docentes. A pesquisa denuncia o impacto dessas violências na saúde mental dos estudantes gays e, utilizando o conceito de redes pessoais significativas, o autor argumenta que essas são formadas e mantidas de maneira a atenuar os efeitos das variadas formas de homofobia vivenciadas (Aurivar Fernandes Filho, 2022). Segundo a pesquisa realizada por Aurivar, alguns dos estudantes entrevistados consideram a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN) da UFSC como elemento importante a ser acionado em suas experiências. Falarei novamente sobre a CDGEN no tópico 6.1.

Não encontrei nenhum trabalho com foco nas experiências lésbicas no contexto da UFSC. Almejo, com esta pesquisa, iniciar e fomentar um fluxo de diálogo e que as lésbicas, as pessoas trans, pessoas intersexo, e outros grupos invisibilizados, tenham maior espaço na universidade e no discurso acadêmico. Que se pense mais sobre de que maneiras o contexto da universidade é experienciado por todas as pessoas que circulam pelo cotidiano da instituição. Os caminhos pelos quais me propus a questionar esses pontos serão descritos a seguir.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A partir de uma pergunta norteadora de pesquisa, objetivos são traçados, publicações anteriores são analisadas. Parto, então, para um fazer pesquisa propriamente dito. Que caminhos trilhar na busca por respostas? Nesta seção, descrevo como foram pensados e construídos os percursos metodológicos da investigação. Primeiro, apresento definições acerca da natureza da pesquisa, escolha de instrumentos e métodos de análise. Em seguida, apresento o campo escolhido ao descrever o contexto da UFSC. Por último, explico como foram firmadas as parcerias e apresento as interlocutoras desta pesquisa, as estudantes que compartilharam comigo suas experiências.

4.1 Como vamos? Traçando rotas

Considero que esta é uma pesquisa intrinsecamente qualitativa, indo ao encontro com o que diz Maria Cecília Minayo (1994), sobre o caráter essencialmente qualitativo dos estudos sociais por investigarem processos dinâmicos e históricos que carregam uma amplitude de construções e significados. Segundo Antonio Chizzotti (2003), nas pesquisas qualitativas a pesquisadora entra em contato direto e interativo com as pessoas, situações e/ou espaços que visa compreender. A partir desta relação, surgem significados e significações atribuídas pelas participantes da situação estudada, os quais são interpretados pela pesquisadora.

A pesquisa foi realizada no contexto da UFSC, um campo no qual já estava inserida como acadêmica do programa de mestrado em Psicologia. Isto, somado ao fato de que sou uma mulher lésbica pesquisando junto a outras lésbicas, remete à importância de compreender o que Donna Haraway (2009) chama de saber localizado, isto é, que todo conhecimento está “situado” ou enraizado em contextos históricos, culturais e políticos específicos, e que isso afeta a maneira como o conhecimento é produzido e compreendido. Haraway nos alerta a fugir do mito da ciência imparcial e neutra e reconhecer – e valorizar – que os saberes são subjetivos e localizados, refletindo as perspectivas e experiências daquelas que o produzem.

Em acordo com esta perspectiva, uma das técnicas utilizadas na pesquisa foi o diário de campo que é, segundo Stéphane Beaud e Florence Weber (2007), um instrumento chave nas pesquisas etnográficas – método derivado da antropologia, amplamente difundido nas ciências sociais. Consiste em anotações tanto práticas quanto contemplativas do que é encontrado no campo de pesquisa. Uma de suas utilidades, como citada pelas autoras, está no distanciamento temporal, quando se relê aquilo que foi anotado, as primeiras impressões, permitindo à pesquisadora refletir sobre as mudanças que ocorrem no próprio processo de pesquisa.

Criei o diário de campo desta pesquisa no mesmo dia em que fui à UFSC pela primeira vez como mestrand. Recorri a ele ao longo de todo o processo da pesquisa, anotando inicialmente o que observei de como se organiza a universidade, tanto em relação aos espaços físicos como as estruturas institucionais. Quando já definidos o foco e percursos que seguiria com a pesquisa, utilizei o diário como depositário de reflexões pessoais, inquietações, incômodos e novas ideias que iam surgindo na tarefa contínua que é planejar e executar uma pesquisa – ainda mais quando se está tão atravessada por ela, como é meu caso. Utilizo o diário até nesta última etapa, da escrita da dissertação, recorrendo a ele para revisitar pontos que me chamaram a atenção durante a realização das entrevistas.

O instrumento condutor desta pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas. As autoras Valdete Boni e Sílvia Quaresma (2005) citam a entrevista como a ferramenta mais habitual à pesquisa qualitativa e dizem que, através dela, a pesquisadora busca obter informações, ou “coletar dados objetivos e subjetivos” (p. 72). As autoras dizem que as entrevistas semiestruturadas favorecem respostas espontâneas das pessoas entrevistadas pelo contexto menos formal da relação entre entrevistadora e entrevistada. Dizem, também, que possibilitam uma maior proximidade entre as partes, permitindo que sejam abordados assuntos mais complexos e/ou delicados (Boni, Valdete; Quaresma, Sílvia, 2005) como as experiências subjetivas que serão foco desta pesquisa.

Ainda, o roteiro semiestruturado das entrevistas permite dirigir a conversa ao tema proposto, permitindo espaço para surgirem novos pontos a serem explorados a partir da fala da entrevistada (Cruz Neto, Otavio, 1994). Nesta pesquisa, o roteiro (apêndice A) incluiu questões sobre: história de vida, percepções sobre gênero e lesbianidade, vivências na universidade e estratégias de resistência. A partir desses tópicos direcionadores, as entrevistas eram construídas no contato com as estudantes, as quais serão apresentadas no tópico 4.3. Complementar às entrevistas, foi aplicado, via Formulário do Google, um questionário sociodemográfico (apêndice B), visando identificar o perfil das estudantes.

Do ponto de vista dos cuidados éticos, foi garantida às estudantes confidencialidade para preservar o sigilo e sua privacidade. Assim, as participantes serão identificadas por nomes fictícios, sem qualquer dado que as identifique. As estudantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice C), o qual explicita os objetivos da pesquisa, os possíveis riscos e benefícios e os direitos da participante.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, na íntegra, por mim. Ao transcrever as entrevistas, fui destacando temas que surgiram, o que resultou, inicialmente, em mais de 30 temas. Pela extensão e densidade do material produzido, muitos conteúdos não foram incluídos,

por questões temporais e de abrangência de uma dissertação de mestrado. Dessa forma, realizei uma nova filtragem, selecionando, conforme os objetivos da pesquisa, os temas a serem analisados. A partir daí, os agrupei em duas grandes categorias, que dão origem aos capítulos de análise e discussão. As categorias e os temas nelas presentes são:

- a) Produção subjetiva da lesbianidade e ida para a universidade: definição da lesbianidade; processos de se entender lésbica; relação com a família; escolha pelo curso/pela UFSC; formação de vínculos na universidade.
- b) Espaços da universidade em relação com a lesbianidade: circulação pelos espaços da universidade; experiências em sala de aula - relação com docentes e colegas; experiências em sala de aula - presença/ausência de temáticas diversas; espaços para lésbicas na universidade; participação em coletivos/movimentos sociais.

Em relação à análise das entrevistas, desde a construção do projeto de pesquisa me preocupei em buscar um método de análise coerente ao tema da pesquisa, que conversasse com as autoras que utilizo como referencial e a partir do qual eu pudesse olhar para tudo que foi produzido nos encontros com as estudantes de maneira ampla e valorizando o que fosse dito por elas. Não faria sentido, para mim, utilizar um método de análise fechado, rígido, uma vez que os estudos das lesbianidades estão em constante (des)construção. Assim, a análise foi feita partindo dos estudos das lesbianidades e perspectivas interseccionais, agregando preceitos da Análise de Discurso (AD) francesa, de Michel Pêcheux, a qual associa o discurso a seu significado etimológico: “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (Orlandi, Eni, 1999, p. 15).

Eni Orlandi, pioneira em trabalhar a AD no Brasil, esclarece que a AD tem a linguagem como mediação entre pessoa e realidade social. Essa mediação é o discurso e é ele que nos circunscreve ao passo em que é construído e transformado por nós e a partir dele se pode compreender “como a língua produz por/para sujeitos” (Orlandi, Eni, 1999, p. 17). A autora pontua o caráter crítico da AD, defendendo análises que considerem “o funcionamento do discurso na produção dos sentidos” (Orlandi, Eni, 1994, p. 58) como capazes de evidenciar até mesmo aquilo que o sustenta, que faz a manutenção dos discursos sociais.

4.2 Para onde vamos? Caracterizando o contexto

É no contexto da UFSC que se localiza esta pesquisa. É onde estou inserida enquanto acadêmica e pesquisadora e onde se passam as experiências lésbicas que tem como foco este estudo. Santa Catarina, estado da região sul do país, tem população de 7,6 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023).

Fundada em 1960, a UFSC conta, hoje, com campi em cinco municípios catarinenses: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville. As estudantes que participaram deste estudo, e que serão apresentadas no próximo tópico, estudam ou estudaram nos campi de Florianópolis e Araranguá. Florianópolis é a capital do estado e a segunda cidade mais populosa do estado. Tem 537 mil habitantes (IBGE, 2023) e compõe a região metropolitana com outros 21 municípios. Araranguá é um município ao sul do estado, com população de 71 mil habitantes (IBGE, 2023).

Em Florianópolis está a sede da UFSC, o campus Reitor João David Ferreira Lima, localizado no bairro Trindade, abrigando órgãos administrativos, pró-reitorias e dez centros de ensino. São eles: Centro de Ciências Biológicas (CCB); Centro de Ciências da Educação (CED); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Comunicação e Expressão (CCE); Centro de Desportos (CDS); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Centro Socioeconômico (CSE) e Centro Tecnológico (CTC).

O campus da UFSC em Araranguá foi fundado em 2008 com a criação do curso de Tecnologias da Informação e Comunicação. Atualmente, abriga o Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde (CTS), que conta com cinco cursos de graduação e quatro cursos de pós-graduação. Na soma de todos os campi, a UFSC oferece 83 cursos de graduação e 91 programas de pós-graduação. Os departamentos que integram os centros de ensino dos campi Florianópolis e Araranguá são apresentados em quadro no apêndice D.

O ingresso aos cursos de graduação da UFSC é feito através do Vestibular, que ocupa 70% das vagas, e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), ocupando 30% das vagas. Em relação às políticas de ações afirmativas, o vestibular da UFSC atualmente reserva 50% das vagas para estudantes que cursaram o Ensino Médio em Escolas Públicas. Essas vagas são divididas entre: pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas com ou sem deficiência e pessoas não autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas com ou sem deficiência. Responsável por coordenar essas políticas, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAFE) foi criada em 2022 e tem como objetivo:

Desenvolver políticas e ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas de promoção das ações afirmativas na Universidade, referentes ao ensino na educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, contratação de pessoal e gestão institucional, de modo transversal e em articulação com as demais estruturas universitárias [...] Para tanto, a PROAFE se dedica a estruturar e promover políticas que fomentem o acesso e permanência de estudantes, do ensino básico à pós-graduação, de servidores docentes e servidores técnicos de maneira equitativa na Universidade. Trabalho realizado através do enfrentamento às desigualdades socioeconômicas e à discriminação

de grupos historicamente em situação de vulnerabilidade na sociedade, tais como: pessoas negras, indígenas e quilombolas, mulheres, comunidade LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e necessidades específicas, dentre outros grupos (UFSC, 2024c).

Nos cursos de pós-graduação, os processos seletivos são realizados pela coordenação dos cursos. Em 2020 foi criada pela PROAFE uma resolução para regulamentar as ações afirmativas na pós-graduação. Essa resolução dispõe sobre a política de ações afirmativas para estudantes pretas/pretos e pardas/pardos, indígenas, pessoas com deficiência e outras categorias de vulnerabilidade social, a serem identificadas pelos cursos de pós-graduação (Conselho Universitário, 2020).

Conforme dados informados pelo Departamento de Administração Escolar, no ano de 2022 a UFSC contava com 28 mil matrículas ativas nos cursos de graduação e 10 mil matrículas nos cursos de pós-graduação. Em relação ao gênero das/dos estudantes, os dados aparecem divididos em apenas duas classificações: masculino, 51,69%, e feminino, 48,31%. A classificação racial apresenta os seguintes números: 77% das/dos estudantes são brancas/brancos, 13% são pardas/pardos, 6% são pretas/pretos, 1% são amarelas/amarelos, 0,7% são indígenas e 1% não informado. Esses dados são referentes apenas aos cursos de graduação, pois não foi possível obter dados das pessoas estudantes da pós-graduação da UFSC. Em relação à classificação racial das/dos estudantes, os números se assemelham aos dados estaduais. Santa Catarina foi por muitos anos o estado com maior percentual de população branca do país, havendo pequeno aumento da população não branca nos recentes anos. Atualmente, 76,3% da população do estado é autodeclarada branca, 19,2% parda, 4,1% preta e 0,3% indígena (IBGE, 2023).

4.3 Vamos juntas? Firmando parcerias

Partindo de uma construção de pesquisa situada, compreendendo a minha colocação e implicação no que objetivei pesquisar, sinalizo que esta pesquisa não pode ser descrita como um processo de coleta-análise de dados. As interlocutoras não são meras entrevistadas, objetos de estudo desempenhando uma posição passiva. Esta pesquisa foi construída no encontro com as estudantes lésbicas. As perguntas foram revisadas nesses encontros, as estudantes narravam suas experiências e traziam significações, revisitando memórias e apontando, elas mesmas, significados subliminares. Portanto, percebo que se trata não de uma pesquisa sobre lésbicas, mas uma pesquisa com lésbicas. Desta forma, chamarei as estudantes lésbicas que compartilharam suas vivências não de participantes, mas de **parceiras de pesquisa**.

Compreendo que, apesar de ser minha a autoria das análises e desta dissertação, são elas as protagonistas das experiências compartilhadas que suscitam toda a análise construída.

Essas parcerias foram sendo firmadas a partir da ativação do modelo “bola de neve”, que consiste na localização inicial de algumas pessoas que se encaixem no perfil da pesquisa, as quais são solicitadas a indicarem outras pessoas, integrantes de sua rede pessoal, que também se encaixem no perfil objetivado, e assim sucessivamente. Essa técnica é útil quando se objetiva uma maior compreensão da realidade de certa comunidade (Vinuto, Juliana, 2014). Comecei a busca pelas estudantes em abril de 2023, através do contato com pessoas de minha rede, colegas, professoras e amigas que residem em Florianópolis, questionando se conheciam alguma estudante lésbica que pudessem indicar para a pesquisa.

As características buscadas foram: mulheres cis, mulheres trans e/ou pessoas trans não-binárias que se autoidentificam como lésbicas, maiores de 18 anos, sem restrição de idade máxima, que estudem ou tenham estudado na UFSC por pelo menos um semestre nos últimos cinco anos. Objetivei ampliar a busca por estudantes em diferentes centros de ensino e diferentes cursos da universidade, visando uma maior pluralidade das experiências, considerando as diferenças entre diferentes áreas do conhecimento e diferentes perfis de estudantes que cada área costuma ter.

A cada estudante indicada pela bola de neve, enviei uma mensagem curta por WhatsApp, me apresentando, explicando quem havia passado seu contato, e perguntando se tinha interesse em participar em uma pesquisa sobre experiências de estudantes lésbicas, caso aceitassem, enviava o seguinte texto:

*Eu sou a Carolina, sou mestranda em Psicologia pela UFSC e vou te explicar um pouquinho sobre a minha pesquisa e sobre a participação nela. A pesquisa tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva interseccional, como estudantes lésbicas da UFSC significam suas experiências em relação a gênero e sexualidade na universidade. Os requisitos para participar são: se identificar como lésbica; ter mais de 18 anos; estudar ou ter estudado na UFSC nos últimos cinco anos. *A participação na pesquisa vai ser através de uma entrevista* feita por mim. Podemos fazer por chamada de vídeo (Google Meet ou Zoom) ou presencialmente em um horário previamente combinado. A entrevista deve durar em torno de 50 minutos e nela vamos falar de temas relacionados a gênero, sexualidade e experiências na universidade. Também vou te enviar um *questionário sociodemográfico* para você preencher com seus dados de autoidentificação de raça, gênero, renda, dentre outros itens. A sua participação na pesquisa será voluntária e não terá nenhum custo para você nem remuneração. Tanto na entrevista como no questionário sociodemográfico você pode responder apenas aquilo que julgar pertinente. Como pesquisadora responsável, irei garantir o sigilo e a*

confidencialidade das suas informações. A entrevista será gravada e transcrita posteriormente por mim, apenas eu terei acesso a essa gravação e aos conteúdos dela e no texto resultante da pesquisa utilizarei nomes fictícios e não apresentarei informações que possam te identificar. Além disso, você pode, a qualquer momento, desistir de participar da pesquisa e isso não trará nenhum prejuízo a você. Essas são algumas informações básicas sobre a pesquisa, se você ficou com alguma dúvida, será um prazer esclarecer e podemos até marcar uma conversa antes da entrevista para eu te explicar mais sobre a pesquisa e tirar quaisquer dúvidas!

A partir desse contato, firmei parceria com dez estudantes. Todas residem atualmente em Florianópolis. Em todas as entrevistas, perguntei como elas gostariam de ser identificadas, se poderia utilizar a palavra lésbica ou se preferiam algum outro termo, nove das estudantes escolheram ser referidas como lésbicas e uma delas se identifica como sapatão. Para preservar a identidade das estudantes, apresentarei o centro de ensino no qual estão inseridas, não especificando o curso. Trago, agora, um breve perfil¹⁴ de cada parceira, apresentadas com codinomes:

Adriana é branca¹⁵, se identifica como mulher cis e tem 28 anos. Ela estudou em um curso de Graduação no Campus Araranguá, tendo concluído o curso em 2019. Atualmente está no mestrado no mesmo curso, em outra instituição. Dentre as parceiras desta pesquisa, Adriana é a única nascida em Florianópolis.

Angela é branca, mulher cis e tem 27 anos. Ela cursa o mestrado no CCJ da UFSC, é natural do interior de Santa Catarina, mas viveu grande parte da vida no Rio Grande do Sul, onde cursou a graduação.

Bia é preta, se identifica como mulher cis e tem 23 anos. Ela cursa a graduação no CFH e é natural do interior do Rio grande do Sul.

Cássia é branca, se identifica como mulher cis e tem 32 anos. É doutoranda no CCE da UFSC, tendo feito o mestrado na mesma instituição. Ela nasceu no estado de São Paulo, onde cursou a graduação.

Elisete é negra, se identifica como sapatão e tem 26 anos. É natural de um município do estado de São Paulo e está na graduação em curso no CFH. Anteriormente, cursou por um curto período um curso no CSE, mas desistiu e retornou a Florianópolis para ingressar na graduação atual.

Marina é branca, tem 19 anos e se identifica como pessoa não-binária gênero fluído¹⁶.

¹⁴ Para auxiliar na leitura, apresento no apêndice E, um quadro com os perfis das estudantes.

¹⁵ Todas as identificações raciais são referentes à autodeclaração feita por elas.

¹⁶ Falarei sobre essa e outras identificações das estudantes no tópico 5.1.

Disse não ter preferência por um pronome específico, utilizando qualquer um, portanto, para facilitar a menção coletiva às estudantes, irei utilizar o pronome feminino ao mencioná-la. Marina está em um curso do CFH e é natural do interior do Paraná.

Miriam é branca, se identifica como mulher cis e tem 27 anos. Está em um curso no CCS e é do interior de São Paulo.

Natalia é branca, mulher cis e tem 20 anos. Ela está em um curso de graduação no CSE e nasceu no interior do Rio Grande do Sul.

Rosely é branca, mulher cis e tem 26 anos. Ela é estudante do mestrado no CTC da UFSC Florianópolis e a graduação no CTS, campus de Araranguá. Também é natural do Rio interior do Grande do Sul.

Winnie é negra, mulher cis e tem 23 anos. Ela está na graduação em um curso do CFH e é natural de Santa Catarina.

Ao longo de toda a pesquisa, da escrita desta dissertação e em outros tantos âmbitos, estou sempre reiterando a importância da visibilidade lésbica, portanto faz sentido destacar quem são as lésbicas que inspiram os codinomes das parceiras de pesquisa. São elas: Adriana Calcanhotto, Angela Ro Ro, Bia Ferreira, Cássia Eller e Marina Lima, artistas e cantoras brasileiras; Elisete Ribeiro Neres, Miriam Martinho e Rosely Roth, ativistas pioneiras no chamado Movimento Homossexual Brasileiro e integrantes do Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF); Natalia Borges Polesso, escritora e pesquisadora e Winnie Bueno, pesquisadora e ativista antirracista.

As entrevistas foram realizadas entre maio e agosto de 2023. Nove dos encontros aconteceram remotamente, via as plataformas de videochamada Zoom e Google Meet. Apenas um dos encontros, com Bia, foi presencial e ocorreu no bosque localizado atrás do CFH, no campus sede da UFSC. A duração das entrevistas variou entre 40 e 80 minutos.

Trechos das entrevistas serão apresentados fiéis à transcrição, respeitando expressões das narradoras. Edições foram feitas apenas para encurtar determinada passagem, apontar ênfase dada pela interlocutora ou preservar a identidade das estudantes. As memórias revisitadas, as experiências narradas e as reflexões que surgiram nesses encontros são apresentadas a seguir.

5 AS LÉSBICAS: PRODUÇÃO DAS LESBIANIDADES E IDA PARA A UNIVERSIDADE

Neste primeiro capítulo de análise das entrevistas, enfoco os processos de produção das lesbianidades em relação com a universidade. A partir do que surgiu nas entrevistas, o capítulo está dividido da seguinte maneira: na primeira parte, apresento como as parceiras desta pesquisa definem a lesbianidade e que aspectos trazem a essa identificação. Na segunda parte reflito sobre os deslocamentos que impulsionam ou que são produzidos pela ida para a universidade, considerando os contextos de origem das estudantes. Na terceira parte, o foco está nos vínculos possibilitados pela universidade, como identificação com pessoas LGBTTTQIA+, e o papel dessas relações nos processos de subjetivação das estudantes lésbicas.

5.1 “Ser lésbica, na minha opinião, é... Caraca!”: autodefinição da lesbianidade

Elisete: *Cara, uma pergunta bem... Complexa, bem complexa.*

Marina: *Essa é uma pergunta difícil, né? Outras pessoas também sentem dificuldade respondendo ela? [...] Ai, é difícil! A pergunta do milhão.*

A partir do dia 15 de maio de 2023, data em que realizei a primeira entrevista, emergi dos processos introspectivos da pesquisa até então para, de fato, estar em contato com as estudantes lésbicas. O roteiro semiestruturado permitiu que as entrevistas fossem todas dinâmicas e construídas naquelas relações individuais com cada uma das parceiras da pesquisa. Algumas perguntas surgiam, outras eram adaptadas à especificidade da vivência da estudante, outras não cabiam naquele momento e a entrevista ia sendo construída em uma artesanaria conjunta. Uma das perguntas feitas igualmente para todas as participantes foi: na sua opinião, o que é ser lésbica? As respostas foram variadas, incorporando aspectos teóricos, experiências pessoais, críticas a determinadas definições, dentre outros elementos. Acima de tudo, foi possível perceber que todas elas se esforçaram em um movimento reflexivo, formulando entendimentos próprios enquanto elaboravam suas respostas. Os trechos que dão início a este capítulo são uma pequena amostra da complexidade da pergunta e amplitude das respostas.

Para algumas das estudantes, é central o ponto de se relacionar com outras mulheres, seja romanticamente ou não:

Bia: *Ser lésbica, na minha opinião, é... Caraca! Se atrair por mulheres, se relacionar exclusivamente com mulheres, para mim... Relacionar romanticamente, afetivamente com mulheres, priorizar mulheres no geral também, sabe?*

Rosely: *Acho que, no literal, seriam mulheres que se apaixonam, que*

se interessam e que têm atração por outras mulheres, né? Então acho que seria isso.

Carolina: *E você se sente contemplada por essa definição?*

Rosely: *Sim, me sinto contemplada.*

Rosely se ateve a uma definição “literal” da lesbianidade para responder à pergunta, apesar de ter demonstrado o meu interesse em saber seu entendimento pessoal. Estávamos falando, também, sobre sua constituição subjetiva, já que ao se definir lésbica, o “ser lésbica” abarca sua existência. Ainda assim, demonstrou estar satisfeita com essa definição. Isso faz pensar o quão presentes são os discursos sociais na produção subjetiva das sujeitas. A definição da lésbica como a mulher que se relaciona com outras mulheres é a definição “primeira” da lésbica, aparecendo de diferentes maneiras nas respostas das estudantes. Algumas, como Angela, partem dessa definição agregando certas rupturas à noção de mulher, pensando flexibilidades de gênero a suas respostas:

Angela: *Tenho me questionado muito, isso muda para mim a todo o tempo. À primeira vista, é uma mulher que se relaciona com outras mulheres, afetivo-sexualmente. Mas o próprio conceito de mulher já não é mais tão claro, né? Como era antes. Então eu acho que é algo... Eu vou manter, porque eu ainda... Eu acho que hoje em dia, os marcadores de gênero ainda tem bastante peso, então... [...] É uma pergunta complexa, mas eu vou ir pelo simples assim, para não entrar muito em miúdos, mas é isso: uma mulher que se relaciona com outras mulheres. Mas, assim... As mais variadas mulheres, mesmo pessoas não binárias, que às vezes eu entendo que não se encaixem muito também, eu não... Eu não brigo muito pelo termo, sabe? Eu acho que pode se encaixar nisso também.*

Esse movimento, partir da noção de mulheres que se relacionam com outras mulheres à reflexão e problematização da própria noção de mulher, ocorreu e ainda ocorre no interior dos estudos das lesbianidades. Como mencionei anteriormente, não há consenso teórico quanto à definição do que é ser lésbica. Há, entretanto, definições que ganham maior espaço, seja ao senso comum, onde prevalece a ideia da mulher que se relaciona com outra mulher, seja no campo dos discursos acadêmico-teóricos. Uma leitura das autoras que apresentei no referencial teórico deste trabalho aponta para a lesbianidade em uma dimensão subjetiva, não limitada a uma noção de identidade fixa, estabelecida, nem somente como um modo de se relacionar. E, como a categoria mulher, configura “um conjunto de experiências múltiplas, complexas, potencialmente contraditórias” (Navarro-Swain, Tania, 1999) atravessadas pelos diferentes marcadores sociais, incluindo a identidade de gênero.

Para Marina, a não conformação à heterossexualidade compulsória é ponto central da existência lésbica:

Marina: *Pra mim, eu acho que eu estaria pendendo mais à noção de que é uma identidade... São corpos, são pessoas que desenvolvem um modo de existência que foge bastante – que foge 100% – da heteronormatividade e que estabelecem as suas relações... Qual que é a palavra que eu queria usar aqui? Tipo... Em uma outra direção que não é a direção que elas são orientadas, que seria se relacionar com homens.*

É possível perceber que sua definição de lésbica está bastante conectada às suas experiências. Marina se identifica como pessoa não-binária gênero fluido e perguntei a ela como compreende a não-binariedade em relação a lesbianidade. Ela disse:

Marina: *Eu só fui perceber que eu me sentia mais confortável sob a identidade de uma pessoa não binária a partir do momento que eu me entendi como lésbica, sabe? E daí eu vejo algumas pessoas falando tipo “ah, não faz sentido você se identificar como uma pessoa não binária e você se identificar como lésbica ao mesmo tempo, partindo dessa noção de que lésbica seria uma mulher que se relaciona com mulheres [...] Quando eu me entendi como lésbica, eu comecei a explorar um pouco mais uma questão de gênero, porque... Acho que crescendo na sociedade que a gente cresce, numa sociedade patriarcal e heteronormativa, não tem como desvencilhar a noção de mulher do que é esperado de uma pessoa que é posta sob a categoria de mulheres, sabe? [...] Eu acho que, para mim, toda a minha vida, eu estar sendo colocada nessa categoria de menina, de mulher, me trazia todo esse... Essa necessidade de eu me encaixar nesses parâmetros que são apresentados, sabe esses parâmetros de mulher como um complemento à figura do homem [...] No sentido de que, tipo, são duas categorias que nascem e estão ali, elas não nascem como categorias separadas, que por acaso se encontram no mundo, elas nascem como um conjunto. A ideia de mulher não surge dissociada da ideia de homem, ela tem uma relação estrita com isso. [...] Até que ponto eu sinto que me cabe... Não falando no sentido de falar que “ah, se você é lésbica, você não pode se identificar como mulher”, óbvio que não, mas tipo... **Eu** não me sentia satisfeita, não **me** sentia contemplada pela identidade de mulher sabendo que existir como lésbica implica que tudo não vai encaixar no parâmetro mais básico de uma sociedade patriarcal, heteronormativa, de mulher se orientar à uma figura de homem que existe e que se espera que mulheres se orientem a isso, sabe?*
[Em negrito, palavras enfatizadas pela entrevistada].

Algumas definições: a não-binariedade integra as vivências trans, pois não há identificação com o gênero atribuído ao nascimento e se caracteriza como:

Não conformidade com o binário homem ou mulher, podendo ser os dois ou nenhum ou outros gêneros ou ainda fluir entre alguns deles. Não tendo também relação com orientação sexual, podendo ser variada entre cada indivíduo independente de sua identificação. Podendo a pessoa querer fazer uma transição medicamentosa e intervenções cirúrgicas ou não. Ainda, se faz necessário compreender que nem toda pessoa não-binária é ou pretende ser andrógena (Lima, Helen, 2020, p. 172).

Em 2022, foi publicado o primeiro relatório do LesboCenso, mapeamento sociodemográfico das vivências lésbicas e sapatão do Brasil coordenado pela Associação Lesbofeminista Coturno de Vênus e pela Liga Brasileira de Lésbicas. Conforme os dados publicados, a identidade de gênero mais autodeclarada foi a cisgênero (85%), seguida de não-binária (6%), agênero (1%) e pessoa trans (1%) (LesboCenso, 2022).

A não-binariedade lésbica é um tema que vem ganhando espaço nas discussões informais lésbicas como em coletivos e nas redes sociais, mas que ainda não está sendo discutido nas produções acadêmicas brasileiras. Já sabemos que os discursos sociais não dão conta de muitas nuances de vivências específicas que fogem da normativa dominante e o discurso acadêmico parece ter ainda maior dificuldade em romper com certas estruturas e temas predominantes, empurrando certos assuntos ainda mais às margens.

Essa discussão está um pouco mais presente na produção acadêmica estadunidense, visto que o conceito de não-binariedade é importado de lá (Carvalho, Mario, 2018) e há autoras/autores que consideram que a não-binariedade fortalece a identidade lésbica, ao afastá-la dos sistemas de gênero binários. Para Levi Hord (2020), a não-binariedade lésbica aponta para e reforça especificidades das identidades lésbicas, fugindo de uma definição pautada na oposição binária de gênero. Elu propõe uma releitura atual das obras de autoras como Monique Wittig, para pensar que libertar o desejo das categorias binárias de gênero não significa apagar a especificidade lésbica, argumentando:

Nós não precisamos deixar para trás alguns dos aspectos importantes da especificidade lésbica (como modos de cuidado, erotismo e relacionalidade que podemos chamar de “feminina”), mas devemos resignificá-los para além de sua determinação como femininos em um sentido binário, o que, na verdade, nos permite caracterizá-los como lésbicos de uma maneira mais significativa (Hord, Levi, 2020, p. 17, tradução própria¹⁷).

A fala de Marina permite perceber que ela entende a lesbianidade também como uma libertação da rigidez do sistema binário de gênero. Ela não descarta a lesbianidade vivenciada por mulheres cis, mas manifesta que sua identificação com a lesbianidade aconteceu concomitante a não identificação com a noção de mulher.

As rupturas com ideias normativas de gênero aparecem também na resposta de Elisete, que se identifica como sapatão:

Elisete: *Eu sempre digo que é algo assim muito além da sexualidade apenas, sabe? Eu acho que ser sapatão é um modo de ser mesmo, modo*

¹⁷ No original: “We do not have to leave behind some of the important aspects of lesbian specificity (like modes of care and eroticism and relationality we may call “feminine”) but resignify them away from their determination as feminine in a binary sense, which actually allows us to cast them as lesbian in a more meaningful way”.

de existir. Acho que está muito ligado à performance também, ao corpo, porque, como eu disse, mesmo se eu fosse uma mulher bissexual, eu ainda assim seria enxergada enquanto sapatão, justamente por eu entender que também compreende esse modo de ser, por por também expandir esse lado do comportamento, sabe? O meu modo de ser diz... O meu modo de ser, de vestir e até mesmo de falar, diz que eu sou uma pessoa sapatão. Não é por eu estar me relacionando com uma mulher ou por eu andar de mãos dadas com uma mulher na rua que diz sobre a minha sexualidade, mas a minha performance que vai informar sobre esse modo de ser, que é sapatão, sabe? Então eu acho que por isso que é para além da sexualidade.

Elisete fala de aspectos da lesbianidade, ou da sapatonicidade, que extrapolam as relações afetivo-sexuais, foco de algumas das respostas anteriores. Ela traz à luz a questão da performatividade de gênero, entendida em acordo com a obra de Judith Butler, em que:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser (Butler, Judith, 2003, p. 59).

Elisete e muitas outras pensam o ser sapatão não apenas como orientação sexual, mas como identidade (não somente) de gênero, um modo de ser, como referido por ela. Essa identidade, para aquelas que com ela se identificam, extrapola uma concepção isolada de orientação sexual, indo em direção a uma compreensão de subjetivação em que gênero e sexualidade não se dissociam. Principalmente, a sapatonicidade, esse modo de viver sapatão, foge a qualquer expectativa fundada no binarismo de gênero e nas convenções estabelecidas pela cisheteronormatividade, indo em caminho “a uma nova forma de vida, de relações, de amizades, de uma arte e uma ética e uma política inventiva de escape às normas” (Campos, Izabela, 2022, p. 60).

Miriam, por sua vez, para tentar definir a lesbianidade, parte de sua própria experiência subjetiva:

Miriam: *Não sei muito bem o que é ser lésbica, cara. Eu vejo como... Não sei... Eu acho que tem que ter... Pelo menos, eu, na minha trajetória, tive que ter muita força, sabe? Para aguentar muita coisa. Então acho que é ter que ter força. Tipo... É foda em alguns momentos.*

A resposta de Miriam provocou em mim diversas emoções. Fiquei por dias depois da entrevista pensando nessas palavras “é ter que ter força”, pensando quanta história elas carregam, quantas vivências. De Miriam, muitas. Mas também de tantas outras lésbicas cuja existência é atravessada de diferentes maneiras pela necessidade de ter força.

A ideia de força relacionada a lesbianidade é trazida por autoras desde o início dos estudos das lesbianidades (Rich, Adrienne, 2010; Falquet, Jules, 2012; Wittig, Monique, 1992).

A lesbofobia, mesmo antes de ser assim nomeada, sempre esteve presente nas análises das existências lésbicas. Isto é, o apagamento e as violências vivenciadas pelas lésbicas sempre estiveram ao centro das discussões fomentadas pelas autoras lésbicas. As experiências lésbicas, entretanto, não se resumem a apagamentos e/ou opressões vivenciadas. Como trazido anteriormente, há um caráter de resistência que parece inerente às lesbianidades. É possível traçar aqui um paralelo com o pensamento de María Lugones (2014), quando a autora fala da relação entre opressão e resistência. Ao se autodenominar uma teórica da resistência, ela diz: “não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade” (Lugones, María, 2014, p. 939). A autora caracteriza, assim, a resistência como força motriz rumo à libertação, e defende que esta é, necessariamente, uma práxis.

Sara Ahmed argumenta, em *The Cultural Politics of Emotion*¹⁸ (2013), que as emoções não são apenas experiências pessoais, mas também são moldadas por forças culturais e históricas e desempenham um papel significativo na manutenção de estruturas sociais e culturais. Na obra, Ahmed defende que emoções como felicidade, tristeza e raiva não são neutras ou universais, mas são cultural e historicamente específicas e podem servir para sustentar ou desafiar sistemas de opressão e desigualdade. A compreensão das emoções como mobilizadoras de mudanças sociais e políticas, leva ao entendimento de que raiva, frustração e outras emoções experienciadas por aquelas que subvertem à cisheteronorma podem desempenhar um papel significativo na formação de experiências ativas de resistência.

Natalia descreve o processo que a trouxe ao seu entendimento atual do ser lésbica:

Natalia: *Pra mim, antes ser lésbica era isso... Era você querer se relacionar apenas com mulheres e tipo, ter relacionamento e tal. Depois eu percebi que era um âmbito um pouco maior e hoje eu sinto que ser lésbica não é só tu, tipo, só querer ficar com mulheres, mas você tem uma aceitação política do que é ser lésbica, [...] Então, pra mim, é quando você entende o que é você gostar de mulheres e se colocar... Você entender que não é fácil, mas que também pode não ser super difícil, que tem um grupo de mulheres que pode te apoiar.*

A menção a um grupo de mulheres, a um grupo de apoio ou à não-solidão dessa experiência lésbica é feita também por Cássia. Ela atribui um caráter político à lesbianidade e fala de uma experiência que conecta aquelas que a vivenciam:

Cássia: *Eu venho entendendo ser lésbica para além do... De se relacionar com outras mulheres, assim. Vem assumindo cada vez mais esse lugar político mesmo, né... De repensar o que são esses domínios da feminilidade, da masculinidade? De pensar na memória lésbica*

¹⁸ Política Cultural das Emoções, em tradução própria.

também... De uma experiência específica, uma experiência que conecta várias mulheres que passaram por esse lugar de entender que não tinham a orientação sexual dominante e ter que passar por algumas situações parecidas, né? [...] Tem essa experiência comum que nos conecta e algumas angústias e... E coisas que a gente vai se deparando e que se diferem de uma experiência hétero, né? Então a gente... Às vezes só uma amiga sapatão vai entender o que é uma determinada angústia assim. Então, eu acho que é um pouco isso, no momento! Está em constante elaboração.

O caráter político mencionado por Cássia é entendido como central na lesbianidade por muitas autoras. Ochy Curiel entende a lesbianidade como um posicionamento político frente o regime da heterossexualidade, “portanto não como uma prática sexual diversa, ainda que politize a sexualidade como parte desse posicionamento” (Curiel, Ochy, 2013, p. 28, tradução própria¹⁹). Adrienne Rich expressa entender a lesbianidade aproximada a essa dimensão política ao dizer:

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência (Rich, Adrienne, 2010, p. 36).

Cássia e Natalia aproximam esse caráter político da lesbianidade a uma experiência compartilhada, que conecta diferentes mulheres que a vivenciam. Ainda na obra de Adrienne, se encontra um importante conceito que pode ser entendido como uma materialização da resistência lésbica. O continuum lésbico é definido pela autora como um conjunto de identificações primárias entre mulheres que independe de experiências sexuais entre elas. Adrienne diz que estas relações de cooperação carregam ímpeto político e redefinem o erótico para além do corpo. Ao continuum lésbico é atribuído o compartilhamento de vínculos ricos e profundos entre mulheres e a possibilidade de dar e receber amparo contra as opressões machistas (Rich, Adrienne, 2010).

Esse conceito desafia a compreensão tradicional da sexualidade ao expandir nossa compreensão da sexualidade e do desejo feminino. Segundo a autora, o continuum abrange uma ampla gama de experiências e comportamentos, incluindo conexões emocionais, desejo sexual e identificação política. Ela argumenta que muitas mulheres experimentam atração, desejo e intimidade por/com outras mulheres em algum momento de suas vidas, independentemente de se identificarem como lésbicas ou não (Rich, Adrienne, 2010).

¹⁹ No original: “por tanto no como una práctica sexual diversa, aunque politice la sexualidad como parte de ese posicionamento”.

A ideia de um continuum lésbico também destaca as formas pelas quais as normas sociais e culturais, como a heterossexualidade compulsória, restringem as experiências e expressões de desejo das mulheres. Ao reconhecer a variedade das experiências afetivas entre mulheres, o conceito leva a um entendimento da sexualidade feminina como um aspecto dinâmico e fluido da identidade, e não como uma categoria rígida, fechada.

Para Adriana, a definição do que é ser lésbica varia de pessoa a pessoa. Em sua experiência, a lesbianidade está relacionada a ser quem ela é:

Adriana: *Olha, eu acho que... Depende, assim... Pra mim... É eu consegui ser o que eu sou, né? Isso é ser lésbica para mim. Para outras pessoas, é se relacionar com uma mulher, para outras pessoas é estragar com o padrão de família, sei lá... Eu acho que, para mim, é uma coisa muito boa, que é onde eu me encontro. Mas para os outros, talvez não seja, então... Eu acho que sei lá, ser o que eu sou e se sentir completa, assim.*

Ao questionar as parceiras desta pesquisa sobre suas concepções da lesbianidade, busquei compreender como elas autodefinem essa dimensão subjetiva. Através das respostas, foi possível compreender que a produção subjetiva da lesbianidade não é um acontecimento fixo em um momento ou que ocorre de maneira igual para diferentes pessoas. Deste ponto em diante, vou focar em como essas lesbianidades plurais são produzidas, especialmente, nas experiências na universidade.

5.2 “Eu precisava compensar o fato de eu ser lésbica”: contextos de origem e deslocamentos nas experiências de universitárias lésbicas

A lesbianidade não é facilmente rotulada, circunscrita em uma definição pronta, por aquelas que a vivenciam. Também não são lineares os processos que levam à identificação com a lesbianidade. Cada uma das parceiras desta pesquisa narrou diferentes percursos até se entender como lésbica. Variações de vivências, de contextos, de fases da vida, dentre outros elementos, foram possíveis de identificar em seus discursos. O tempo é algo mencionado por várias delas:

Cássia: *Uma vez, li um artigo, quando eu estava nesse processo de entendimento, que falava de lésbicas tardias, né? Eu não gosto muito dessa expressão de lésbicas tardias, mas foi um processo na minha casa dos 20 anos. Eu fui socializada e cresci como uma pessoa hétero. Eu me relacionei com homens, fui casada com um homem um tempo. E durante muito tempo, eu me entendi como bissexual... Eu sentia atração por outras mulheres, comecei a me relacionar com outras mulheres, mas eu não cheguei a me apaixonar ou cogitar seriamente ter uma relação com uma mulher. Isso foi... Estou fazendo 10 anos de não hétero. E aí eu comecei a me entender... São vários momentos, né?*

Mas acho que eu comecei a me entender quando eu, efetivamente, me apaixonei por uma mulher e me imaginei com ela, me imaginei tendo uma vida com ela, me imaginei vivendo, morando, compartilhando o dia a dia. Que era algo que eu não tinha sentido até então.

Além de Cássia, Bia, Marina e Natalia também relataram uma progressão de se identificar como heterossexual, bissexual e, então, lésbica. Adriana e Angela mencionam um período anterior quando se relacionavam com homens e mulheres, mas não nomeiam uma identificação com a bissexualidade. A compulsoriedade da heterossexualidade é facilmente percebida em experiências como as de Cássia e das outras estudantes que relembram períodos de identificação com a heterossexualidade na infância ou adolescência. Miriam, por sua vez, relembra que desde muito cedo já sabia, em algum nível, ser lésbica:

Miriam: *Então... É longa. Primeira lembrança é muito cedo, é tipo no pré antes do fundamental. Só que eu tive uma criação muito, muito evangélica, assim, a minha família toda, então até... Sei lá, até meus 18 anos, eu meio que me ignorava assim. E eu, tipo, ia na igreja, enfim. E vivia meio que uma mentira, né? Eu tentava me segurar assim. E é uma coisa que eu sempre fui realmente assim. Mas é uma coisa que eu sempre... Como a minha criação e vivência tinha aquilo como errado, e eu, acho que tipo... Acabava pegando aquilo para mim. Eu só fui me entender que tipo, beleza, tudo bem você ser você com 18, 19 anos assim.*

Mesmo percebendo pistas da lesbianidade desde a infância, Miriam também percorreu um percurso de anos até se reconhecer como lésbica. As causas por trás da longa duração desses processos são muitas, e apesar de ser possível identificar, muitas vezes, influências da heterossexualidade compulsória, não são tão evidentes as instituições e ferramentas que auxiliam na manutenção dessa norma.

Miriam menciona a religião da família e as relações familiares são um aspecto significativo quando se fala de experiências de pessoas LGBTQIA+. As famílias operam como um microcosmo da sociedade, onde normas sociais são ensinadas, aprendidas e reforçadas. Como observado por Guacira Louro (2004) e Judith Butler (2003), a família é o primeiro local onde a performatividade de gênero é experimentada e internalizada. Crianças são ensinadas, consciente ou inconscientemente, a adotar comportamentos em conformidade com a norma heterossexual, muitas vezes pela rejeição ou punição de qualquer “desvio”.

A família desempenha um importante papel na reprodução da cisheteronorma, seja na reprodução das expectativas de gênero, na perpetuação de relações binárias e normativas ou pela inibição a qualquer expressão não cisheteronormativa (Toledo, Lívia, 2013). Nas experiências lésbicas, as famílias configuram vínculos complexos, ora de proteção contra a

lesbofobia, ora incitando essas violências. Os dados divulgados pelo LesboCenso (2022) apontam que 65% das lésbicas possuem apoio familiar, entretanto, 29% das ocorrências de lesbofobia relatadas na pesquisa foram causadas pelas famílias.

As parceiras desta pesquisa, quando perguntadas, não relataram violências sofridas no núcleo familiar, mas relatam momentos, como quando Miriam conta que o pai vasculhou seu celular para investigar sobre sua sexualidade, que demonstram o quão sutis são as ferramentas lesbofóbicas que passam, muitas vezes, despercebidas, sendo consideradas aceitáveis. É como se dissessem “eu sou lésbica, então é normal passar por tal experiência”. Isso leva a questionar quantas outras violências lesbofóbicas passam cotidianamente despercebidas, sem serem nomeadas, sem serem relatadas, sem serem combatidas.

Como Miriam, Winnie também menciona religião, quando conta que, aos 11 anos, sentiu interesse e beijou uma menina pela primeira vez. Ela relata, então, o percurso que sucedeu:

Winnie: *E aí o tempo foi passando e durante a minha adolescência, por uma pressão social, uma pressão de como eu deveria me comportar, eu fiquei com homens assim, muito no sentido de... Como eu posso dizer? Eu tenho que seguir isso porque isso é o certo, sabe? Muito nessa perspectiva, principalmente com o impacto do catolicismo, do evangelismo na sociedade, de uma certa forma, impactou muito a minha vida, porque eu tinha pessoas da minha família muito próximas a mim, que eram da igreja e eu ia na igreja com essas pessoas, então eu tinha muito na minha cabeça, por influência dessas pessoas, de que eu deveria fazer isso. Ficar com homens, porque era o certo para mim, né?*

Não é novidade a tensão entre religiões ocidentais e as comunidades LGTBTTQIA+. A religião é uma das principais instituições sociais que, por meio de ferramentas de sujeição e normatização, incutiu a heterossexualidade e a estrutura familiar patriarcal como cerne da sociedade, relegando identidades outras a posição de abjetas (Natividade, Marcelo; Oliveira, Leandro, 2009). No Brasil, segundo Valéria Busin (2008) é o discurso cristão, representado, historicamente, pelo catolicismo e, mais recentemente, pela multiplicação das igrejas evangélicas, que auxilia em “conformar a mentalidade da população, define valores morais e tenta impor o que é aceitável em termos de sexualidade, pois permeia todas as relações e modela subjetividades” (p. 80). Os discursos religiosos normativos não atingem somente quem integra tais religiões, pois estão presentes em variadas esferas, tendo efeitos amplos a todas as pessoas. Pelas falas de Miriam e Winnie, percebe-se não haver uma identificação com a religião e ainda assim foram discursos pautados por essas religiões que atuaram reforçando a cisheteronormatividade em suas experiências.

Não só as famílias atuam como propagadoras de discursos religiosos, a religião pode estar bastante presente nas escolas, na Educação Básica. Rosely e Angela relatam que estudaram, durante a infância e adolescência, em escolas “de freira” e relembram parte de suas experiências nesse contexto:

Rosely: *Bom, desde criança já me chamavam de sapatona no colégio e eu estudei em colégio de freira e padre, então era meio complicado assim. Então chamavam muito meus pais para conversar, me chamavam para conversar para que eu mudasse os meus jeitos, as minhas companhias, né? Eu andava muito assim com os gurus, então era o que chamavam de molequinha, né? Um gurizinho.*

Angela: *Na época do colégio, quando eu fiquei com uma mulher, eu tinha 14 anos e aí, claro, colégio de freira, né? Então todo mundo ficou sabendo depois de um tempo, gerou fofoca assim. Aí eu tinha um grupinho de amigas na época que eram mais próximas assim, e elas tipo falaram assim “ah, eu acho nojento, acho não sei o quê... Mas a gente te aceita”. Então era uma coisa meio, né? Mas aí também elas não queriam que eu, tipo, fosse dormir na casa delas mais, se trocar na minha frente também, tipo como se eu fosse avançar nelas ou algo do tipo.*

Rosely e Angela atribuem as situações vivenciadas ao fato de estudarem em escolas católicas, mas experiências como essas não se limitam às escolas religiosas, pois como posto por Guacira Louro “a educação se constituiu, historicamente, como um campo normalizador e disciplinador. O campo da educação opera, muito expressivamente, na perspectiva da heteronormatividade” (2010, p. 150). Para a autora, as escolas e pessoas educadoras são preparadas para lidar com normas, com certo ou errado, com definições claras e certezas, mas “hoje, mais do que nunca, as certezas escapam e deslizam, as verdades se pluralizam” (Louro, Guacira, 2010, p. 151) e dentre as maneiras que esse contexto encontra de lidar com essas diferenças, estão a negação e a tentativa de correção. A história de Rosely, em que seus pais foram chamados repetidas vezes em uma tentativa que ela mudasse seus “jeitos” ilustra esse impasse que pode ser intensificado quando há maior presença do discurso religioso, mas que fala do caráter normatizador das instituições educacionais.

As experiências relatadas por Rosely e Angela não se deram no núcleo familiar, mas ainda assim se localizam na infância e adolescência, épocas da vida em que as interações costumam estar restritas a um pequeno círculo composto por família e escola, majoritariamente. Outro aspecto trazido por algumas das estudantes foi o fato de morarem, na infância, em cidades pequenas do interior, onde todo mundo se conhecia, e como essas relações circunscritas não

permitiam uma autocompreensão subjetiva. Rosely, por exemplo, morava em uma cidade do Rio Grande do Sul com menos de 70 mil habitantes (IBGE, 2023).

A ida para a universidade, e no caso das parceiras desta pesquisa, para Florianópolis, pode significar um afastamento desses aspectos, da família, da religião, das cidades pequenas. Perguntei às estudantes sobre como foi a escolha do curso e da UFSC, considerando que todas elas se mudaram de cidade para estudar. A frase que dá título a esta dissertação foi dita por Miriam quando compartilhava sobre como foi feita a escolha de ir estudar na UFSC. Ela é natural do interior de São Paulo e, ao contrário da maioria das estudantes, que saíram de pequenos municípios para ir estudar em Florianópolis, Miriam deixou para trás uma cidade de maior que a capital catarinense para se afastar do pai:

Miriam: *A escolha pela UFSC foi mais uma escolha por conseguir viver a minha vida, sabe? Meio que conseguir desvincular do meu pai... Isso mesmo de conseguir ter um pensamento só meu. Assim, porque ele era realmente bem controlador, sabe? Então, acho que a única coisa que eu pensei, tipo, tá, vou ter que ir para uma faculdade, ganhar uma bolsa e viver de bolsa, sabe? E foi isso que eu fiz. Porque assim... E com o meu pai me prometendo deus e o mundo sabe, tipo carro e apartamento, isso e aquilo, para ficar lá, só que não é uma questão de dinheiro, né? Realmente é uma questão de você não conseguir ser você, assim. E daí foi um escape, assim. Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou, para conseguir viver.*

Ao dizer que a universidade foi um escape para “conseguir viver”, Miriam expressa, em poucas palavras, múltiplos sentimentos. O que significa dizer que foi preciso ir a algum lugar, foi preciso se afastar – e no caso de Miriam, foram centenas de – quilômetros, adentrar outro contexto, bastante diferente daquele que lhe é familiar para poder **ser**? Aí parece estar um importante aspecto das experiências lésbicas que aparece de maneira implícita ou explícita em todos os relatos presentes neste subcapítulo. As normativas reproduzidas na família, na escola, nos núcleos de convívio, fazem com que as lésbicas precisem se deslocar, geográfica ou metaforicamente, para poderem viver a lesbianidade.

Para Natalia, a decisão pela universidade que iria cursar também levou em conta esse afastamento da família e da cidade de origem. Ela saiu de um município do interior do Rio Grande do Sul com menos de 40 mil habitantes (IBGE, 2023) e sobre a escolha pelo curso e pela instituição, falou:

Natalia: *Eu ia ficar fazendo faculdade na minha cidade... E a minha sexualidade teve certa influência nisso também, para eu escolher onde eu ia estudar, porque eu não queria... Quando eu pensei isso, eu não sabia que era isso, mas hoje, olhando para o contexto, eu entendo que eu não queria ficar em [nome da cidade de origem], porque como é que eu ia desenvolver os meus afetos e o meu próprio eu, me entender*

melhor, sendo que lá tinha que fazer, tipo, tudo escondido e tudo demora mais? [...] E aí, eu comecei a pensar que eu gostaria de ir para uma cidade grande, eu queria ir para Porto Alegre porque lá eu achei um curso que eu poderia dizer para os meus pais que eu não faria o mesmo curso, que tinha faculdade em [nome da cidade de origem], então eu poderia dizer que eu faria [um curso voltado para outras áreas]. E aí, tipo, isso funcionou pra caraca, sabe? Eu falo, tipo, parabéns para mim mesma de 17 anos, porque aí eu falava pra minha família “não, porque eu vou fazer um curso diferente lá” e aí isso fez com que eles aceitassem a ideia de eu sair de [nome da cidade de origem] pra fazer isso e me ajudar com tudo, né?

Natalia desistiu de cursar a graduação em Porto Alegre quando conversou com uma amiga que conhecia o curso e disse ser muito caro e frequentado pela “elite” da cidade. Em busca de alternativas, ela pesquisou na internet quais os melhores cursos do país em sua área de interesse e, ao ver a UFSC na lista, se inscreveu pelo SiSU e foi aprovada. Um marcador a ser observado nas experiências das estudantes que mudaram de cidade e/ou de estado para ir estudar na UFSC é a classe. Natalia, por exemplo, teve a liberdade de escolher para qual cidade ir e contou com o apoio financeiro da família nesse processo.

É importante notar que tais oportunidades não são acessíveis a todas as lésbicas. Embora não tenha surgido nesta pesquisa, é evidente que muitas lésbicas não têm a possibilidade de escolher ir estudar em outra cidade, pois não dispõem de recursos financeiros para isso, ou mesmo, para estudar, tendo que trabalhar e continuar convivendo com as famílias de origem.

Mesmo quando a família dispõe de recursos financeiros para ajudar, isso pode ser cortado quando é explicitada a lesbianidade. A despeito das promessas de suporte financeiro do pai, incluindo carro e apartamento, Miriam decidiu ir para Florianópolis e não recebeu ajuda financeira da família em um primeiro momento. Logo que chegou à UFSC, ela participou dos programas de bolsa permanência e auxílio-moradia para conseguir se manter na cidade. A bolsa permanência é uma ação do Ministério da Educação (MEC) que confere um auxílio financeiro de quatrocentos reais a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2024b) e o auxílio-moradia é direcionado a estudantes provenientes de municípios que não sejam sede de campus da UFSC e concede trezentos reais para auxiliar no custeio de gastos com aluguel (UFSC, 2024b).

Adriana fez o movimento contrário das outras parceiras desta pesquisa. Ela, que é natural de Florianópolis, saiu da cidade para cursar a graduação em Araranguá. Esse movimento diz algo, também. Enquanto outras estudantes saem de cidades do interior, ela decidiu se mudar da capital do estado para uma cidade menor e percebe influência dessa mudança em seus processos subjetivos:

Adriana: *Eu acho que foi até muito importante, assim, pra minha descoberta. Eu consegui me ver sozinha, né? Me ver Adriana. Talvez tivesse demorado mais se eu tivesse ficado aqui, junto da minha família.*

Independente dos caminhos tomados e dos motivos por trás das decisões de curso e instituição, a ida para a universidade parece ser um momento significativo nas experiências das estudantes lésbicas. Angela e Winnie, quando perguntadas sobre como se deu essa escolha, trouxeram um ponto muito importante, que não havia surgido nas outras entrevistas:

Angela: *Tinha muito sentimento de... Tipo que eu precisava compensar, né? O fato de eu ser lésbica, eu precisava compensar. Então, sempre tirando as melhores notas, sendo a melhor pessoa possível, sendo tipo a mais inteligente, extremamente competente, tipo dando 100% em tudo, porque eu realmente tinha esse sentimento. Hoje eu falo sobre ele numa boa...Tinha esse sentimento que eu precisava compensar, né?*

Winnie: *Além de tudo isso, ter uma pressão de que eu precisava ser alguém na vida. Eu já tinha aquela questão, né? De, ah, eu sou lésbica, gosto de menina, já estou fazendo algo errado, então isso **tem que dar certo**, sabe? Era esse pensamento que eu tinha.*
[Em negrito, palavras enfatizadas pela entrevistada].

O pensamento de “eu já sou lésbica, então isso tem que dar certo” ressoou em mim por vários dias. Lembro de demorar para dormir após a entrevista com Winnie porque não conseguia parar de pensar sobre isso. Essa sensação de necessidade de compensar a lesbianidade, compartilhada por ambas, emerge como um elemento significativo a ser analisado. Nas pesquisas anteriores sobre experiências de universitárias lésbicas, apresentadas na revisão bibliográfica, este aspecto não apareceu, o que faz questionar o quão explícita ou implícita está no discurso essa noção.

Durante a elaboração desta pesquisa, além das dissertações com foco nas experiências de estudantes universitárias lésbicas, li ao menos 15 outros trabalhos que falam das experiências de estudantes LGBTTTQIA+ na universidade, dentre análises mais gerais, que falam de todos os grupos, ou com foco em experiências específicas. Nesses estudos, não encontrei nenhuma menção a essa necessidade de compensar algo pelo fato de ser quem se é.

Muitos fatores podem contribuir a essa lacuna, mas mantendo o foco de análise deste estudo, cabe pensar nas especificidades das experiências lésbicas, neste caso, em relação às expectativas familiares e sociais. Para as famílias, a existência lésbica causa uma ruptura com o ideal da filha, pautado na heterossexualidade, no cuidado com a casa e com a família e responsável pela manutenção dos laços familiares (Rich, Adrienne, 2010).

Mesmo quando a lesbianidade é “aceita” pelas famílias, essa quebra da expectativa, ou quebra do contrato heterossexual (Wittig, Monique, 1992), permeia as relações familiares e impacta as experiências subjetivas das lésbicas, pois “a necessidade de aceitação e reconhecimento por parte da família – que é, na verdade, uma produção moderna – está totalmente aderida aos nossos modos de subjetivação” (Toledo, Lívia, 2013, p. 341). Quando Angela e Winnie falam dessa compensação da lesbianidade, estão falando de uma necessidade que é a elas imposta pelo discurso social, apoiado e disseminado pelas famílias.

Outros elementos estão envolvidos nessa busca por reconhecimento através da inserção na universidade. Ainda hoje, apesar da prevalência de pessoas identificadas pelo feminino na Educação Superior (INEP, 2022), a inserção em cursos com considerado prestígio social e/ou econômico é majoritariamente masculina, principalmente quando consideradas especializações e pós-graduações (Cunha, Ulisses; Miranda, Cynthia; Rambo, Magale, 2020). Winnie relatou que prestou vestibular para um curso que carrega esse prestígio social, em busca dessa afirmação para a família. No dia de realizar a matrícula, ela desistiu desse curso e, no processo de encontrar um curso com o qual se identificava, acabou conhecendo aquele que cursa hoje. Coincidentemente ou não, o curso escolhido por Angela é o mesmo curso de “prestígio” primeiramente cogitado por Winnie.

A universidade parece exercer uma função importante na produção subjetiva da lesbianidade para as parceiras desta pesquisa. A mudança de cidade, até de estado, o distanciamento da família e núcleos de convivência das cidades de origem parece abrir possibilidades de existência lésbica, de ser e viver a lesbianidade. O ingresso na universidade pode também servir de ferramenta frente as rupturas causadas pela existência lésbica, aparecendo como uma possibilidade de afirmação, pois “isso tem que dar certo”. A ida para a universidade apresenta, então, a possibilidade de trilhar novos caminhos, de construir novos vínculos, de adentrar novos ciclos, por vezes até criando novas configurações familiares – a chamada família escolhida –, o que nos leva ao próximo tópico.

5.3 “Oi, você quer ser minha amiga?”: formação de redes na universidade

Quase todas as parceiras da pesquisa relataram não conhecer nenhuma lésbica na infância e na adolescência. Quando perguntadas sobre referências lésbicas nessa época, algumas citaram séries de televisão, filmes, livros e bandas, mas nenhuma referência pessoal, alguma lésbica com quem tivessem contato, seja na família, na escola ou no meio social que viviam. Cássia relatou sua experiência:

Cássia: *Durante quase a minha vida inteira eu não sabia que era*

possível ser lésbica, porque não tinha pessoas... No geral, não tinha pessoas LGBT perto de mim, mais especificamente lésbicas. Quando surgia, era sempre aquela coisa do rumor, talvez seja, talvez não seja. [...] Eu entrei nesse processo retrospectivo de me lembrar de situações e coletar essas memórias, esse arquivo de situações desde a adolescência que apontavam, davam pistas de que tinha uma forma de lidar com a sexualidade querendo sair, mas não sabia por onde. Porque não tinha referência, sabe?

Como apresentado anteriormente, foi já na vida adulta que Cássia se reconheceu enquanto lésbica e ela aponta relação direta da ausência de referências a seus processos subjetivos. Angela ressoou o que foi dito por Cássia:

Angela: *Realmente não achava que era possível assim, tipo, é aquela ideia que nunca passou pela cabeça, porque tu nunca viu em lugar nenhum e aí, não sei... Mas eu me sentia diferente com mulheres. Eu só não entendia, justamente por não ter essa noção de que isso era possível. Eu não conseguir interpretar o que era aquilo que eu sentia, sabe?*

Mesmo ao conhecer alguma lésbica, isso não significa que se torna possível a lesbianidade, pois muitas vezes a referência lésbica aparece relacionada a aspectos negativos, como aponta Adriana:

Adriana: *As referências lésbicas que eu tinha eram sempre ruins, assim, sabe? Era a prima de não sei quem, que está namorando uma mulher e, nossa, estragou com a família. Essas eram as referências que eu me lembro, sabe?*

Em relação à ausência de referências históricas da lesbianidade, Adrienne Rich declarou que a existência lésbica é vivida:

Sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor (Rich, Adrienne, 2010, p.36).

Essa mesma reflexão pode ser aplicada ao âmbito pessoal das experiências lésbicas. A ausência de referências apaga a possibilidade lésbica, negando também os variados aspectos que perpassam essa existência. A constatação de não saber ser possível ser lésbica por não ter nenhum referencial foi explicitada por Cássia e Angela, mas esteve presente também na fala de outras estudantes. Ainda que não tenham colocado dessa maneira, foi possível perceber nas entrelinhas dos discursos que o fato de não conhecerem outras lésbicas tornava a existência lésbica não só invisível, mas incogitável.

A experiência de Elisete foi diferente das outras parceiras da pesquisa. Ela tinha na infância e adolescência a referência de uma tia-avó, que apesar de não se afirmar lésbica para a família, mantinha relacionamentos com mulheres, e três primas sapatonas. Ela falou sobre a importância dessas relações para seus processos:

Elisete: *Elas foram e são muito importantes pra mim tanto no momento, né, da minha aceitação e também da minha revelação pra minha família, então acho que a experiência com a minha família seria outra se não tivesse essas minhas outras primas assumidas antes de mim. Isso é bem importante, assim. Foi bem significativo pra mim, assim, me sentir mais segura também, sabe? Em relação a minha família e pra me entender também... Pra me entender enquanto sapatão.*

Elisete reconhece que ter tido referências sapatonas em seu convívio foi fundamental para se entender como sapatão e para se sentir segura em se afirmar dessa maneira. Sua experiência foi exceção entre as parceiras da pesquisa, muitas das quais passaram toda a infância e adolescência sem conhecer nenhuma lésbica ou pessoas LGBTTQIA+. Foi na universidade que puderam conhecer essas pessoas e, assim, entender que existem outras pessoas que existem e/ou que se relacionam de formas não circunscritas pela cisheteronormatividade. Para essas estudantes, a universidade e os vínculos que propicia, configuram um elemento significativo nos seus processos de produção subjetiva:

Rosely: *Eu fui começar a entender melhor minha sexualidade quando eu entrei na universidade, mesmo. Entrei em 2014, né? Foi aí que começou assim, a me perceber e talvez me permitir realmente pensar que eu era lésbica, porque até então era tipo, posso ser? Mas não era tipo... Tinha uma barreira, né? Então, 2014 foi um processo mais de aceitação, aí 2015 me aproximei de pessoas LGBTs. E aí foi que eu realmente me assumi como lésbica, né? Então para mim, a UFSC, a universidade e os meus amigos têm uma força bem grande assim em eu me compreender como lésbica e me aceitar.*

Rosely nomeia o quão importante foi a aproximação com outras pessoas LGBTTQIA+ na universidade para seus processos de entendimento da lesbianidade. Não só amizades se formam nesses encontros, ela e Adriana namoram há quatro anos e foi na UFSC em Araranguá que se conheceram e iniciaram o relacionamento. Natalia também falou que a vivência na universidade foi essencial para poder conhecer pessoas e desenvolver afetos.

Mesmo quando já se entende lésbica, o encontro com semelhantes tem papel fundamental na experiência da universidade. Não encontrar amizades, não formar vínculos significativos, pode ser um fator que determina a não permanência na universidade. Elisete, foi antes do curso atual, passou para um curso na área das exatas na UFSC e foi morar em

Florianópolis. Não ter encontrado semelhantes no curso foi determinante para ela desistir e voltar para sua cidade:

Elisete: *Eu não encontrei pares nesse curso, né? Então, foi bem difícil. Eu acabei desistindo assim já logo no primeiro semestre. Era uma turma também bem hétero, assim. Não me identifiquei e acabei voltando pra [nome da cidade de origem], né? Eu vim sozinha pra cá, não me adaptei e acabei voltando pra lá.*

Elisete continuou estudando para o vestibular e retornou a Florianópolis alguns anos depois. Neste segundo momento, a universidade proporcionou a ela a construção de uma rede diversa.

Elisete: *Então, criei uma rede bem diversa, bem LGBT também. E isso, com certeza, positivou, assim, a minha experiência na universidade. E o fato de eu ter sido estagiária no IEG, também contribuiu para isso porque a maioria das bolsistas, das estagiárias, também ou eram LGBT, ou eram, como a gente dizia, simpatizante, assim.*

O Instituto de Estudos de Gênero (IEG), mencionado por Elisete, reúne professoras e pesquisadoras da UFSC e de outras IES realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão em Estudos de Gênero e Estudos Feministas. Em sua experiência, ter integrado este espaço, como bolsista, também contribuiu para ampliar sua rede. A vivência de Elisete demonstra que podem ser vários os espaços que possibilitem a socialização com semelhantes na universidade, mas que há variações bastante demarcadas entre diferentes cursos, diferentes áreas de ensino. Foi em um âmbito em que estão inseridas outras pessoas LGBTTQIA+ que ela formou vínculos.

Colaborando para pensar sobre as diferenças entre áreas de ensino, Miriam trouxe um incômodo para a entrevista. Ela disse que quando recebeu o convite da pesquisa, passou a se questionar se conhecia ou tinha contato com alguma outra lésbica na UFSC e não conseguiu lembrar de ninguém:

Miriam: *Eu tenho muito amigo gay, muita amiga bi, mas eu não tenho uma amiga sapatão, não tenho. Tipo amiga, sabe, alguém ali próximo, não tem ninguém sapatão assim. E me veio muito essa questão, tipo, meu deus, eu estou tanto numa bolha fechada da [nome do curso], tipo, eu nem tenho... Como, onde que eu vou conhecer essas pessoas? Então acaba que eu não tenho... Eu estou numa caixinha dentro do CCS, assim trancada, tipo, é realmente uma bolha, tá? Eu me sinto realmente numa bolha assim. Eu fico, tipo, das 7 da manhã até as 6 horas da tarde ali dentro, sabe? Não dá, onde que eu vou chegar numa sapatão na UFSC e falar “oi, você quer ser minha amiga?”*

Para ela, estar inserida no Centro de Ciências da Saúde, espaços que considera bastante cisheteronormativos, impossibilita que ela conheça outras lésbicas na universidade. Sua rede é restrita às/aos colegas do curso e, apesar de apontar que integra uma rede composta por pessoas

LGBTQTIA+, ela considera o fato de estar inserida nessa área, ou nessa bolha, como impossibilitadora de conhecer outras lésbicas.

A partir das experiências das estudantes é possível perceber um processo dialógico: a universidade pode possibilitar a identificação e reconhecimento da lesbianidade e estar na universidade se apresentando como lésbicas permite a formação de redes pautadas no acolhimento à lesbianidade. Em alguns casos, essas relações são vivenciadas pela primeira vez no contexto da universidade, não tendo sido vividas em contextos anteriores, a exemplo da Educação Básica. Quando se formam vínculos já a partir da aceitação e reconhecimento mútuo, principalmente com outras pessoas cujas vivências escapam à cisheteronormatividade, efetivamente se formam redes de apoio e vínculos de amizade por vezes não experienciados até este momento.

Lorena de Freitas (2021) diz que o reconhecimento social e afetivo da lesbianidade proveniente de relações interpessoais significativas desempenha um papel crucial no desenvolvimento de uma compreensão positiva da identidade lésbica. Conforme a autora, as lésbicas que tem a oportunidade de formar relações interpessoais fundamentadas no respeito e aceitação da homossexualidade²⁰ têm experiências mais positivas em relação à sexualidade, em oposição àquelas que vivenciam relações pautadas em “um modelo de ‘aceitação’ da homossexualidade que ‘aceita’ a pessoa a despeito da sua homossexualidade, que passa a ser escamoteada e tratada como se não existisse” (Freitas, Lorena, 2021, p. 4).

Cássia não foi morar em Florianópolis para estudar na UFSC, ela se mudou para ir morar com a então namorada. Recém-chegada em um estado e uma cidade onde só conhecia a companheira, pensou em maneiras para conhecer pessoas e ampliar sua rede para além daquela relação. A namorada havia ingressado no mestrado na UFSC e Cássia começou a frequentar espaços da universidade para acompanhá-la. Ali, se encontrou, integrou o Movimento Feminista Baque Mulher, coletivo nacional de maracatu e, ao auxiliar a companheira nos estudos de uma disciplina de gênero, percebeu que poderia também cursar uma pós-graduação. Se inscreveu no processo seletivo do mestrado e passou. Agora, está iniciando o doutorado no mesmo Programa de Pós-Graduação.

A formação de vínculos e redes de apoio, que para as demais estudantes surgiu como consequência do ingresso na universidade, foi intencional na experiência de Cássia, que buscou neste espaço formar amigas. Ela, que se identifica como mulher cis, nomeia como “parafernália da feminilidade” comportamentos e padrões estéticos que são impostos às

²⁰ Termo utilizado pela autora. Não utilizo homossexualidade ao falar das experiências lésbicas, mas lesbianidade, para dar ênfase e visibilidade às especificidades das vivências lésbicas.

mulheres e relata como começou a se desvencilhar desses padrões ao se aproximar de outras lésbicas e mulheres bissexuais:

Cássia: *Quando eu conheci essa minha ex e passei por um período de conviver muito próxima de outras mulheres lésbicas, bissexuais, que estavam questionando várias dessas coisas compulsórias e que podem ser opressoras, eu comecei a ter mais consciência do porquê eu fazia o que eu fazia, o porquê que eu usava o que eu usava e as coisas que eu realmente achava que não faziam sentido de feminilidade, eu fui me livrando, fui deixando no caminho.*

Cássia discorre sobre aspectos que são ensinados, encorajados e frequentemente impostos às mulheres desde a infância (Louro, Guacira, 2008), evidenciando que foi através dessas relações que passou a problematizar padrões que a acompanhavam por toda a vida. Os vínculos entre lésbicas e pessoas LGBTQIA+, muitas vezes atua como um catalisador para a reflexão e questionamento das normas de gênero tradicionais. Essas relações fornecem um ambiente propício, onde normas de gênero podem ser discutidas, contestadas e redefinidas, possibilitando às pessoas explorar, questionar e ressignificar suas próprias identidades. Nesse processo, questiona-se a imposição da heterossexualidade como norma, sendo este aspecto frequentemente apontado como um marco importante na produção da lesbianidade.

Adriana também aborda as imposições cisheteronormativas e como foi o processo de desconstruí-las:

Adriana: *Eu sempre tive alguns estereótipos assim, de quebra de padrões, né? Então, eu era uma menina que não gostava de usar saia, que não gostava de fazer penteados, entre aspás, de menina. Gostava de jogar bola, gostava de carrinho. Sempre me chamavam lá de lésbica, de sapatão, e eu sempre negando, né? Mas eu sempre levei isso e sempre ficava me questionando, né? Nesses momentos de bullying, entre aspás, que a gente nem sabia que era bullying. E passando a infância, eu entrei na adolescência, ainda sem me entender como lésbica, mas ainda mantendo os mesmos padrões assim [...] Quando eu entrei na faculdade, eu estava um pouco mais desconstruída nesse sentido de tentar me entender, tentar saber o que eu queria, o que eu não queria, então foi onde eu consegui me permitir um pouco mais e foi onde eu fiquei com a primeira mulher.*

Os relatos de Cássia e Adriana permitem identificar outro aspecto possibilitado pela formação de vínculos feita na universidade, referente a desconstrução de estereótipos e normas de gênero que têm impacto constante nas vidas lésbicas. Esses vínculos, além de auxiliarem na compreensão da lesbianidade e em tornar mais acolhedora a permanência na universidade, promovem uma desconstrução significativa das noções pré-concebidas sobre gênero e sexualidade.

A análise das experiências das estudantes apresentadas nesta seção evidenciou como a lacuna de referências lésbicas na infância e adolescência contribui para a invisibilidade da lesbianidade como possibilidade de existência. A experiência universitária emerge como um contraponto significativo, configurando um espaço de socialização e descobertas, onde a interação e relações com outras lésbicas e pessoas LBTTQIA+ propicia, além de reconhecimento da própria lesbianidade, suporte para a desconstrução de normas de gênero nas vivências pessoais. Os arranjos relacionais e as vivências são variadas, o que há de comum entre as experiências aqui relatadas é que se deram no âmbito da universidade, entendida como este tempo-espaço de socialização e de convivência.

6 A UNIVERSIDADE: ESPAÇOS E (IN)VISIBILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS

Enquanto no capítulo anterior o foco esteve nos processos subjetivos das estudantes no reconhecimento da lesbianidade e a influência das experiências na universidade nesses processos, neste capítulo, ainda a partir das experiências das estudantes lésbicas, reflito sobre a universidade enquanto instituição, fazendo-se importante destacar qual a conjuntura atual das universidades no país, especialmente das universidades federais, como a UFSC. Apesar de não ter, nesta dissertação, a intenção de aprofundar nessa discussão, abro espaço para apresentar alguns pontos relevantes para a compreensão desse contexto.

A educação nos anos recentes passou por processos de desmontes, falta de investimentos e cortes de gastos (Lima, Helder; Barbosa, Julianderson; Oliveira, Pablo; Santos, Marcelo, 2023). Sob governo de Jair Bolsonaro, o MEC passou por Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e o pastor Milton Ribeiro. Enquanto estava no cargo, Weintraub foi responsável por cortes de verbas da educação e falas ferrenhas direcionadas às universidades federais. Em abril de 2019, menos de um mês após ser nomeado ao cargo, o então ministro afirmou em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo: “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Disse ainda “a universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo” referindo-se a eventos políticos e/ou considerados por ele inadequados ao contexto universitário e que cortaria 30% do orçamento de três universidades federais. No mesmo dia, o MEC recuou da decisão de punir as “balbúrdias” e anunciou redução de verba para todas as IES (Agostini, Renata, 2019).

Foram diversas as declarações vexatórias sobre as universidades e as/os estudantes²¹ no período em que Weintraub esteve no cargo e os cortes de verbas da educação ocorreram ao longo de toda gestão de Bolsonaro. Na UFSC, os cortes orçamentários precarizaram a manutenção dos espaços físicos, impediram reformas e obras de acessibilidade, com o orçamento possibilitando apenas o mínimo para o funcionamento da universidade (UFSC, 2022a).

O período da pandemia da COVID-19, que iniciou em março de 2020, teve efeitos devastadores ao país. Importante lembrar que durante o governo de Bolsonaro, que atrasou a chegada das vacinas à população, além da constante minimização do contexto e desinformação

²¹ Na tese “*A universidade é pra caber quem?*”: democratização, cidadanização e subjetivação nas trajetórias de estudantes LGBTI+ na Educação Superior (2022), Júlio Santos analisa ações do governo Bolsonaro em relação à Educação Superior.

disseminada, foram 690 mil óbitos pela COVID-19. Hoje, são 708 mil óbitos acumulados (Brasil, 2024c). Na educação, as instituições suspenderam as atividades presenciais por períodos variados. Na UFSC, em 2020, após cancelamento das aulas, muitas delas passaram a ser ministradas remotamente em modo emergencial. Em 2021, o ensino remoto foi adotado por toda a instituição e as atividades presenciais foram retomadas a partir do primeiro semestre de 2022.

Esses são alguns dos pontos que permitem, ainda que superficialmente, entender a conjuntura atual das universidades brasileiras e da UFSC. Reitero a importância de se compreender o contexto sócio-histórico, neste caso, das IES para uma análise mais aprofundada das vivências de grupos específicos nesses âmbitos. No texto que segue, retomo a análise e discussão das experiências das estudantes lésbicas na UFSC.

6.1 “Tem várias nuances, pensando em quem eu sou, sabe?”: circulação pelos espaços da universidade

Ao refletir neste capítulo sobre os espaços da universidade, começo pensando o circular pelos espaços físicos e quem o faz livremente. Para Winnie, o circular pela universidade é atravessado pela raça, pelo gênero e pela sua lesbianidade. Ela dá um relato potente, citando diferentes formas que o medo opera no seu circular pelos espaços da universidade:

Winnie: *É muito complexo porque tem várias nuances, pensando em quem eu sou, sabe? Eu acho que quando eu estou sozinha, andando pela UFSC, a minha maior questão é, se vai acontecer alguma situação onde as pessoas vão pensar, sei lá, que eu estou roubando ou que, sabe... Coisas nesse sentido, por eu ser uma mulher negra. Porque querendo ou não, esse é o primeiro impacto que causa nas pessoas, eu ser uma pessoa negra. É principalmente, quando eu estou sozinha na UFSC, de noite, essas coisas que passam pela minha cabeça, sabe? E, depois, obviamente, passa a questão de eu ser uma mulher. Mas quando estou com minha companheira, quando eu estou com pessoas, até mesmo amigas, a gente está se abraçando e tudo mais, a minha preocupação é se isso pode gerar com que... Se nosso afeto, enfim, pode fazer com que a gente morra ali, naquele momento, sabe? Porque a UFSC é um local aberto, é para todo mundo... Isso é uma coisa que a gente super compreende. A gente luta para que seja dessa forma. Mas também isso impacta com o fato de que as pessoas que circulam ali, até mesmo os estudantes, a gente não sabe o pensamento daquelas pessoas ou o que aquelas pessoas podem fazer, tanto que a gente teve ataques nazistas, de pessoas escrevendo livremente dentro da universidade, então não tem como eu não pensar em todas essas coisas. Eu não sei se eu estou ali abraçando meu amigo, abraçando a minha companheira, não vai ter uma pessoa que vai, sei lá, poder dar uma facada na gente, sabe? Coisas que, infelizmente, eu tenho que pensar todos os dias e pensar de forma estratégica: se qualquer pessoa vir para cima da gente, como que a gente vai sair daquela situação, sabe?*

Se a gente vai correr, se a nossa mochila está pesada, se eu vou conseguir puxar a pessoa com quem eu estou para nada acontecer, sabe? Se a gente consegue empurrar a pessoa, se a gente tem força o suficiente... Então são esses dois pesos e essas duas medidas que fazem com que toda hora eu esteja pensando em me proteger, sabe? Dentro da universidade ou fora dela, mas que a gente precisa pensar como não morrer. Essa é a verdade. Assim, dentro da universidade, que deveria ser um ambiente seguro, eu penso muito nisso assim, nessas coisas que eu não deveria pensar, que eu tenho certeza que homens cis não param para pensar nisso, sabe? Então... Tem aí seus privilégios.

A raça é o primeiro ponto trazido por Winnie, quando fala do circular na universidade sendo uma pessoa negra. Retomando os números que apresentei sobre a UFSC, pessoas pardas e pessoas pretas somam 19% do corpo discente. São números que aumentaram nos anos recentes devido às iniciativas das ações afirmativas de ingresso nas universidades, porém é imprescindível questionar se as condições de permanência dessas pessoas na universidade estão acompanhando as medidas de ingresso. Não basta ingressar na universidade, é preciso que as pessoas negras tenham as condições de permanecer na universidade e isso inclui a livre circulação pelos espaços.

Quando Winnie diz que dentro ou fora da universidade “a gente precisa pensar como não morrer”, faz pensar no conceito de necropolítica, apresentado por Achille Mbembe. Resumidamente, o autor parte do conceito foucaultiano de biopolítica, compreendida como os modos de regulação da vida, através do controle dos corpos e das populações, para argumentar que se vive, hoje, não uma política da vida, mas uma política da morte. Para Mbembe, a agenda econômica e racista da sociedade neoliberal produz uma nova dinâmica em relação aos exercícios de poder e a necropolítica fala da gestão da vida que se dá a partir da produção sistemática da morte (Mbembe, Achille, 2016).

O que leva uma estudante a pensar na possibilidade da morte enquanto circula pela universidade? Alguns eventos dão pistas de como se constrói esse temor. A exemplo, a gestão da pandemia da COVID-19 e da educação pelo governo Bolsonaro podem ser entendidas pela ótica da necropolítica (Kohan, Walter, 2020). Outras pistas podem ser encontradas nos ataques nazistas mencionados por Winnie, referentes a alguns episódios recentes ocorridos na UFSC.

Em 2022, em setembro, uma pichação com ofensa racista a uma aluna quilombola foi feita em um banheiro do Centro de Ciências da Educação (CED) (Caldas, Joana; Duarte, Catarina; Todescatt, Juan, 2022). Em novembro de 2022, em um banheiro do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) foram encontradas frases contra mulheres, judeus e em apoio ao estupro (Mayer, Sofia; Duarte, Catarina, 2022), também foram feitas pichações com ameaças de morte a um estudante judeu, desta vez no banheiro do Centro de Ciências da Saúde (CCS)

(Caldas, Joana; Coriolano, Daniella, 2022). No mesmo mês, quatro estudantes da UFSC foram presos por integrarem um grupo neonazista catarinense que se reunia para treinamento com armas de fogo e discussão sobre ideário antissemita (Borges, Caroline, 2022). Além dos episódios no campus de Florianópolis, foi entregue uma carta ao CCJ do campus de Joinville com ameaças a “gays, feministas, negros, gordas e ‘amarelos’” (Borges, Caroline; Igor, Renato, 2022). Em meio a escrita desta dissertação, em novembro de 2023, um novo episódio: foi encontrada uma cadeira com símbolo e mensagens nazistas no CCJ (Wendal, Carmo, 2023).

Quanto a esses episódios, a UFSC se manifestou de algumas maneiras. Em novembro de 2022, lançou a campanha “UFSC Antirracista e Antinazista” visando divulgação de canais institucionais para denúncias. À época, a vice-reitora Joana Célia dos Passos declarou:

Denunciem, aprendam a denunciar. Não pode ser perigoso para o denunciante. Tem que ter perigo para quem faz as agressões. Não é possível mais que a gente busque terceirizar as violências da Universidade. O combate a elas é responsabilidade de cada um de nós. É importante que a gente tenha protocolos de denúncia e isso está sendo consolidado. Nós queremos que todos e todas aqui, além de se posicionar contra as violências, denunciem (UFSC, 2022b, s. p.)

No mesmo mês, foi aprovada a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional, descrita como “um conjunto de normas, divididas em sete capítulos, que orienta desde a identificação de atos discriminatórios até a forma de denúncias, encaminhamentos e acolhimento das vítimas” (UFSC, 2022c, s. p.).

É possível perceber que são variados os alvos dessas manifestações violentas, o que faz ecoar a narrativa de Winnie sobre os diferentes marcadores que se unem, em sua experiência, na produção do medo na circulação dos espaços da universidade. São também variados os espaços da universidade em que ocorrem essas manifestações, sendo recorrente nos episódios citados o banheiro.

Desde o primeiro esboço do roteiro das entrevistas, eu havia incluído uma pergunta sobre circulação nos espaços da universidade com menção aos banheiros. À primeira vista, pode parecer estranho questionar sobre banheiros em uma pesquisa inserida nos estudos das lesbianidades. Entretanto, os banheiros universitários já foram objeto de estudo de pesquisas anteriores em relação a gênero e sexualidades (Silva, Kessila; Longhini, Geni; Fernandes, Felipe, 2014; Silva, José, 2017; Soares, Natália; Calixto, Thayanne; França, Marlene, 2017; Gentil, Heloísa; Silva, Ana Cristina, 2018).

Em pesquisa sobre os banheiros dos centros de ensino e prédios da UFSC, as autoras e autor analisam de que maneiras a cisheteronormatividade se manifesta na arquitetura desses espaços. Sobre as experiências lésbicas nesse âmbito, dizem:

A compulsão heterossexual está presente também nos banheiros públicos, desde a inspeção e controle dos corpos feita por outras usuárias dos banheiros na presença de uma lésbica masculinizada (butch²²) até à repulsa e exclusão [no artigo é apresentada uma fotografia de escrito em uma parede que diz “suas lésbicas filhas da puta”]. O controle dos corpos aplicado no uso dos banheiros, como já foi dito, é sustentado através de policiamento e vigilância, definem quem pode ou não utilizar aquele espaço. Ao ocupar o banheiro feminino, uma lésbica percebe o não pertencimento àquele ambiente, desde sua autoidentificação até o estranhamento potencial de outras ocupantes daquele espaço (Silva, Kessila; Longhini, Geni; Fernandes, Felipe, 2014, p. 56).

Elisete, que entende que seu modo de ser, de se vestir e de estar nos espaços explicita sua identidade sapatão, relatou:

Elisete: *Já tive alguma experiência no banheiro, assim, de um dia que eu tava mais sapatona, assim, de receber olhares de mulheres me dizendo que ali não é o meu lugar. Mas foi uma situação, eu posso dizer, isolada, bem específica. E não foi no banheiro do CFH, eu acho que... Eu não lembro, acho que foi no banheiro da Reitoria 2, que fica fora ali da UFSC, sabe? Fica num prédio meio independente.*

A organização de banheiros em espaços públicos, geralmente separados em feminino e masculino, reforça o binarismo de gênero a todo instante. Nesses espaços, costuma ser ainda mais presente a cisheteronorma, avaliando se cada pessoa que ali adentra deveria mesmo estar ali:

Qualquer pessoa cuja performance de gênero seja lida como “ambígua”, ainda que num banheiro “adequado” a seu sexo acaba sendo alvo da mesma inspeção. Isso demonstra que a lei de entrada nos banheiros exige uma única forma (considerada “correta”) que leva em conta: o alinhamento de sexo e gênero, mas também cabelos, roupas, modo de andar etc. Essa forma única é estereotipada e define os limites da normalidade. [...] A separação logo na entrada dos banheiros definindo supostas totalidades generificadas (como se os humanos fossem divididos em dois grandes grupos) remete a uma padronização da sexualidade ao supor o alinhamento supramencionado entre sexo e gênero (Silva, Kessila; Longhini, Geni; Fernandes, Felipe, 2014, p. 51).

Elisete conta que a maneira que sua sapatonicidade é expressada através da aparência colocou em cheque o pertencimento àquele local. Ela pontua ter sido um episódio isolado e considera uma relação com o departamento onde está inserido esse banheiro, fazendo comparação aos banheiros do CFH, centro onde está inserido o curso de Psicologia, que são locais que está mais habituada a frequentar. Em relação as essas diferenças entre diferentes prédios da universidade, no artigo sobre os banheiros da UFSC, as autoras e autores falam que encontraram, nos banheiros do CFH, muitos debates sobre gênero nos escritos das paredes.

²² Discordo da decisão das autoras e autores em definir a butch como “lésbica masculinizada”. Butch, caminhão, caminhoneira, são alguns dos termos utilizados pelas comunidades sapatonas para se referir às lésbicas que subvertem os referenciais de feminilidade. Argumento que isso não as “masculiniza”, mas redefine feminilidade a termos próprios, desprendendo-se das normativas que limitam existências a esses referenciais binários.

Dizem ainda que os banheiros de prédios como o da reitoria eram mais limpos e vazios, o que atribuem a serem prédios sem salas de aula, o que faz diferenciar o perfil e fluxo de pessoas que por ali circulam, visto que é menor a circulação de estudantes por esses espaços (Silva, Kessila; Longhini, Geni; Fernandes, Felipe, 2014).

Para além de manifestações violentas nos escritos nas paredes, os banheiros também podem ser palco de outras expressões. Quando perguntada sobre o circular nos espaços, Natalia trouxe um aspecto que não foi mencionado pelas outras estudantes:

Natalia: *Eu gosto muito de ir no banheiro porque sempre tem muitas coisas escritas nas portas, e isso são resquícios de que existem lésbicas. Está lá, tipo... Tem mulheres falando, escrevendo, tipo “não tenho medo, sou sapatão” e é muito legal. Toda vez que eu leio assim eu dou risada, tipo nossa, é uma coisa tão simples, mas eu acho muito legal em relação a espaços assim.*

O fato dessas “pistas” da presença lésbica serem encontradas em ambientes reservados, como os banheiros, sugere que esse é um dos lugares onde têm maior liberdade de aparecer, apesar de, como dito acima, muitas das manifestações nazistas e racistas acontecerem, também, nos banheiros. A privacidade do banheiro, a ausência de câmeras e vigilantes parece proporcionar que se expressem diferentes presenças: de vida, de libido e, mais recorrente, de ódio.

Rosely reconhece a cisheteronormatividade nos espaços da universidade e menciona de que formas privilégios de cisgeneridade, de cor/raça e de aparência a protegem de determinadas situações violentas:

Rosely: *Talvez porque, vamos dizer, eu ainda sou uma lésbica padrão, né? Eu não sou uma caminhoneira [...] Eu sei que é uma questão muito forte, principalmente pra pessoas trans, né? Mas assim, não senti essa questão. Para mim não, não chegou, entendeu? E acho que seria isso. Nos outros ambientes de convivência também era tranquilo, mas é bem heteronormativo. Mesmo sendo tranquilo, continua sendo bem heteronormativo e as pessoas esperam que tu faça as coisas de acordo com o que é pré-estabelecido culturalmente, assim. Então eu acho que mesmo eu tendo uma aceitação boa, até porque eu sou, sei lá, branca, uso cabelo grande, então às vezes consigo passar por alguém que não é lésbica, então acredito que quem performa um outro estereótipo, sinta coisas que eu não sinto.*

Além de Rosely, Angela e Miriam também identificaram que a branquitude as protege de algumas vivências. Foi possível identificar que as estudantes que relataram episódios de incômodo ou discriminações vivenciadas no circular pela universidade, foram as estudantes negras, enquanto as estudantes brancas não lembraram nenhum episódio significativo em que o livre circular pela universidade tenha tido algum empecilho. É evidente que a raça é um dos

marcadores mais visíveis, o que reitera a necessidade de não essencializar as experiências lésbicas por serem marcantes as diferenças entre diferentes corpos em diferentes contextos.

Miriam reconhece esse fator:

Miriam: *Para pensar nisso, tipo, perceber e colocar também em questão o nosso lugar, que é um pouco de privilégio também, né? Tipo, ok, tem mulheres lésbicas na faculdade, mas quais são essas mulheres? Tipo, ainda também é uma coisa a se questionar, sabe?*

Após o relato que abre este capítulo, Winnie disse não saber, caso algo ocorra, que instâncias acionar na UFSC para sua proteção ou para denúncia:

Winnie: *Eu consigo ter essa abertura melhor com os meus colegas, né? De curso, de profissão, do que com o corpo docente e com a própria UFSC, né? Porque, por exemplo, se hoje eu passo por uma questão de homofobia, se eu estou com alguma mulher na universidade, eu não sei para onde recorrer ali dentro da UFSC, por exemplo, sabe? Eu recorreria aos meus colegas de curso, mas não iria recorrer aos meus professores, por exemplo, ou qualquer técnico da UFSC, ou... Eu sei que tem um setor de ouvidoria, mas eu não sei o que eu faria... Se eu seria acolhida de fato, se eu não passaria por mais situações de violência...*

Mencionada anteriormente, a CDGEN é um setor vinculado à PROAFE da UFSC. Criada em 2016, visa “estabelecer políticas de enfrentamento à LGBTfobia e violência contra a mulher, na luta pela promoção dos direitos da população universitária LGBTQI+ e mulheres vítimas de violências” (UFSC, 2024a). A essa população, a coordenadoria oferece atendimento psicológico e orientações, além de realizar atividades educativas. Atualmente, no site da CDGEN, há a oferta de dois grupos, o primeiro, chamado *Entre-laços: roda de compartilhamento entre mulheres*, é descrito como um grupo que propõe um “local seguro de troca, acolhimento e de construção de laços” (UFSC, 2024a). O segundo grupo é intitulado *Refletindo Masculinidades* e configura um grupo reflexivo, voltado para homens, com o objetivo de discutir temas em torno das masculinidades. Ambos os grupos promovem encontros virtuais semanais mediante inscrição via formulário online.

Pesquisando “lésbica” no portal da CDGEN, a última publicação é de 2019, divulgando programação em alusão ao dia Nacional da Visibilidade Lésbica, no dia 29 de agosto. As atividades incluíram mostra de poetisas lésbicas no Hall da Reitoria, uma sessão de um curta-metragem lésbico e um piquenique. Não encontrei nenhuma publicação mais recente relacionada às estudantes lésbicas. Há publicações recentes sobre datas/eventos/divulgações relativas ao público LGBTTQIA+, mas não é feita menção a nenhum grupo específico.

Nenhuma estudante mencionou a CDGEN ou alguma outra iniciativa institucional ao combate de violências. Nas menções feitas, disseram não saber quem acionar caso sofressem alguma violência no âmbito da UFSC. Isso leva a questionar o quão ampla é a divulgação de órgãos e iniciativas como as propostas pela CDGEN e se elas estão atingindo o público que deveriam atingir. O relato de Winnie demonstra que ela não se sente segura em relação ao acolhimento que receberia de agentes institucionais ou docentes e aponta as/os colegas de curso como possível via de auxílio.

As experiências das parceiras desta pesquisa evidenciam que a universidade, apesar do caráter democrático de livre acesso a diferentes grupos, não proporciona um livre circular por seus espaços a todas/os estudantes de forma igualitária. A raça e a performatividade de gênero foram alguns dos aspectos que surgiram como determinantes na maneira que são vivenciados esses ambientes, impactando a inclusão e a participação plena das estudantes. É importante pontuar que, de maneira geral, estudantes permanecem por anos na universidade. A maioria dos cursos de graduação têm duração de quatro ou cinco anos, sem contar pós-graduações, o que significa que um longo período de suas vidas se passam nesses espaços. Portanto, é essencial que se problematize quais corpos estão, realmente, autorizados a circular por esses espaços de modo a avançarmos ao encontro de uma universidade verdadeiramente democrática.

6.2 “Em alguns momentos eu não levava esse assunto, em outros eu podia ser eu mesma”: experiências lésbicas nas salas de aula

Dentre os variados espaços que compõem a universidade, a sala de aula ocupa uma posição crucial. Configura um espaço-tempo, onde se concretiza o objetivo principal da universidade, o ensino, além de ser cenário para as interações entre docentes e estudantes e entre colegas de curso. A partir desses arranjos relacionais, se negociam e produzem subjetividades, sendo esse um espaço privilegiado para se pensar as experiências universitárias. Nesta seção, olho para as experiências das estudantes lésbicas nas salas de aula de diferentes cursos da UFSC. São problematizados dois aspectos principais em relação a se e como as lesbianidades estão autorizadas a ser expressas nesse âmbito: nas relações e nos currículos.

Uma das perguntas que fiz às parceiras da pesquisa foi se elas explicitam sua lesbianidade em salas de aula, na relação com docentes e colegas. Se, por exemplo, se sentiam confortáveis em compartilhar alguma vivência pessoal indicando sua lesbianidade “na minha experiência lésbica...” ou falar de alguma relação “minha namorada/companheira”. Adriana compartilhou sua experiência na graduação em um curso de exatas:

Adriana: *Tinha professores e professores assim, então em alguns*

momentos eu não levava esse assunto, em outros momentos eu podia ser eu mesma. Então, por exemplo, com a minha orientadora era natural eu conversar sobre a minha vida, mas, a maioria eu não levava sobre mim, não falava nada, sabe? Só entrava, fazia. [...] Talvez seja específico do meu curso que existam essas matérias que tu só abaixa a cabeça e faz, só fala sobre a matéria. Ou não, né? Mas, a maioria, eu não falava nada sobre mim, tipo, não me apresentava como lésbica e nem como Adriana. Era só mais uma estudante de [nome do curso] que escutava umas piadinhas sobre mulheres na [nome do curso] e seguia, assim... Tipo, só queria passar na matéria.

Quando Adriana nomeia que em alguns momentos podia ser ela mesma e em outros “não levava esse assunto”, faz pensar no armário da universidade (Nardi, Machado, Machado, Zenevich, 2013) e como ele está presente nesse cotidiano. A epistemologia do armário de Eve Sedgwick (2007), que serviu de base para as autoras e autores desse texto, aponta que mesmo pessoas que se identificam abertamente como LGBTTQIA+, ainda enfrentam a necessidade de ocultar sua orientação sexual em certos contextos devido a pressões sociais, econômicas ou institucionais. Ela argumenta que a imposição da heterossexualidade como norma leva as pessoas a se sentirem constantemente cercadas por expectativas heterossexuais, as colocando no armário em várias situações.

No cotidiano da universidade, esse armário é administrado através da:

Manutenção da norma por meio da demarcação dos espaços nos quais se pode falar de sexualidade e de gênero e dos espaços onde a heteronormatividade impera, naturalizando as relações de gênero e a hierarquia sexual. As relações de poder no cotidiano se evidenciam, sobretudo, nas hierarquias no interior da instituição e no silenciamento das diferentes expressões de gênero e da sexualidade que habitam a universidade, em momentos nos quais a disciplina e o controle se articulam (Nardi, Machado, Machado, Zenevich, 2013).

Na experiência de Adriana, pesa o fator de estar inserida em um curso das ciências exatas, tradicionalmente dominado por homens. Rosely falou sobre este aspecto na graduação em um curso de Engenharia:

Rosely: *O que eu sinto, assim, do meu curso... Eu acho que talvez das engenharias em geral, é que é um público bem masculino e bem heteronormativo. Então, tanto por ser mulher e ser lésbica, é o oposto do que a engenharia espera que seja uma pessoa engenheira, sabe? Sempre imagina um engenheiro homem e heterossexual.*

Principalmente nos cursos mais conservadores, impera a noção de que a sala de aula é um ambiente neutro, como se gênero e sexualidade não “importassem” naquele espaço. Entretanto, essa suposta neutralidade coloca a régua a partir da norma: ninguém precisa se assumir, pois se assume que todas/todos são cis e heterossexuais. Nesse cenário, as estudantes lésbicas são empurradas para dentro do armário e isso tem efeitos diretos em suas experiências

na universidade. A maneira como significam essas experiências varia para cada estudante. Adriana diz:

Adriana: *Eu acho que tem coisas que aconteceram na graduação que foram para eu ser quem eu sou hoje, assim, então, não vejo como tão negativo eu só entrar na aula para ter a matéria, sabe? Claro, é negativo tu escutar coisas que tu não quer escutar sobre... Coisas preconceituosas... [Ela ficou um tempo pensando] Talvez até me trouxeram um aprendizado de só escutar e conseguir ficar calma, né? E não só revidar, conseguir me acalmar, né? Quando em frente a esses preconceitos. Mas eu não vejo só como uma coisa negativa de eu só entrar pra fazer minha matéria e sair, sabe?*

Ao ponderar sobre as vivências no curso, equilibrando aspectos negativos com aprendizados, parece haver um esforço da parte de Adriana para tornar positivar as experiências na graduação. Apesar de falar que não considera negativas as vivências relatadas, ela contou que passou por momentos de sofrimento psíquico durante o curso, que teve gastrite e insônia, e acredita que isso possa ter sido influenciado por ser um curso “pesado”, com árdua carga de conteúdos teóricos e técnicos. Porém, é necessário reconhecer que vivenciar comentários preconceituosos e o silenciamento em relação a lesbianidade em um universo dominado por e construído para homens cis hétero tem impacto na produção subjetiva das estudantes.

Adriana não especificou se as falas preconceituosas que ouviu ao longo da graduação foram ditas por docentes ou colegas, mas em outro momento da entrevista contou de um professor que a tratava mal e que fazia “piadas” machistas corriqueiramente. Experiências nesse sentido não são um caso isolado ou que ocorrem somente em cursos majoritariamente masculinos, como os das ciências exatas. Miriam, que é estudante de curso na área da saúde, também compartilhou uma vivência com um professor do curso:

Miriam: *Eu tive problema com um professor, que ele era bem cuzão comigo. Assim, realmente, ele não tinha porque... Era coisa que todo mundo da turma falava assim, sabe? De tipo “meu deus, que ridículo!” [...] Ele tinha alguma coisa comigo, que sabemos o que é... Tipo... Que eu não podia respirar errado, que ele já enchia o meu saco. Não podia sair, entrar na aula... Entrava na aula dele, não podia dar um ‘piu’ ou falar alguma coisa... Ou ele chegava assim em cima de mim para ver se tinha alguma coisa errada para ele falar, sabe? Era realmente uma pessoa que ele meio que perseguia assim.*

Carolina: *Isso teve algum desfecho, você fez a disciplina até o final?*

Miriam: *Eu não fui atrás de denunciar e etc, me pediram até, mas eu fiquei com medo e deixei quieto. Não falei.*

As experiências de Adriana e Miriam ilustram aspectos da naturalização da lesbofobia disfarçada de comentários corriqueiros. Casos como esses ressaltam a importância de identificar e abordar as manifestações de lesbofobia no ambiente universitário. Comentários

preconceituosos e silenciamentos tornam-se rotineiros, e mesmo quando a discriminação é reconhecida, muitas vezes não há espaço para contestá-la, devido ao medo de represálias ou à indiferença com que essas questões são frequentemente tratadas. As dinâmicas de poder que se dão no espaço da sala de aula dificultam a busca por ferramentas para combater discriminações, especialmente quando os atos discriminatórios vêm de uma relação vertical (Prado, Marco Aurélio; Martins, Daniel; Rocha, Daniel, 2009). A exemplo disso, Miriam expressou receio em denunciar o comportamento do professor, temendo possíveis consequências.

As experiências das estudantes lésbicas nas salas de aula são diversas conforme o curso que estão inseridas, variações de contextos, ou pelos marcadores das vivências das estudantes. Marina, estudante de Psicologia, ingressou na UFSC em 2021, em meio à pandemia da COVID-19. A sala de aula, nesse período, deixou de ser caracterizada pelo espaço físico da universidade, se estendendo a outros ambientes, digitais. O primeiro ano da sua graduação foi através do ensino remoto, o que modificou a forma que o ingresso na universidade costuma ser vivenciado. Apesar disso, houve brechas para rituais de apresentação:

Marina: *Eu entrei na faculdade, eu já sabia, sabe? Daí eu já não fiz questão nenhuma de esconder. Tanto que a primeira amiga que eu fiz na faculdade foi tipo, no primeiro dia de aula online, e daí ela me mandou mensagem e ela falou “gata, tô te mandando mensagem porque você tem cara de gay”. Eu falei “sim, sou, sou mesmo, sou lésbica”. E daí foi o primeiro espaço que eu me inseri assim, logo de cara, já falando para as pessoas que eu era lésbica, sabe? Porque antes eu não sabia, mas agora eu sabia e eu podia ter isso como uma parte de mim que eu já estava apresentando logo de cara.*

Estar inserida em um curso da área das ciências humanas, proporciona diferentes experiências daquelas vivenciadas nos cursos de exatas, como as relatadas por Adriana e Rosely. Isso não significa serem positivas todas as experiências neste contexto. Ter se afirmado como lésbica logo no primeiro dia de aula e se apresentar como pessoa não-binária na universidade não impediu que Marina passasse por situações em que sua lesbianidade e sua identidade de gênero fossem invalidadas, ela conta:

Marina: *E mesmo assim, isso foi invalidado várias vezes na faculdade, tipo, em vários momentos de convívio com pessoas que eu conheci dentro da universidade. Parecia que entrava por um ouvido da pessoa e saía pelo outro. Ao mesmo tempo em que, em tese, ela estava me respeitando, ela não levava muito a sério isso. E daí isso ia muito na direção de que eu sabia que aquelas eram pessoas que também me enxergavam como mulher. Eu sei que, tipo, pela forma como que eu me apresento, a maior parte das pessoas vai me enxergar assim mesmo. [...] E daí era tipo “ah, eu não te enxergo como lésbica, eu não te enxergo como nada além do que eu quero enxergar, te enxergo como mulher”, sabe? “Te vejo como mulher, daí eu posso até aceitar o fato*

de que você é lésbica, você me dizendo isso, mas eu não vou pensar assim”. E eu sinto que eu consigo perceber uma relação de pessoas que, tipo, claramente, não fazem nenhuma questão de ligar para minha identidade de gênero, e essas pessoas também não fazem nenhuma questão de ligar para o fato de que eu sou lésbica. Se isso faz sentido...

O relato de Marina demonstra que mesmo em cursos considerados mais progressistas, como os cursos das ciências humanas, o armário continua presente. Ela fala sobre como a forma que se apresenta é lida como cis e hétero, mesmo que ela se afirme de outras maneiras. A presunção total da heterossexualidade faz com que as saídas (ou tentativas de saídas) do armário sejam cotidianas. No caso da universidade, a cada semestre, a cada nova disciplina, com cada docente e diferente turma de colegas, o processo se repete e o acolhimento ou não acolhimento vivenciados dependem de variados contextos.

Um aspecto que pode contribuir para esse acolhimento é a presença ou não de temáticas de diversidade nos cursos, incluso aqui raça, gênero e sexualidade. Em seu curso, Rosely foi categórica:

Rosely: *Como matéria não, não existe, não. Nunca teve nada, nunca tive nenhuma matéria assim, nada, nada do tipo.*

Sobre a presença de temáticas que pensem vivências LGBTTTQIA+ em seu curso, Miriam diz:

Miriam: *Cara, a gente deve ter quatro horas em todo o currículo da UFSC, da [nome do curso], vinculado a qualquer questão LGBT. E essas quatro horas são de doenças sexualmente transmissíveis ou coisas do tipo, sabe, nada mais. [...] São coisas que as pessoas deveriam colocar, sabe? Enfim, maneiras e manejos de como, né, tratar uma pessoa, enfim, LGBT e tal, e a gente não tem isso. É isso que eu te falei, tipo, a única coisa que eles ligam, essas quatro horas, é para falar de doença sexualmente transmissível, sabe?*

Ela afirma só haver menção às pessoas LGBTTTQIA+ no curso para falar de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), demonstrando uma visão estigmatizadora e preconceituosa sendo perpetuada através da formação universitária. Esse aspecto costuma ser presente nos cursos da área da saúde. Em um estudo sobre a percepção de estudantes de cursos da saúde sobre a abordagem em relação à saúde de pessoas LGBTTTQIA+, os dados falam por si: embora 76% das pessoas que participaram do estudo considerem que a formação acadêmica prepara para atender integralmente todas as pessoas, apenas 39% consideram que a formação prepara as/os discentes para atender integralmente as populações LGBTTTQIA+ (Barchin, Vinícius; Carvalho, Bruna; Marques, Sheila, Franco, Carolina; Garzin, Ana Claudia, 2021). Os achados desse estudo corroboram, ainda, a fala de Miriam, ao evidenciar que, quando há temáticas que incluam pessoas LGBTTTQIA+, essas são voltadas exclusivamente para a prevenção de ISTs.

O principal papel da universidade é a formação de profissionais das diferentes áreas de conhecimento. Quando os currículos dos cursos falham em integrar raça, gênero e sexualidade por uma perspectiva transversal às discussões, que normas são reforçadas e que vivências são invisibilizadas? Quando as experiências lésbicas (e das pessoas trans e outras populações vulnerabilizadas) simplesmente não aparecem nos cursos de graduação, é reiterada a ideia de que essas pessoas são invisíveis ou não existem.

Miriam comentou na entrevista que em seu curso, inserido na área da saúde, não se discute temas como gênero e sexualidade, mas que ela imagina que em outros cursos, esses debates aconteçam. Ela não foi a única a falar algo neste sentido, muitas delas, sabendo que minha dissertação é da área da Psicologia, diziam algo como “no meu curso não tem, mas na Psicologia deve ter, né?”. Na Psicologia da UFSC, no sexto semestre é oferecida a disciplina Psicologia e Relações Étnico-Raciais, cuja ementa abarca conceitos iniciais sobre raça e etnia, efeitos psicossociais do racismo e intervenção psicossocial para promoção da igualdade étnico-racial. No nono semestre, há a disciplina Gênero, Corpos e Sexualidades, que visa discussões acerca da produção histórica de sexo/gênero, normatizações e movimentos sociais e sexualidades. Ainda assim, as parceiras desta pesquisa que estudam no CFH, consideram que essas discussões não acontecem de forma integral e transversal ao longo dos cursos.

Embora tais debates ainda não estejam presentes ao longo de toda a formação, é positiva a presença dessas disciplinas obrigatórias no currículo de Psicologia da UFSC, visto que disciplinas focadas nessas temáticas não são unânimes em currículos de Psicologia. Em minha experiência, na graduação em uma universidade privada, no curso não havia nenhuma disciplina obrigatória sobre gênero ou raça. Lembro somente de duas disciplinas optativas, que não eram oferecidas todos os semestres, mas que falavam de violências de gênero e gênero na Psicanálise. As discussões em outras disciplinas só integravam perspectivas interseccionais se houvesse um esforço por parte das/dos docentes em fomentar essas análises, pois o currículo não previa tais discussões.

Na dissertação *Dissidências em curso: transicionando gêneros nos currículos e nas práticas discursivas em Psicologia (2017)*, Maria Carolina Roseiro aborda o contexto da formação em Psicologia, mencionando estrutura das grades curriculares, ementas e conteúdos disciplinares. A discussão se concentra em como aspectos curriculares podem levar a uma rigidez e normatização e a autora destaca a importância de questionar e problematizar esses modos normalizadores de intervenção curricular, especialmente em relação às identidades dissidentes. A análise sugere uma crítica ao modelo tradicional de currículo, propondo uma abordagem mais flexível, que permita a inclusão de perspectivas diversas e conteste as normas

estabelecidas. A autora advoga por um currículo que não apenas transmite conhecimento, mas incita ao questionamento crítico e à reflexão sobre as estruturas de poder (Roseiro, Maria Carolina, 2017).

A organização engessada de currículos de graduação parece realidade na maioria das áreas e cursos. Winnie conta sobre essas dinâmicas no currículo do curso:

Winnie: *Sobre gênero, as profes até conseguem discutir mais, trazer a questão, principalmente, de como o [nome do curso] é visto, de como a nossa profissão é vista muito numa perspectiva de cuidar, que está ligada à maternidade, principalmente, né? Mas de discutir sexualidade e raça, eles não conseguem fazer isso de uma forma para pensar o que acontece com essas pessoas, com pessoas LGBTQs, por exemplo. A gente nunca teve uma aula para discutir sobre pessoas LGBTQs de fato, tipo uma aula para discutir só sobre isso. A gente nunca teve. Eu nunca consegui partilhar experiências ou leituras relacionado a eu ser uma mulher lésbica ou leituras que eu fiz sobre essa temática, sabe? E aí, piora ainda mais quando a gente vai tratar a questão de raça, porque na minha perspectiva não tem como eu falar que eu sou uma mulher lésbica sem trazer a questão central de eu ser uma mulher negra, porque impacta de formas muito diferentes, sabe?*

É possível perceber que há uma hierarquia de temáticas que surgem ou não. Reflexões mais generalizadas sobre gênero parecem aparecer em alguns cursos, mas essas análises não contemplam pessoas que não se encaixam na cisheteronormatividade nem consideram outros marcadores. Na experiência de Winnie, essas limitações curriculares impedem que ela leve suas vivências às discussões em aula, pois não teria como negar sua raça ou a lesbianidade ao compartilhar determinada perspectiva.

Natalia foi uma das estudantes que disse não haver nenhuma menção a gênero no currículo e nas aulas do seu curso, o que a fez procurar disciplinas em outros cursos. Ela cursou a disciplina Gênero, Corpos e Sexualidades da Psicologia e disse que as experiências na disciplina foram importantes para ela se entender e se afirmar como lésbica:

Natalia: *É bem legal assim de tu perguntar, porque eu comecei a falar assim “sou lésbica”, a partir de quando eu comecei a ir na matéria Gênero, Corpos e Sexualidades, porque, tipo assim, faz muito tempo já, que eu comecei a me perceber, a perceber que eu gostava de mulheres, acho que eu devia estar no oitavo ou nono ano do fundamental ainda. [...] E aí foi indo assim... Daí nessa matéria teve o trabalho sobre as lesbianidades e foi bem determinante porque eu pensei “ok, se eu fizer esse trabalho eu estarei me posicionando como uma”. Não que eu precisasse, mas meio que relaciona.*

O relato de Natalia é bastante significativo para pensar a relação entre temáticas nos cursos e subjetividades das/dos estudantes. Ela vê relação direta entre a presença da temática lesbianidade em aula com a possibilidade de se afirmar lésbica. Isto é, ela se “posicionou” como

lésbica pela primeira vez em um curso distante do seu, distante das/dos colegas com quem tem vínculos, mas onde a lesbianidade foi apresentada como temática visível. Nesse contexto, Natalia se sentiu autorizada a expressar a lesbianidade.

O contexto vivenciado pelas estudantes que estão na pós-graduação é, em certa medida, diferente das experiências das estudantes na graduação. Há, em geral, um maior poder de escolha: se escolhe a área de concentração, a linha de pesquisa, parece haver maior possibilidade de se aproximar de orientadoras e/ou colegas conforme as temáticas que as interessam. Sobre sua experiência na Pós-Graduação, Cássia diz:

Cássia: *É que o lugar de onde eu falo, ali na UFSC, ele é muito suspeito, né? Porque eu já entrei na linha de pesquisa de estudos de gênero e crítica feminista, então a gente está falando disso o tempo todo, e eu convivo o tempo todo... A minha orientadora era uma mulher lésbica [...] E eu, no mestrado, todas as disciplinas que eu fiz foram da minha linha de pesquisa, então eu estou num lugar de, até de muita ingenuidade e romantização. [...] Então a UFSC, eu sei que ela não é esse lugar confortável. Ela é confortável para mim, dentro de uma experiência muito específica.*

Cássia considera sua experiência na UFSC bastante positiva e reconhece que isso não é, necessariamente, representativo das experiências lésbicas na universidade. Ela compreende que estar inserida em uma linha de pesquisa dos estudos de gênero a coloca em uma posição confortável nesse âmbito, pois há um alinhamento teórico e de pontos de vista com colegas e docentes. Para além do currículo, Cássia menciona o fato das professoras que a orientaram no mestrado e no doutorado serem, também, lésbicas e como isso contribui para positivar essa experiência, configurando uma relação de acolhimento e de identificação mútua. Ela considera que esses aspectos a colocam em uma bolha em relação ao âmbito externo do Programa e da universidade:

Cássia: *Eu realmente entrei numa bolha ali e aí, agora é que eu estou entendendo o que eu via minhas professoras falando, que é uma linha de pesquisa que tem que brigar muito para permanecer ali, que quando ela entrou, os outros, as outras linhas de pesquisa resistiam muito, e nunca foi levado muito a sério. Dentro da [área em que está inserida] tem isso, assim “ah, estudos lésbicos são estudos menores”, tem essa hierarquização, é identitário... Uma desqualificação do que a gente está estudando ali, né? Já tem uma desqualificação das feministas no geral, mas aí, quando fala de um estudo lésbico, mais ainda, né?*

Apesar de a lesbianidade estar autorizada a protagonizar discussões no contexto específico em que está inserida, Cássia percebe que não é necessário ir muito longe para que esse cenário mude. De maneira geral, as lesbianidades não são autorizadas na universidade sem que haja conflitos. Ao dizer que a lesbianidade “tem que brigar muito para permanecer ali” ela

fala do Programa de Pós-Graduação em que está inserida, mas a mesma ideia se aplica à universidade de maneira geral.

Foi possível perceber, a partir dos relatos das parceiras da pesquisa, que as experiências em relação a lesbianidade nas salas de aula passam por silenciamentos, discriminações e invalidações. A sala de aula na universidade ainda configura um espaço normativo, o qual debates que ocorrem em outros espaços da universidade parecem não alcançar (Santos, Júlio, 2022). Essa dinâmica é especialmente acentuada nos cursos mais conservadores, onde as estudantes lésbicas enfrentam situações frequentemente naturalizadas por serem corriqueiras.

Falar da sala de aula como um espaço normativo não significa culpabilizar as professoras e professores ou mesmo a universidade por esse aspecto. Como apresenta Maria Helena Souza Patto (2022), autora referência na área da Psicologia Escolar, quando fala do fracasso escolar e que para compreendê-lo é necessário reconhecer os aspectos da realidade na qual se engendra. As relações em sala de aula não podem ser analisadas sem se considerar os contextos sócio-históricos nos quais estão inseridas. A reprodução da cisheteronormatividade nas salas de aula das universidades fala, portanto, mais da onipresença da cisheteronorma nas variadas relações e espaços do que de especificidades das sujeitas e sujeitos que compõem esse âmbito e as/os profissionais da educação estão tão atravessadas(os) pela norma quanto as/os estudantes.

O que foi possível constatar nesta pesquisa a partir das experiências das estudantes lésbicas é que as vivências positivas geralmente ocorrem fora do espaço físico da sala de aula, como a criação de vínculos e redes de apoio destacada no tópico 5.2. Quando perguntadas sobre as experiências em sala de aula em relação à lesbianidade, parecia que as estudantes não identificavam relevância das vivências nesse espaço para seus processos subjetivos. Essa impressão inicial, de que a sala de aula nada tinha a ver com a vivência lésbica, logo se modificou e foi possível perceber que não há um vazio, há um silenciamento e isso também fala das experiências dessas estudantes. O silêncio, o não dito, grita: a lesbianidade não tem espaço aqui.

6.3 “Essa pesquisa incomoda, as lésbicas incomodam”: encontros e desencontros na busca pela visibilidade lésbica

Entendendo que o espaço-tempo da sala de aula da universidade não propicia a livre expressão e visibilidade das lesbianidades, considerando tanto as relações interpessoais como os currículos dos cursos, questiono se há outros espaços para essas expressões, para além da

sala de aula. Nesta seção, analiso alguns (des)encontros percebidos na procura por espaços lésbicos na universidade.

Retomando a experiência de Cássia, que entende estar em uma bolha na linha de pesquisa de estudos feministas no mestrado e agora no doutorado, ela contou que quando participou de um evento aberto a outras áreas pode perceber que o lado de fora dessa bolha acadêmica não abarcava as lesbianidades da forma que estava habituada. Ela relatou um episódio que sucedeu a partir da fala de uma convidada no evento:

Cássia: *Gerou esse rumor de que um dos sujeitos que estava organizando esse evento, chamou ela de feminazi e aí ela estava assim, meio chocada. Ela falou que em bancas... Em outras situações, ela já foi chamada de lésbica raivosa e outras expressões assim, mas que feminazi tinha sido a primeira vez. E aí eu me dei conta assim... Para mim, não vou dizer que foi um choque, nem um baque, mas foi essa constatação de que antes eu estava muito dentro da minha bolha e eu via as pessoas comentarem “a gente incomoda, essa linha de pesquisa incomoda, as lésbicas incomodam”, mas eu não tinha visto, né? Não tinha presenciado. E aí, a partir desse evento [...] fui percebendo isso, né?*

O termo feminazi, importado do linguajar estadunidense onde é utilizado desde a década de 1990 (Horan, Geraldine, 2019), parte da junção das palavras feminista e nazista para insultar qualquer fala ou expressão que esteja minimamente conectada a um discurso feminista. É utilizado para classificar qualquer discurso feminino como radical e raivoso, sendo um termo bastante utilizado pela extrema-direita, por discursos ultraconservadores para desqualificar mesmo falas alinhadas à defesa dos direitos humanos, não estando necessariamente atreladas a um discurso feminista. Trata-se de uma expressão violenta que além de expressar repulsa aos debates feministas, menospreza um movimento genocida e extremista como o nazismo, comparando-o a expressões, em sua maioria, não violentas.

Críticas conservadoras a qualquer tema diverso na universidade não estão restritas ao episódio descrito por Cássia. Júlio Santos, em sua tese de doutorado, relembra quando, em 2019, a então deputada federal Dayane Pimentel mencionou em evento da Câmara dos Deputados o título de duas pesquisas²³ de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pernambuco:

Como exemplos de “coisas” que não deveriam ser produzidas nas universidades e que devem ser combatidas. A deputada questiona ainda: “é isso que vocês querem que os seus filhos leiam? Porque não é isso que eu quero que nem o meu filho, nem os meus alunos leiam”. O argumento era o

²³ *É tudo psicológico/dinheiro/pruuu e fica logo duro!: desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife* (Viana, Normando, 2010) e *A folia dos cus prolapsados: pornografia bizarra e prazeres sexuais entre mulheres* (Viana, Luciene, 2014).

de que essas produções são exemplos de que é possível fazer um “contingenciamento” das verbas. O que episódios como esse nos revelam é que os conflitos em torno da educação superior decorrem, também, de relações de poder sexualizadas, generificadas e racializadas (Santos, Júlio, 2022, p. 63).

Isto é, são diversos os mecanismos que agem na tentativa de manter as diversidades de gênero e sexualidade como temas proibidos nas universidades. Não há um esquecimento, mas um projeto incidental que determina que raça, gênero, sexualidade e outros temas não sejam discutidos amplamente nas universidades. Evidente que há espaços como o IEG, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, como a de Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades, na qual estou inserida e pesquisadoras em diferentes áreas dedicadas a debater e problematizar as temáticas de gênero e sexualidade que muito contribuem para a desestabilização dos discursos hegemônicos. Entretanto, como dito por Cássia, configuram bolhas. Algumas já foram estouradas, algumas estão mais perto de estourar, e outras ainda são bastante rígidas. Assim, é possível constatar que, embora haja grande esforço para problematizar questões de gênero e sexualidade na universidade, essas barreiras ainda existem na própria instituição.

Pensando a visibilidade lésbica na universidade, perguntei às estudantes se elas conheciam espaços para lésbicas como eventos, rodas de conversa ou coletivos. Winnie respondeu:

Winnie: *Olha, partindo da minha experiência, eu conheço poucos espaços. Eu acho que acontece mais eventos e esse local de escuta, de troca, quando é alguma data comemorativa relacionada a pessoas LGBT. Apesar de que quando é data comemorativa relacionada a mulheres lésbicas, enfim, pessoas lésbicas, geralmente é muito... Muito mais relacionada a post no Instagram do que de fato um evento para a gente discutir, pensar coletivamente sobre as nossas particularidades, sabe?*

Da mesma maneira que há, entre as estudantes, a percepção de que existam temáticas de diversidade em outros cursos para além do que estão inseridas, também há a percepção de que deve haver espaços ou coletivos formados por lésbicas, mas que elas ainda não conhecem:

Miriam: *Se tiver, eu não conheço, mas deve ter, né? Pô, em algum lugar aí deve ter, eu reconheço que eu fico meio tipo... Sei lá, excluída desses espaços, mas deve ter, impossível... [...] Na psicologia deve ter muito, né? Agora, no [nome do curso], só se eu fizesse um coletivo comigo mesma.*

Foi unânime a resposta das estudantes de não conhecerem um coletivo lésbico na UFSC. Entretanto, Bia e Natalia contaram de um grupo de estudos que participaram que tinha como

foco textos lésbicos, nomeado Filipa de Sousa²⁴. Ambas compartilharam da participação no grupo, que não está mais em atividade, e falaram, principalmente, sobre como ele chegou ao fim:

Bia: *Tinha um grupo ali na... Como é que chama essas coisas? PET²⁵, ali de letras, que era sobre escritoras, arte, poéticas lésbicas, que era Filipa de Sousa, o nome. [...] Eu finalmente encontrei um grupo de lésbicas, que é um grupo que a gente tem uma amizade, mas iniciou com a proposta de ser um grupo de estudos, mas daí teve... [...] Viram o panfleto na porta, e daí no panfleto estava assim “fancha, sapatão e lésbica, venha com a gente” e daí, começaram a escrever “Rad morre, Radfem²⁶ suja” e não sei o que... Pegaram esse panfleto e daí o CALL²⁷ fez uma assembleia-geral, para um julgamento de tipo, se essa pessoa é Rad ou não, assim. É Rad só porque tinha um grupo lesbocentrado? Daí, o que eles achavam que acontecia? Achavam que no grupo era o grupo de estudo sobre feminismo radical, mas não era. Tipo, não era. Era sobre mulheres lésbicas e era tipo Audre Lorde, era a Filipa de Sousa, era o Chanacomchana²⁸ [...] Daí depois disso, depois que as coordenadoras, que eram bolsistas do PET foram, chamadas para a assembleia para tipo “ah tem um grupo PET transfóbico aqui oh” daí acabou, é... Por pressão psicológica, mesmo. Tipo o gestor do PET não quis continuar. Mas, enfim, daí é isso, esse grupo que eu tinha, que era para ser de mulheres lésbicas, não militante, mas de estudo, acabou.*

Natalia: *Começaram a falar, nos cartazes do grupo lesbocentrado, tipo assim... Xingando muito o grupo, “ah porque o pessoal era transfóbico, não sei o quê” e eu fiquei muito puta assim. Eu não olhei, só soube disso porque mandaram no grupo. Só que eu fiquei extremamente chateada porque não era, sabe? Tipo, se soubessem o que a gente conversava lá, não ousariam dizer isso, mas acho que naquele momento, tipo, todo mundo meio que se sentiu meio atacado porque foi um negócio de, tipo assim, cara, é um grupo para lésbicas. Como assim a gente não pode ter um grupo para lésbicas? Tipo assim, por que estão chamando a gente de transfóbica só porque é um grupo só para mulheres? [...] Eu acho que tenha sido uma violência agora pensando, porque foi de graça, foi muito de graça, e aí até eu lembro que a líder, não líder, mas a que lia ali as coisas, né? Ela foi em busca assim e tipo, pouca ajuda, sabe? Queriam deixar o cartaz, porque daí era direito de expressão e daí estava lá o cartaz falando que era transfóbico, de um grupo que não tinha nada a ver, sabe, super de boas,*

²⁴ Escritora portuguesa condenada, ao fim do século 16 em Salvador, por manter relações sexuais com mulheres. É considerada um símbolo de resistência LGBTQIA+ (Mantovani, José; Vincentin, Nathalia, 2021).

²⁵ O Programa de Educação Tutorial (PET) é desenvolvido nas IES por grupos de estudantes de graduação com tutoria docente orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial (Brasil, 2024a).

²⁶ Termo utilizado para designar feministas radicais.

²⁷ Centro Acadêmico Livre de Letras da UFSC.

²⁸ Boletim lésbico elaborado pelo GALF e publicado entre 1982 e 1987 na cidade de São Paulo. É um marco no movimento lésbico brasileiro por visibilizar as experiências lésbicas (Lessa, Patrícia, 2008).

aí teve que ficar lá o cartaz até todo mundo incomodar para tipo, pô, isso aí não é legal, né? Vão passar e achar que não é um grupo legal, e daí depois tiraram. Mas ficou lá um tempo, pessoas viram.

Tomo este espaço para sinalizar alguns pontos. Eu não conheci o grupo mencionado, as pessoas envolvidas nele ou a forma como se organizava, tudo que sei sobre o grupo foi a partir do que foi relatado pelas parceiras desta pesquisa. Dessa forma, não irei aqui fazer qualquer tipo de suposição em relação à inclusão ou não de pessoas e pautas trans nesse grupo específico, concentrando minha análise aos objetivos desta pesquisa, principalmente, referente à presença ou ausência de espaços compostos por estudantes lésbicas na UFSC.

Entretanto, alguns apontamentos se fazem necessários. Os feminismos radicais sustentam o discurso da não inclusão de pessoas trans (Bagagli, Beatriz, 2019) e alguns grupos lésbicos, principalmente aqueles alinhados a esses feminismos, reiteram esses discursos, não considerando vivências trans como pertencentes à categoria lésbica. São disputas bastante atuais e bastante significativas, não cabendo tal complexidade em um breve parágrafo. Como não tenho, nesta dissertação, a intenção de aprofundar na análise desse tema, recomendo algumas leituras: sobre a desestabilização da(s) sujeita(s) do feminismo, ler *Política da diferença: feminismos e transexualidades* de Berenice Bento (2011). Sobre a relação dos feminismos radicais com os transfeminismos, ler *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*, dissertação de Beatriz Pagliarini Bagagli (2019). Sobre os movimentos lésbicos na atualidade, ler *Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica*, artigo de autoria de Zileide Silva e Rosangela Araujo (2021) que reconhecem as diversas discriminações sofridas pela população trans e dizem que o discurso de movimentos lésbicos que excluem pessoas trans “autoriza uma voz para desautorizar outras, legitima um corpo para deslegitimar outros” (Silva, Zileide; Araujo, Rosangela, 2021, p. 10).

Indo ao encontro desse pensamento, atento à necessidade do movimento lésbico integrar e abarcar as realidades de pessoas trans por dois principais motivos. O primeiro, é que pessoas trans também podem ser pessoas lésbicas. A não-binariedade lésbica, como já mencionada, e as experiências de mulheres trans lésbicas precisam estar presentes nas discussões e reivindicações por visibilidade lésbica. O segundo ponto é que o movimento lésbico, assim como os movimentos feministas e LGBTTTQIA+ já foram omissos, historicamente, as pautas de pessoas negras e, por muito tempo, só tiveram protagonismo nesses espaços, pessoas brancas e com privilégios de classe. Esse erro não pode continuar a se repetir com a não inclusão de pessoas trans. Da forma que a branquitude é convocada a se entender como causadora das

discriminações raciais, o mesmo deve ser feito em relação a cisgeneridade e as perspectivas transfeministas têm muito a contribuir na luta por visibilidade.

Reconhecida a recusa de uma parcela da comunidade lésbica em incluir pessoas trans, fato é que isso não ocorre de maneira generalizada. São muitas as lésbicas que compreendem as experiências trans como aliadas na luta contra as ferramentas cisheteronormativas. Bia e Natalia consideram que o fato de o grupo ser lesbocentrado nada tinha a ver com a exclusão trans. Retomando a discussão sobre as experiências das parceiras desta pesquisa, ambas demonstraram considerar que o grupo configurava um lugar de acolhimento e de identificação mútua da lesbianidade. Para Natalia, foi uma primeira aproximação teórica a essas temáticas e ela disse ter encontrado no grupo espaço para questionar e problematizar a presença da cisheteronormatividade em sua vida.

Apesar de relatar como positiva a participação no grupo e demonstrar o incômodo com seu fim, Bia também relatou um desconforto que sentia quando integrava o grupo. Ela contou que o grupo era formado majoritariamente por lésbicas brancas e perguntei a ela se as discussões feitas agregavam a raça às análises, ao que ela respondeu:

Bia: *Nessa relação, não. Não tinha nada de raça, nada de raça, tipo era sobre ser lésbica. Sobre lesbianidade, ser lésbica, né? Daí a raça, eu fui colocando, mas sempre foi um... Tipo assim. Parece que pesou, ficou pesado assim, sabe? Mas minha intenção nunca foi pesar, né? Nunca foi deixar pesado, mas ficou um clima tenso, né? Porque eu era a única negra falando [...] Toda vez que eu problematizava alguma coisa pra alguém, alguma coisa que alguém falava, as gurias brancas ficavam muito, tipo, desesperadas. Daí vinham falar comigo depois, tipo... A gente estava indo embora, daí vai do meu lado e começa a se explicar e se defender.*

A fala de Bia remete à dificuldade da branquitude em se enxergar como parte do problema, em questionar e refletir sobre como está implicada nos debates raciais. Mesmo em um contexto de problematização sobre o gênero e a sexualidade, havia uma barreira em questionar como a raça está imbricada a essas discussões e, principalmente, qual o papel da lésbica branca na perpetuação das discriminações raciais. Afirmar um posicionamento antirracista se equipara ao silêncio se não houver uma responsabilização do nosso papel nas relações raciais:

Para além de proferir um discurso antirracista (muitas vezes restrito às palavras proferidas), é necessária uma transformação completa das nossas formas de pensar e agir. É necessário questionar-se cotidianamente, constantemente, sobre como estamos nos beneficiando do privilégio branco e, conseqüentemente, contribuindo para a subalternização de outras pessoas. É necessário repensar como construímos as nossas relações e quem priorizamos (ou deixamos de priorizar) ao fazê-lo. Ao mesmo tempo, assumir que a branquitude é um lugar que ocupamos no mundo e, como tal, nos tornamos

responsáveis pelos impactos dela. Trata-se menos de (tentar) usar nossos privilégios a favor de outras pessoas oprimidas (enquanto houver privilégios, haverá desigualdades), e mais de responsabilizar-se coletivamente pelo racismo (Kumpera, Julia, 2019, p. 142).

Para algumas das parceiras da pesquisa, a identificação somente pela lesbianidade não é suficiente para sustentar uma relação de identificação mútua e de pertencimento. Quando questionada se já teve conhecimento de algum grupo ou espaço para lésbicas na UFSC, Elisete disse:

Elisete: *Eu tive conhecimento de espaços, tanto de grupos de estudos, de acolhimento... Mas não tive interesse em participar, por perceber que era um espaço formado, sobretudo, por lésbicas brancas assim, sabe? Então é... Pra mim, naquele momento, não bastava só a identificação com relação à sexualidade, mas a raça também era e é importante para mim em termos de identificação, assim. Então isso, de certa forma, me distanciou dos espaços lésbicos na universidade. [...] Era algo que me incomodava também no IEG, né? Como eu falei, foi bem importante assim, pra eu ter esses primeiros contatos, até porque não conhecia muitas pessoas ainda na universidade, mas sempre tinha esse incômodo assim, né? De me enxergar, de me identificar, mas não totalmente, né? Eu sentia que faltava algo assim. Sentia que faltava um espaço para falar sobre algumas questões, algumas dores que não eram só do âmbito da sexualidade, da orientação sexual. Então eu fui encontrar esse espaço, esse lugar, fora da UFSC.*

Ela conta que encontrou espaços de pertencimento fora da universidade, principalmente em batalhas de rap que ocorrem no centro de Florianópolis. Nesses espaços, não acadêmicos, Elisete encontrou a identificação que buscava, principalmente no contato com mulheres negras, lésbicas ou não. Audre Lorde aponta que é principalmente por “vínculos de união e apoio mútuos” (2019, p. 62) que as mulheres negras se retiram do local de solidão que é a elas destinado.

Considero importante, a todo momento, pensar e problematizar as implicações desta pesquisa. A implicação do meu lugar enquanto pesquisadora branca, lésbica, universitária estudando sobre as experiências lésbicas universitárias. Compartilho, a seguir, partes do processo desta pesquisa, que falam muito sobre as implicações da pesquisadora no campo. Inicialmente, pensei em trazer este relato na seção que detalha os percursos metodológicos da pesquisa, mas após um processo reflexivo, cheguei à conclusão de que esse era um fator a ser analisado na própria pesquisa, não sendo “apenas” uma parte da construção metodológica, mas um dado significativo sobre as experiências das estudantes lésbicas na universidade, os atravessamentos da branquitude, e da minha implicação como pesquisadora no campo.

Iniciei o processo de busca por parcerias para a pesquisa em abril de 2023, rapidamente surgiram quatro possíveis participantes, enviei mensagem para elas, e todas toparam participar. Em uma semana, realizei quatro entrevistas. Estava empolgada, pois imaginava que a procura pelas estudantes seria um processo complicado e poderia haver certa demora em encontrar pessoas que estivessem dispostas a participar.

As quatro estudantes que entrevistei eram todas brancas. Aponto a importância de agregar diferentes perspectivas e experiências desde a formulação do pré-projeto desta pesquisa, anterior à inserção no mestrado. É algo que sempre falei durante as orientações e algo que era, realmente, primordial para mim. Em maio, contatei duas estudantes brancas e duas estudantes negras. Todas aceitaram participar da pesquisa e marcamos horário para a entrevista. Realizei a entrevista com as duas estudantes brancas e uma das meninas negras desmarcou minutos antes do combinado. A outra estudante não respondeu mais minhas mensagens. Durante todo esse tempo, continuava acionando a rede, contatando pessoas que pudessem indicar parcerias para a pesquisa. A história se repetiu e mais alguns encontros foram marcados e desmarcados.

Em julho, três meses após o início da busca, havia entrevistado seis estudantes brancas. Questionei, então, por que as estudantes negras não estavam se sentindo confortáveis em participar da pesquisa? Parecia haver um interesse inicial, todas elas pareciam empolgadas quando expliquei sobre a temática da pesquisa, mas um tempo depois esse interesse parecia diminuir. O que significa para uma mulher negra, para uma lésbica negra, participar de uma pesquisa conduzida por uma pesquisadora branca? Que aspectos estão em jogo aí?

Questionava o que poderia estar errado na minha abordagem, se os convites estavam sendo rudes de alguma forma, ou de que outra maneira eu poderia estar falhando no contato com as estudantes. Um tempo depois, surgiram indicações de três estudantes negras, as quais toparam participar e nossos encontros aconteceram. São elas Bia, Elisete e Winnie, parceiras desta pesquisa. No contato com elas, foram elucidadas algumas das questões que me inquietavam.

A partir dos relatos das estudantes, é possível perceber que a identificação em relação a lesbianidade não é suficiente em muitos momentos. Em experiências anteriores, em contato com grupos formados por lésbicas brancas, sua raça era apagada e mesmo em ambientes que deveriam estar discutindo as variadas ferramentas que oprimem e discriminam vidas, como um grupo de estudos lesbocentrado, não se sentiram contempladas pelas discussões feitas ali. Elisete também compartilhou que apesar de considerar positiva sua inserção como bolsista do IEG e que o contato com pessoas LGBTQIA+ nesse espaço foi importante para formar uma rede na universidade, a prevalência de pesquisadoras brancas era, para ela, um incômodo. Esse

relato remete ao não-lugar social, como mencionado por Ana Luisa Cordeiro e Daniela Auad, “que opera no ambiente universitário, o qual, muitas vezes em função de posturas discriminatórias, é evocado para lembrar as estudantes em questão que ali não é um espaço social para elas e que às mulheres negras não caberia uma função de intelectuais” (2021, p. 2).

O encontro com as parceiras desta pesquisa evidenciou ainda mais, para mim, a necessidade de se pensar como operam as matrizes de privilégio e opressão nas experiências lésbicas. Que as experiências de lésbicas negras, trans, não-binárias, dentre outros marcadores, devem ter protagonismo na luta por visibilidade e, acima de tudo, possibilidade de vida, mas que os marcadores de privilégio como a branquitude, a cisgeneridade e os privilégios de classe e capacidade, por exemplo, também devem ser analisados, postos em cheque, e não tidos como dados, reiterando e reforçando a normatização das experiências lésbicas.

Nomeei este tópico de encontros e desencontros na busca pela visibilidade lésbica, pois o contato com as estudantes elucidou aspectos relativos à presença ou ausência de espaços formados por lésbicas na universidade que eu não havia reconhecido anteriormente, em minhas experiências acadêmicas e ativistas. Os impasses para a manutenção de espaços lésbicos na universidade podem ser compreendidos por aspectos externos e internos à comunidade lésbica. As influências externas são mais facilmente percebidas, pois são explicitadas pelas ferramentas cisheteronormativas que permeiam todos os âmbitos e discursos sociais, relegando determinadas existências a uma posição outra, invisível. As influências internas, entretanto, passam mais despercebidas, mas são identificadas quando grupos lésbicos falham (propositalmente ou não) em integrar diferentes existências aos espaços de acolhimento, de debates e de lutas. Isso não significa culpabilizar as lésbicas pela ausência de espaços lésbicos, mas suscita a reflexão sobre quais espaços são construídos e que lésbicas são efetivamente acolhidas.

Outro ponto percebido foi que, apesar da atual inexistência de espaços estruturadamente lésbicos na UFSC, as parceiras desta pesquisa demonstraram haver, na experiência lésbica, uma busca por identificação coletiva. Quando essa identificação não ocorre em espaços nomeadamente lésbicos, seja pela ausência desses ou por empecilhos impostos ao pertencimento, elas encontram espaços de coletividade e acolhimento em outros espaços. As estudantes parceiras desta pesquisa integram coletivos feministas na UFSC, coletivos de estudos da negritude, coletivos dos cursos em que estudam, além de terem citado outros espaços de ativismo e luta política que compõem. Muitas delas consideram essencial em suas trajetórias essa inserção em movimentos sociais variados.

Isto é, as parceiras desta pesquisa buscam por espaços de representatividade e coletividade, mesmo em espaços outros que não aqueles com o protagonismo lésbico. Desta forma, é possível entender que a visibilidade lésbica não se dá exclusivamente em espaços pensados com esse propósito, mas que ao integrarem espaços de luta política onde podem expressar a lesbianidade e onde raça, identidade de gênero e outros marcadores não são somente aceitos, mas valorizados, as estudantes lésbicas estão, também, reivindicando a visibilidade lésbica.

7 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Que complexos são os caminhos do pesquisar! Ainda mais quando se está tão implicada naquilo que se pesquisa, como estou. Durante esta pesquisa, passei por diferentes momentos, bons e ruins, altos e baixos. Mesmo em condições mais-do-que favoráveis, sendo bolsista, contando com o apoio das pessoas que amo e sob orientação de uma professora humana e gentil, encontrei, ao longo deste percurso, dificuldades que parecem inerentes ao fazer pesquisa no Brasil. As bolsas, mesmo com o reajuste do governo Lula, ainda são insuficientes para a carga de trabalho que demanda uma pesquisa e a dedicação exclusiva exigida pelas agências de fomento. Pesquisar na área dos estudos de gênero e das sexualidades ainda é difícil. Pesquisar lesbianidades em um contexto de fortalecimento do conservadorismo que faz chacota do que chama de identitarismo e em meio à exclusão de diferentes corpos praticada tanto fora quanto dentro da comunidade lésbica, é **muito** difícil.

Reconhecendo e tendo vivido cada um desses momentos, posso dizer que fazer esta pesquisa foi transformador para mim. Há alguns anos, a lesbianidade é tema central em minha vida, manifestada por quem sou, pelos afetos que me cercam e pelo tema que tenho me dedicado a estudar e consigo perceber claramente o continuum lésbico, como posto por Adrienne Rich (2010), em minhas vivências e trajetórias. Como interesse de estudo, foram incontáveis horas lendo, relendo, questionando e refletindo sobre teorias e pesquisas lésbicas. Entretanto, sentia que faltava um elemento e que apesar da convivência com outras lésbicas no âmbito pessoal e afetivo, no campo dos estudos ainda não havia essa aproximação.

Adentrei o mestrado sabendo que são corriqueiras trocas de tema, de foco e questão de pesquisa, de escolhas metodológicas, mas com uma certeza: queria estar em contato com as lésbicas. As mudanças que previa foram pontuais e a construção teórico-metodológica desta dissertação é bastante próxima do projeto que enviei ainda no processo seletivo para o mestrado. As transformações que falo ocorreram em outro aspecto, nesse elemento frequentemente negligenciado em detrimento de uma suposta neutralidade e imparcialidade científica: as pessoas por trás da pesquisa.

Ao elaborar esta pesquisa e dissertação, revisei experiências, ressignifiquei memórias, problematizei meus pontos de vistas e redefini (in)certezas. Acima de tudo, se mostrou verdadeira a suposição que trago logo na apresentação deste texto: as experiências lésbicas são amplamente diversas. A parceria com Adriana, Angela, Bia, Cássia, Elisete, Marina, Miriam, Natalia, Rosely e Winnie possibilitou todo esse movimento e outros tantos, apresentados a seguir.

As discussões apresentadas no primeiro capítulo de análise das entrevistas permitem identificar que as subjetividades lésbicas são produzidas de maneiras dinâmicas e plurais. A lesbianidade pode ser compreendida como um modo de se relacionar, como uma experiência compartilhada entre mulheres, como uma desestabilização da própria categoria mulher, como um modo de ser, como um lugar político, como força, ou todos esses aspectos junto a outros não nomeados. Acima de tudo, as definições elaboradas pelas estudantes corroboram o entendimento de que não há uma definição fechada para a lesbianidade. São experiências múltiplas às quais são atribuídos diferentes significados dependendo de quem o faz.

A ida para a universidade, nas experiências das estudantes lésbicas, provoca deslocamentos. Geográficos, quando há mudança de cidade e estado, mas sobretudo subjetivos, por permitir um afastamento dos núcleos de convívio anteriores, adentrando um espaço que permite maior liberdade de reconhecer, explorar e expressar a lesbianidade. Em um interessante achado desta pesquisa, identificou-se que a ida para a universidade também pode significar uma estratégia de busca pela aceitação da lesbianidade. Em alguns casos, o ingresso no Ensino Superior, principalmente em cursos de certo prestígio social, aparece como forma de compensar a vivência lésbica, por ela ser tida como desvio pela imposição de muitos discursos familiares e sociais.

Foi possível observar que a universidade, ao apresentar para as estudantes lésbicas a possibilidade de conhecerem diferentes pessoas das que o núcleo familiar ou as cidades em que moravam possibilitava conhecer, não apenas preenche lacunas de referências lésbicas, mas também estabelece novos paradigmas para a vivência e expressão da lesbianidade. Isso tem influência direta nos processos de produção das lesbianidades, corroborando o pensamento de que a identificação entre e vínculos com outras lésbicas pode ser elemento fundamental nas experiências lésbicas.

No segundo capítulo, refleti sobre como circulam pela universidade as estudantes lésbicas. Marcadores como raça e identidade de gênero emergiram como centrais na análise de como são vivenciados os ambientes da universidade. Foi observado que privilégios da branquitude e cisgeneridade protegem determinadas pessoas, enquanto outras enfrentam desafios, marcados pelo medo e o não-pertencimento, ao transitar pelos espaços da universidade.

Percebeu-se que a sala de aula opera sob perspectiva da cisheteronormatividade, e que, principalmente em cursos onde predomina a presença masculina, o armário da universidade (Nardi, Henrique; Machado, Paula; Machado, Frederico; Zenevich, Leticia, 2013) permanece fechado para as estudantes lésbicas. Também, os estudos de gênero e sexualidades são

invisibilizados nos currículos universitários. Cursos da área das ciências exatas não são os únicos a ignorar esses temas e cursos das áreas das ciências sociais e humanas limitam a discussão das diferenças a aulas esporádicas ou a uma única disciplina em currículos extensos. Observou-se que, quando temas como gênero, raça e sexualidade são abordados, as experiências das estudantes lésbicas tendem a ser mais positivas em comparação com ambientes onde tais questões são ignoradas. A temática das lesbianidades é notavelmente invisibilizada. Das dez estudantes participantes da pesquisa, apenas uma mencionou ter tido uma aula dedicada às lesbianidades durante o curso, enquanto para as demais, o tema foi ausente nos currículos. Na universidade, a lesbianidade só aparece como tema em espaços não institucionais, mas não sem impasses.

A existência lésbica demanda experiências coletivas, possivelmente como um meio de amenizar os silenciamentos e tornar visíveis as vivências marginalizadas. Mais do que lutar pela criação de espaços de protagonismo lésbico, é imprescindível questionar quais lesbianidades são visibilizadas nesses espaços. Não há desculpas para a manutenção de espaços que visibilizem apenas experiências cis, brancas, com privilégios de classe, dentre outros. Nós lésbicas não podemos insistir em erros já reconhecidos e contribuir para a vulnerabilização de vidas e corpos. As experiências lésbicas são diversas e os espaços criados devem refletir essa pluralidade.

Essa reflexão é necessária também ao pensar as limitações desta pesquisa. Evidente que ela não é representativa de todas as experiências lésbicas, nem o tem em vista ser. As lesbianidades não podem ser analisadas por uma ótica simplista, sendo necessário atentar para as singularidades dessas experiências. Não existe experiência lésbica que não esteja diretamente interligada à experiência racial, de classe, de identidade de gênero, dentre outros marcadores, o que faz necessário atentar para de que maneiras diferentes lésbicas experienciam o contexto da universidade. Deficiência, nacionalidade e etnia são alguns dos marcadores que não surgiram nesta pesquisa e que precisam ser pensados tanto em relação às experiências lésbicas como em presença na universidade. É importante lembrar que pensar em interseccionalidade não significa pensar apenas em categorias de opressão, os marcadores de privilégio devem ser nomeados e postos sob reflexão. Este estudo ter sido composto em maioria por estudantes cis, brancas e sem deficiência, já fala, ou melhor, grita, sobre quais são as pessoas que estão mais presentes na universidade. Isso não quer dizer que outras pessoas não estejam ali, elas estão, e é por isso que é preciso questionar e problematizar o porquê de elas não aparecerem. Seguirei pesquisando lesbianidades e o contexto da universidade e espero poder futuramente contribuir mais a essas

temáticas e, principalmente, dialogar com outras autoras que estejam também pensando essas questões. A luta por visibilidade se faz na coletividade, como dito por Winnie:

Winnie: *A gente vai mudar isso, nem que seja na força do ódio, sabe? Já nessa perspectiva, assim. Não é nem mais na base do amor e de “ninguém solta a mão de ninguém”. Eu quero que todo mundo solte a minha mão para todo mundo lutar junto.*

É preciso que pesquisas como esta não sejam um fim em si mesmas, mas que se criem e conectem diálogos para refletir sobre como a universidade contribui na manutenção de normas e estruturas sociais. Estudantes universitárias passam quatro, cinco, até dez ou mais anos nesse contexto. Como são essas vivências? Quem pode livremente circular pela universidade? Quem pode livremente existir na universidade? Quem se sente contemplada por aquilo que ouve e vê em salas de aula? Que corpos podem ou não estar ali, e de que maneiras? Essas são questões que precisam estar sempre sendo feitas. As políticas de ação afirmativa de ingresso são imprescindíveis, mas não basta ingressar, é preciso que todas as pessoas ocupem livremente os espaços físicos e discursivos da universidade.

Como finalizar um processo que moveu tantas análises e emoções? A resposta é simples: não se finaliza. Não há fim para esta pesquisa, não há conclusões definitivas. Não encerro esta pesquisa, pois não seria possível estancar todo fluxo que ela produziu e que espero que siga produzindo conforme outras pessoas entrem em contato com as palavras aqui expostas. Por essa razão não nomeei esta seção de considerações finais, como é habitual. Não finalizo, não encerro, não acabo. Dou uma pausa, escrevo uma vírgula, entendendo que as reflexões apresentadas não se encerram aqui.

Nos agradecimentos desta dissertação, dediquei um parágrafo às parceiras desta pesquisa. Após tantas páginas e tantos outros parágrafos, tenho certeza que as discussões realizadas não resumem essas estudantes, nem resumem a totalidade de suas experiências na universidade. Acredito, entretanto, que apontam alguns dos caminhos que levam ao entendimento das lesbianidades como subjetividades abrangentes e plurais que necessitam ser visibilizadas na universidade e nos variados contextos pelos quais circulam. Ainda, defendo que as existências lésbicas devem ter espaços de protagonismo dentro e fora da academia, pois, a exemplo das experiências das parceiras da pesquisa, configuram narrativas e histórias de vidas em movimento constante de resistência contra estruturas normatizadoras. Espero, repito, ter feito jus a essas experiências.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *O Estado de S. Paulo*, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ois2Wj>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. Routledge, 2013.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*, UFF, vol. 09, n. 01, p. 225-249, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3joW3W4>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, n. 3, p. 704-719, set-dez 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/3YB5seV>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; LIMA COSTA, Claudia de; LIMA, Ana Cecília (Orgs). *Traduções da Cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL, 2017. p. 408-425.
- AUAD, Daniela. Caminhos entrelaçados: feminismos e lesbianidades na pesquisa em educação. *Estudos Feministas*, vol. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <<http://bit.ly/3YCepog>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2019.
- BARCHIN, Vinícius; CARVALHO, Bruna de; MARQUES, Sheila de Moraes Santos; FRANCO, Carolina Ribeiro Pellegatti; GARZIN, Ana Claudia Alcântara. Percepção de alunos de graduação da área da saúde acerca da abordagem sobre a saúde de LGBTI+. *Mundo da Saúde*, vol. 45, p. 175-186, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3Sf4EdD>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BEAUD, Stéphane; WEBER Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.
- BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (org.) *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, p. 79-110, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 25-58.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Rev. Em Tese*, vol. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3IFeJvm>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BORGES, Caroline. UFSC pedirá informações à polícia sobre alunos presos em ação contra neonazismo para adotar medidas. *GI*, 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3HmJcOM>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BORGES, Caroline; IGOR, Renato. UFSC entrega à polícia carta nazista que prega ódio contra gays, feministas, negros e amarelos. *GI*, 03 nov. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/48C5MyV>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana.; DINIZ, Débora. (Orgs.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres, 2009, p. 15-45.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3kVtfDI>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Apresentação - PET*. Brasília, Ministério da Educação, 2024a. Disponível em: <<https://bit.ly/3HFw6w8>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Bolsa Permanência - Apresentação. Brasília, Ministério da Educação, 2024b. Disponível em: <<https://bit.ly/3u9Ee57>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde*. Brasília, Ministério da Saúde, 2024c. Disponível em: <<https://bit.ly/3vN5NSi>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BUSIN, Valéria Melki. *Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDAS, Joana; CORIOLANO, Daniella. Pichação com ameaça de morte a aluno judeu e suástica é encontrada em banheiro da UFSC. *GI*, 1 nov. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/48AdB8p>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CALDAS, Joana; DUARTE, Catarina; TODESCATT, Juan. Pichação com ofensa racista contra aluna quilombola é feita em banheiro da UFSC em Florianópolis. *GI*, 30 set. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3S8Vr6O>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAMPOS, Izabela Pinheiro. *Produção de subjetividades sapatonas: resistências à heteronormatividade*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2022.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não-binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos pagu*, n. 52, p. 33-67, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/48Kr0uD>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/424YwJE>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Rev. Portuguesa de Educação*, vol. 16, n. 2, Portugal, p. 221-236, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/3PIInYH>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COELHO, Mônica Saldanha. *Processos de identificação lesbiana no espaço universitário: relatos de pertencimento, acolhimento, reelaboração, disputas e politização*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2021.

COHEN, Cathy. Punks, sapatonas e welfare queens o potencial radical da política queer? *Redoc*, vol. 3, n. 3, p. 21-58, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3IzwDzl>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Elefante, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. *Resolução normativa nº 145/2020/CUN, de 27 de outubro de 2020*. Dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros(as) (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência e outras categorias de vulnerabilidade social nos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu da Universidade Federal de Santa Catarina. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3SbTy99>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. A interseccionalidade nas políticas de ação afirmativa como medida de democratização da educação superior. *EccoS*, n. 45, p. 191-207, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/31AWOhL>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. *Estudos Feministas*, vol. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <<http://bit.ly/3xsQpYE>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3A91Bda>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 51-66.

CUNHA, Ulisses Franklin Carvalho da; MIRANDA, Cynthia Mara; RAMBO, Magale Karine Diel. Mulheres nas ciências exatas e tecnologias: um olhar para a Universidade Federal do Tocantins - UFT na perspectiva de gênero. *Revista Humanidades e Inovação*, vol. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ua2pL4>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Colombia: Enero, 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERNANDES FILHO, Aurivar. “*Nas filigranas do cotidiano*”: *redes pessoais significativas de jovens universitários da Universidade Federal de Santa Catarina e a promoção de saúde mental em casos de homofobia*. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Mental) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde Mental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2022.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. Heteronormatividade e resistência na construção da subjetividade de mulheres lésbicas: um olhar desde o feminismo decolonial. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (*Anais Eletrônicos*), Florianópolis, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/47R4MFS>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GENTIL, Heloísa Ferreira; SILVA, Ana Cristina Teodoro da. Os escritos nos banheiros da Universidade Estadual de Maringá, a partir das discussões de gênero. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Cascavel, (*Anais Eletrônicos*), 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3HE2mA0>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GLEESON, Jules. Judith Butler ‘we need to rethink the category of woman’. *The Guardian*, 7 set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3OhqlZq>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GÓIS, João Bôsko Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Estudos Feministas*, vol. 11, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/3xtdBpO>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, vol. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/47KnteB>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/3XC3J7F>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HORAN, Geraldine. Feminazi, breastfeeding nazi, grammar nazi. A critical analysis of nazi insults in contemporary media discourses. *MediAzioni*, vol. 24, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/48CJNb4>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Rev. Brasileira de Ciência Política*, n. 16, janeiro-abril de 2015, p. 193-210. Disponível em: <<http://bit.ly/3gtBdpg>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HORD, Levi. Specificity without identity: articulating post-gender sexuality through the “non-binary lesbian”. *Sexualities*, vol. 0, p. 1-23, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/499XqOQ>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IBGE. *Censo Demográfico do Brasil de 2022*. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/48SOvkO>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

INEP. *Censo da Educação Superior*. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3tNNmfE>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano 06, n. 05, p. 08-31, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3xYHrAL>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

JOAQUIM, Michelle. Visibilidade. In: AZEVEDO, Adriana; MIRANDA, Aline; SOUZA, Rêzi de. *Visíveis: I Anuário*. Filipa Edições, 2020.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. *Práxis Educativa*, vol. 15, p. 1-9, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3tZUZQe>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. Lesbianidade e branquitude. *Rebeh*, vol. 2, n. 4, p. 136-145. Disponível em: <<https://bit.ly/498j1ak>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LESBOCENSO. I LesboCenso Nacional: mapeamento de vivências lésbicas no Brasil. *Relatório Descritivo 1ª Etapa*. Liga Brasileira de Lésbicas; Coturno de Vênus, 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3Oa2QkT>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LESSA, Patrícia. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. *Em tempos de histórias*, UNB, n. 7, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2Tw3vUJ>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do boletim Chanacomchana. *Gênero*, vol 8, n. 2, p. 301-333, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3Sxfs8k>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIMA, Helder Cassiel Ramos de Brito; BARBOSA, Julianderson de Araujo Barros; OLIVEIRA, Pablo Ricardo Passos; SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. A Educação Superior nos governos de Lula e de Bolsonaro: uma análise a partir dos programas de governo. *Revista de Psicologia*, vol. 17, n. 67, p. 29-48. Disponível em: <<https://bit.ly/48aK1W9>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIMA, Helen Taner de. Não-binariedade: uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. *Revista Seara Filosófica*, n. 21, p. 170-184, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3UgVZdu>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, vol. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3JESdTV>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas? In: POCAHY, Fernando (Org.). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: Nuances, p. 145-152, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-192, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3YD1kee>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez., 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/3EwGV16>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MANTOVANI, José Pascoal; VINCENTIN, Nathalia Magalhães. Costura de prazeres e requebros: a insurgência e atualidade de Filipa de Sousa. *Mandrágora*, vol. 27, n. 1, p. 73-94, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/48NDeCG>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARTINS, Luisa Bitencourt. *Em busca das lésbicas na produção acadêmica: gênero, feminismos e Ensino Superior*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2021.

MARTINS, Luisa Bitencourt; AUAD, Daniela. Lésbicas e ensino superior: entre o silêncio e a fala. *Revista Educação e Linguagens*, v. 9, n. 17, p. 26-51, 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/40Vv1Jj>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MAYER, Sofia; DUARTE, Catarina. Frases contra mulheres e judeus são pichadas na UFSC dias após prisão de alunos suspeitos de neonazismo. *GI*, 26 out. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3O4aBsF>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3Sf4hj7>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 9-29, 1994.

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine Machado; MACHADO, Frederico Viana; ZENEVICH, Letícia. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a especularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria e sociedade*, vol. 12, n. 2, p. 179-200, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3S22v4D>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 2, p. 121-161, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/48UqWbE>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 109-120, 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/3y2OckZ>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, Laryssa Virgínia Carvalho. *“Procure o seu lugar”: interseccionalidades da preta não heterossexual na universidade pública*. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas) - Universidade de Pernambuco, Garanhuns, Pernambuco, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Rev. Em Aberto*, ano 14, n. 61, p. 53-59, 1994. Disponível em: <<https://bit.ly/3PmXMYL>>. Acesso em: 05 jul 2022.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

PEDROSO, Amanda. *A lesbofobia no ensino superior: expressões e possibilidades de enfrentamento*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, 2020.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à AIDS. *Saúde Soc.*, vol. 20, n. 1, p. 76-85, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3tDtFCN>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MARTINS, Daniel Arruda; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. *Bagoas*, n. 4, p. 209-232, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3SCX7GU>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, n. 05, p. 17- 44, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/3VlgXF6>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ROSEIRO, Maria Carolina Fonseca Barbosa. *Dissidências em curso: transicionando gêneros nos currículos e nas práticas discursivas em psicologia*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2017.

ROJAS, Zicri Orellana. MANSILLA, María Barrera. Lesbofobia, un análisis sobre experiencias de lesbianas artistas y activistas. *Femeris*, vol. 6, n. 1, p. 82-101, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3AupHiA>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos Pet de Filosofia*, UFPR, vol. 18, n. 2, ago. p. 59-103, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3l84HY1>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, Rayna R. (ed.). *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SANTOS, Júlio César de Oliveira. "*A universidade é pra caber quem?*": democratização, cidadanização e subjetivação nas trajetórias de estudantes LGBTI+ na Educação Superior. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Periódicus*, vol. 01, n. 07, p. 102-116, maio-out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2SLkIcl>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 1-23. Disponível em: <<https://bit.ly/3A3q9Gi>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SEDGWICK, Eve. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, vol. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3u249eL>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, José Edson. A sexualidade masculina sob a ótica das escritas latrinárias. VI Seminário Internacional Enlaçando Subjetividades, (*Anais Eletrônicos*), 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3SBxXs9>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Kessila Maria da; LONGHINI, Geni Daniela Nuñez; FERNANDES, Felipe Bruno. Arquitetura material-simbólica dos banheiros: funcionalidade a quem? *Revista Pensata*, vol. 4, n. 1, p. 48-68, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3U743NJ>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Zuleide Paiva; ARAUJO, Rosangela Janja Costa. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. *Estudos Feministas*, vol. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <<http://bit.ly/3S2p2ye>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SIMÕES, Júlio. Marcadores de diferença na "comunidade LGBT": raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo. In: COLLING, Leandro (org.) *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, p. 157-173, 2011.

TOLEDO, Livia Gonsalves. *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

TOLEDO, Livia Gonsalves. "*Será que eu tô gostando de mulher?*": tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

VIANA, Luciene Galvão. *A folia dos cus prolapsados: pornografia bizarra e prazeres sexuais entre mulheres*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

VIANA, Normando José Queiroz. *“É tudo psicológico/dinheiro/pruu e fica logo duro!": desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2010.

VIEIRA, Marcelo. *“Quero poder existir”": contornos da violência simbólica contra orientações sexuais não binárias entre universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, vol. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2VGqTA4>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFSC. Reduções no orçamento impõem desafios para o funcionamento da UFSC em 2022. *Notícias da UFSC*, 28 jan. 2022a. Disponível em: <<https://bit.ly/3HxcJW3>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFSC. UFSC lança campanha antirracista e antinazista e orienta comunidade a denunciar violências. *Notícias da UFSC*, 18 nov. 2022b. Disponível em: <<https://bit.ly/3SljSPw>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFSC. UFSC aprova Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional. *Notícias da UFSC*, 30 nov. 2022c. Disponível em: <<https://bit.ly/3SlxzOn>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFSC. *Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero*. Florianópolis, 2024a. Disponível em: <<https://bit.ly/3tULOak>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFSC. Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis. *Editais - Auxílio-moradia*. Florianópolis, 2024b. Disponível em: <<https://bit.ly/3HIJRtW>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFSC. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas. *Sobre a Proafe*. Florianópolis, 2024c. Disponível em: <<https://bit.ly/3Hms3ER>>. Acesso em: 10 jan. 2024

WENDAL, Carmo. Polícia Civil investiga caso de apologia ao nazismo na UFSC. *Carta Capital*, 13 nov. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3U4Ki9G>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

WITTIG, Monique. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

ZANELLA, Andréa Vieira; SAIS, Almir Pedro. Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. *Análise Psicológica*, vol. 4, n. 26, p. 679-687, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3hoEpjx>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista semiestruturada

HISTÓRIA DE VIDA

Como foi o percurso até se entender lésbica?

Como é a relação da sua família com a lesbianidade?

Na sua infância e/ou juventude, você tinha referências lésbicas? Se sim, quais?

PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E LESBIANIDADE

Na sua opinião, o que é ser lésbica?

Você acha que existem padrões de comportamento impostos às mulheres? Quais? E que efeitos eles produzem nas vidas lésbicas?

Você acha que as lésbicas sofrem algum tipo de preconceito ou de violência, por serem lésbicas? Se sim, quais você percebe?

VIVÊNCIAS NA UNIVERSIDADE

Como foi a escolha pela UFSC e pelo curso?

No seu curso, você percebe a presença de questões relacionadas a sexualidade, gênero e diversidades? [em salas de aula ou eventos do curso, por exemplo]

E na universidade? Você acha que há um acolhimento a essas pautas?

Você tem contato com outras lésbicas no seu curso/departamento ou na universidade?

Como você percebe o acolhimento e o direito à participação de lésbicas em espaços como banheiros, áreas de socialização, restaurante universitário, biblioteca, dentre outros?

Como você percebe suas vivências em salas de aula, em convivência com professoras/es e colegas, em relação a sua sexualidade?

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Você conta com uma rede de sociabilidade na universidade?

Você acha que existem espaços de socialização para lésbicas na UFSC? [espaços como eventos, rodas de conversa, coletivos, festas, etc]

Conhece algum coletivo ou movimento social formado por lésbicas da UFSC?

Participa de algum coletivo ou movimento social? Qual? Como ele se organiza?

Você utiliza alguma estratégia de resistência, individual ou coletiva, a preconceitos? Qual?

Gostaria de falar sobre algo que eu não perguntei ou acrescentar algum comentário?

Você indica alguém para participar da pesquisa?

APÊNDICE B
Questionário Sociodemográfico

Este questionário tem como objetivo traçar o perfil sociodemográfico das participantes, considerando o caráter interseccional da pesquisa. Você pode preenchê-lo total ou parcialmente, conforme o que considerar pertinente.

Pesquisa de mestrado: “Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou”: um estudo das experiências de estudantes universitárias lésbicas

Pesquisadora: Carolina Albornoz Costa

Orientadora: Raquel de Barros Pinto Miguel

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina

1 - Nome:

2 - Data de nascimento:

3 - Identidade de gênero:

4 - Cor/raça:

5 - Você é pessoa com deficiência?

6 - Em caso positivo, como você nomeia a sua deficiência e quais recursos de acessibilidade você necessita?

7 - País/Estado/Cidade em que nasceu:

8 - País/Estado/Cidade em que reside atualmente:

9 - Curso (especificar se graduação ou pós-graduação):

10 - Qual semestre/fase você está cursando atualmente?

11 - Você participou/participa de algum destes programas: ações afirmativas, auxílio moradia, bolsa estudantil, bolsa permanência ou moradia estudantil? Qual?

12 - Com quem você reside?

13 - Você exerce alguma atividade remunerada?

14 - Em caso positivo, qual sua renda nominal?

[Considerar somente a sua renda e considerar 1 salário-mínimo o valor de R\$ 1.320,00]

- Até ½ salário-mínimo Até 1 salário mínimo Até 2 salários mínimos
 2 a 5 salários mínimos 5 a 10 salários mínimos Mais de 10 salários mínimos
 Sem rendimento Prefiro não responder

15 - Caso não exerça atividade remunerada, qual sua renda familiar?

[Considerar rendas provenientes de mesadas e/ou renda familiar compartilhada e considerar 1 salário-mínimo o valor de R\$ 1.302,00]

- Até ½ salário-mínimo Até 1 salário mínimo Até 2 salários mínimos
 2 a 5 salários mínimos 5 a 10 salários mínimos Mais de 10 salários mínimos
 Sem rendimento Prefiro não responder

16 - Além do que foi perguntado neste questionário, o que mais você perguntaria?**17 - Há algo que você não perguntaria neste questionário?****18 - Gostaria de comentar mais alguma coisa?**

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **“Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou”**: um estudo das experiências de estudantes universitárias lésbicas a ser conduzida pela mestrandia Carolina Albornoz Costa, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Raquel de Barros Pinto Miguel, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por favor, leia este texto com bastante atenção antes de preencher o formulário. Peça orientação quantas vezes for necessário para esclarecer todas as suas dúvidas. A proposta deste termo é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar como estudantes lésbicas da UFSC significam suas experiências em relação a gênero e sexualidade na universidade. Caso você aceite o convite, você participará de uma entrevista com duração média de 60 minutos, com aproximadamente 15 questões sobre história de vida; percepções a respeito de gênero e lesbianidade; significações sobre vivências na universidade; e adoção de estratégias de resistência. A entrevista será realizada online, através da plataforma Zoom e será gravada. Você também será convidada a responder um questionário sociodemográfico com 18 itens.

Todas as informações colhidas serão analisadas em caráter estritamente científico, a pesquisadora será a única a ter acesso aos dados e tomará todas as providências necessárias para manter o sigilo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos na totalidade, sem revelar seu nome (serão utilizados nomes fictícios) ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. Não há compensação financeira relacionada à sua participação e caso você tenha alguma despesa ou qualquer prejuízo financeiro em decorrência desta pesquisa, você terá garantia de ressarcimento.

Participar desta pesquisa poderá oferecer riscos mínimos a você referentes a rememoração de determinadas experiências, as quais podem trazer incômodos ou desconfortos. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação sem nenhum problema e a entrevistadora, psicóloga, estará apta a oferecer acolhimento imediato ou lhe encaminhar para o serviço de acolhimento psicológico gratuito da UFSC, caso você manifeste desejo. Outro risco inerente à pesquisa é a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional (por exemplo, perda ou roubo de documentos, computadores, pendrive). Sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa e com a certeza de que você não terá nenhum prejuízo.

Embora esta pesquisa não lhe ofereça benefícios diretos imediatos, você poderá contribuir para ampliar a visibilidade das pautas lésbicas e dos movimentos sociais lésbicos. Poderá contribuir, também, na problematização de diferentes opressões que ocorrem na universidade, o que poderá abrir espaço para serem repensadas normas e práticas sociais para propiciar um ambiente seguro para quem não se encaixa nos padrões sociais impostos.

A pesquisadora compromete-se a conduzir a pesquisa conforme preceitos éticos e respeitando totalmente sua autonomia e sigilo.

Ao preencher este formulário, você consente com as informações acima e com sua participação na pesquisa.

Os dados aqui preenchidos não irão constar na pesquisa, servindo apenas como assinatura digital do seu consentimento.

Você receberá, por e-mail, uma cópia deste formulário.

Declaro que li este documento e obtive da pesquisadora todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecida e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada **“Eu usei a universidade como um escape para conseguir ser quem eu sou”: um estudo das experiências de estudantes universitárias lésbicas**. Entendo que, ao concordar com este termo, não estou abdicando de nenhum de meus direitos legais.

APÊNDICE D

Quadro 3 – Departamentos dos centros de ensino dos campi Araranguá e Florianópolis

Campus	Centro de Ensino	Departamentos
Araranguá	Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde (CTS)	Coordenadoria Especial de Física, Química e Matemática Coordenadoria Especial Interdisciplinar em Tecnologias da Informação e Comunicação Computação Ciências da Saúde Energia e Sustentabilidade
Florianópolis	Centro de Ciências Biológicas (CCB)	Biologia Celular Embriologia e Genética Bioquímica Botânica Ciências Fisiológicas Ecologia e Zoologia Farmacologia Microbiologia, Imunologia e Parasitologia Ciências Morfológicas
Florianópolis	Centro de Comunicação e Expressão (CCE)	Artes Expressão Gráfica Jornalismo Libras Língua e Literatura Estrangeiras Língua e Literatura Vernáculas
Florianópolis	Centro de Ciências da Saúde (CCS)	Análises Clínicas Ciências Farmacêuticas Cirurgia Clínica Médica Enfermagem Odontologia Ginecologia e Obstetrícia Nutrição Patologia Pediatria Saúde Pública Fonoaudiologia
Florianópolis	Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)	Direito

Florianópolis	Centro de Desportos (CDS)	Educação Física
Florianópolis	Centro de Ciências da Educação (CED)	Ciência da Informação Estudos Especializados em Educação Metodologia de Ensino Colégio de Aplicação Núcleo de Desenvolvimento Infantil
Florianópolis	Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)	Antropologia Filosofia Geociências História Psicologia Sociologia e Ciência Política Coordenadoria Especial de Museologia Museu de Arqueologia e Etnologia
Florianópolis	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM)	Química Física Matemática Oceanografia
Florianópolis	Centro Socioeconômico (CSE)	Administração Ciências Contábeis Economia e Relações Internacionais Serviço Social
Florianópolis	Centro Tecnológico (CTC)	Arquitetura e Urbanismo Automação e Sistemas Engenharia Civil Engenharia Elétrica e Eletrônica Engenharia do Conhecimento Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Engenharia Química e Engenharia de Alimentos Engenharia Sanitária e Ambiental Informática e Estatística

APÊNDICE E

Quadro 4 – Perfil das estudantes entrevistadas

Nome Fictício	Idade	Identidade de Gênero	Raça/Cor	Estado de Origem	Centro de Ensino	Campus
Adriana	28	Mulher Cis	Branca	Santa Catarina	CTS	Araranguá
Angela	27	Mulher Cis	Branca	Santa Catarina	CCJ	Florianópolis
Bia	23	Mulher Cis	Preta	Rio Grande do Sul	CFH	Florianópolis
Cássia	32	Mulher Cis	Branca	São Paulo	CCE	Florianópolis
Elisete	26	Sapatão	Negra	São Paulo	CFH	Florianópolis
Marina	19	Pessoa Não-Binária Gênero Fluido	Branca	Paraná	CFH	Florianópolis
Miriam	27	Mulher Cis	Branca	São Paulo	CCS	Florianópolis
Natalia	20	Mulher Cis	Branca	Rio Grande do Sul	CSE	Florianópolis
Rosely	26	Mulher Cis	Branca	Rio Grande do Sul	CTS / CTC	Araranguá / Florianópolis
Winnie	23	Mulher Cis	Negra	Santa Catarina	CSE	Florianópolis